

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 033/2024
Data: 25/04/2024



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
SETOR PRIVADO PEDE AUTONOMIA PARA A AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS EM LEI DOS PORTOS	4
REGULAÇÃO AQUAVIÁRIA E OS CRITÉRIOS ESG.....	5
CONDEPASA APROVA OBRAS DO PARQUE VALONGO, NO PORTO DE SANTOS	7
TIL, DO GRUPO MSC, VAI INVESTIR DE R\$ 17 BILHÕES NO BRASIL; SANTOS ESTÁ INCLUÍDA.....	8
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	9
ANTAQ REALIZA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O ARRENDAMENTO DO TERMINAL RDJ07, LOCALIZADO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ).....	9
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF.....	10
MFOR E ANAC DEFINEM COM AÉREAS REGRAS MAIS RIGOROSAS PARA TRANSPORTE DE ANIMAIS.....	10
OS MELHORES AEROPORTOS E COMPANHIAS BRASILEIRAS RECEBEM RECONHECIMENTO DO MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS	11
AEROPORTO DE GUARULHOS TERÁ INVESTIMENTOS DE R\$ 200 MILHÕES PARA ELEVAR QUALIDADE DOS SERVIÇOS	12
GOVERNO FEDERAL ANUNCIA NOVA ROTA AÉREA DIRETA ENTRE RECIFE E PORTO, EM PORTUGAL	13
IP4S - GOVERNO FEDERAL INAUGURA INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS DE JURUTI E ORIXIMINÁ (PA).....	14
ANAC INSTAURA PROCESSO PARA APURAR MORTE DO CACHORRO JOCA.....	15
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	16
CONCESSÕES E PPPs: DESVENDANDO OS RISCOS FISCAIS.....	16
RENAN FILHO INAUGURA PAVIMENTAÇÃO DA BR-226/MA NESTA SEXTA-FEIRA (26); EMPREENDIMENTO ENTREGUE É AGUARDADO HÁ QUASE MEIO SÉCULO.....	17
PARTICIPAÇÃO PÚBLICA: PROJETO DE CONCESSÃO DO POLO GOIÂNIA ESTÁ ABERTO A SUGESTÕES ATÉ SEGUNDA-FEIRA (29)18	18
PORTAL PORTO GENTE	19
OLHAR ATENTO DO PRESIDENTE LULA AO PORTO DE SANTOS.	19
BE NEWS – BRASIL EXPORT	20
EDITORIAL – RECURSOS PARA O PAC	20
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	21
Joca 1.....	21
Joca 2.....	21
Bloco 1.....	21
Bloco 2.....	21
Bloco 3.....	21
NACIONAL - CÂMARA DEBATE IMPACTO ECONÔMICO DA BR-319 NO NORTE	21
NACIONAL - COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA COBRA MAIS RAPIDEZ NO REPASSE DOS RECURSOS DO PAC	23
NACIONAL - BAÍA DE SÃO MARCOS - EM SEIS MESES, 100 EMBARCAÇÕES SÃO ABASTECIDAS EM OPERAÇÃO DE FUNDEIO	24
NACIONAL – AEROPORTOS - ANAC INSTAURA PROCESSO PARA APURAR MORTE DE CACHORRO EM VOO DA GOL.....	25
NACIONAL – RODOVIAS - TCU APROVA PROJETOS DE CONCESSÕES DAS BR-381 E BR-040	25
REGIÃO SUDESTE - PORTO DE SANTOS - APS: MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS ACUMULADA DO ANO CRESCE 15,9%	27
REGIÃO NORDESTE - TRABALHADORES PORTUÁRIOS DO MARANHÃO FAZEM CURSO DE IA	28
REGIÃO SUDESTE - AEROPORTO DE VIRACOPOS RECEBE EQUIPAMENTOS PARA SHOW DE MADONNA.....	29
SANTOS EXPORT - ESPECIALISTAS VEEM PORTO IMPULSIONADO PELO AGRONEGÓCIO.....	30
SANTOS EXPORT - EMPRESAS APRESENTAM INICIATIVAS PARA DESCARBONIZAR O SETOR PORTUÁRIO	31
REGIÃO NORDESTE - VLI INAUGURA CENTRO PARA AUTOMATIZAR CONTROLE DE CARGAS NO MARANHÃO	32
NACIONAL - MINISTÉRIO PREMIA MELHORES AEROPORTOS E AÉREAS DO PAÍS	33
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	34
APS APRESENTA CONCLUSÕES DE PESQUISA SOBRE POMBOS NO PORTO DE SANTOS	34
LIDERANÇAS DO SETOR PORTUÁRIO DISCUTEM ALTERAÇÃO DA LEI DOS PORTOS	35
SANTOS BRASIL ABRE 25 VAGAS PARA NOVA TURMA DO FORMARE	36
MOVECTA REGISTRA RECEITA RECORDE EM 2023	37
GOVERNO DE SP LIBERA RETOMADA DE OBRAS DO TRECHO NORTE DO RODOANEL NESTA QUINTA (25)	38
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	39
TAG PREVÊ DESCONTO ALTO PARA ARMAZENAGEM DE GÁS.....	39
PDT TENTA, MAS NÃO PODE DESISTIR DE DERRUBAR O RENOVABIO.....	41



JORNAL O GLOBO – RJ	42
UNIÃO PROPÕE, E ASSEMBLEIA DA PETROBRAS APROVA DISTRIBUIÇÃO DE 50% DOS DIVIDENDOS EXTRAORDINÁRIOS	42
JUSTIÇA AUTORIZA ASSINATURA DE CONTRATO DE CONCESSÃO DO TREM INTERCIDADES CAMPINAS	44
ESTADOS E MUNICÍPIOS TERÃO INDEPENDÊNCIA PARA ESTABELECEM ALÍQUOTAS, MAS NÃO HAVERÁ GUERRA FISCAL, DIZ APPY	45
MERCADANTE DIZ QUE DESEMBOLSOS DO BNDES SUBIRAM 32% NO 1º TRIMESTRE, PARA O MAIOR PATAMAR DESDE 2016. 46	
PETROBRAS FAZ ACORDO COM ESTADAL DE ENERGIA DE MILEI DE OLHO NA INTEGRAÇÃO DO MERCADO DE GÁS COM ARGENTINA.....	47
PIX: BRASIL CHEGA A 200 MILHÕES DE TRANSAÇÕES POR DIA, DIZ CAMPOS NETO.....	48
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	49
TSE FOI ALVO DE NOVO ATAQUE NO DIA 16 DE ABRIL; DESVIO DE DINHEIRO FEDERAL SOMA R\$ 15,2 MILHÕES.....	49
MAÍLSON DA NÓBREGA: REFORMA TRIBUTÁRIA É O GRANDE E TALVEZ ÚNICO LEGADO ESTRUTURAL DO GOVERNO LULA	50
‘TEREMOS DE REVER MEDIDAS DE COTAS SE IMPORTAÇÃO DE AÇO NÃO FOR ESTANCADA’, DIZ CEO DA ARCELORMITTAL... 52	
QUAIS AS AGÊNCIAS QUE MAIS INVESTIRAM EM COMPRA DE MÍDIA E ESPAÇO PUBLICITÁRIO; VEJA RANKING.....	54
MINERAÇÃO VERDE PRECISA DE ENGENHEIROS, DESIGNERS DE ALGORITMO E ESPECIALISTAS EM CARBONO E CLIMA.....	55
REFORMA TRIBUTÁRIA: DEVOLUÇÃO DO CRÉDITO A EMPRESAS TEM PRAZO DE 60 DIAS, MAS PODE CHEGAR A 9 MESES	58
VALOR ECONÔMICO (SP)	60
BRASIL TERÁ 140 MILHÕES DE PASSAGEIROS VOANDO POR ANO ATÉ O FIM DO GOVERNO, DIZ MINISTRO.....	60
KLABIN TEM ALTA DE 10% EM VOLUME DE PRODUÇÃO NO 1º TRIMESTRE.....	60
FT: DISTÚRBIOS NO MAR VERMELHO LOTAM PORTOS DO MEDITERRÂNEO.....	61
PORTAL PORTOS E NAVIOS	62
JUSTIÇA IMPEDE COBRANÇA DE ELF PELA MSC	62
ESTALEIROS VEEM DEMANDA POR SUPPLIES E ESPERAM CONTRATAÇÕES PARA TRANSPETRO AINDA EM 2024.....	64
MDIC SINALIZA QUE GOVERNO ESTÁ MAIS PRÓXIMO DE LANÇAR MEDIDAS PARA INDÚSTRIA NAVAL	66
EXPANSÃO DO TERMINAL DE CONTÊINERES DO PORTO DE ITAPOÁ SERÁ INAUGURADO NESTA QUINTA-FEIRA	67
ARTIGO - PORTOS BRASILEIROS DEVEM ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DAS EÓLICAS OFFSHORE	67
OGMO/SANTOS REALIZA DIPLOMAÇÃO DE NOVOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS AVULSOS	68
ACELEN E BUNKER ONE CHEGAM AO NÚMERO DE 100 EMBARCAÇÕES ABASTECIDAS NA BAÍA DE SÃO MARCOS	69
RAÍZEN E VIBRA CONCLUEM OBRA DA NOVA BASE DE DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS EM SANTARÉM (PA)	70
VLI INAUGURA NOVO CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL NO TERMINAL PORTUÁRIO SÃO LUÍS (TPSL)	71
GRANDES DESCONTOS E NOVOS NAVIOS ESTIMULAM A DEMANDA POR GNL.....	71
MSC PROPÕE COMPRAR GCC E ENTRAR NO MERCADO DE TRANSPORTE DE AUTOMÓVEIS	72
FROTA DE APOIO REUNIU 85% DE EMBARCAÇÕES COM BANDEIRA BRASILEIRA NO 1º TRIMESTRE.....	73
GRANELEIRO ULTRAMAX SE TORNA O PRIMEIRO NAVIO A RECEBER A NOTAÇÃO BIOFUEL-1 DA ABS.....	74
MOL É A PRIMEIRA ARMADORA JAPONESA A INSTALAR SISTEMA DE CAPTURA DE CO2 A BORDO	74
EVERGREEN ENCOMENDARÁ SEIS NAVIOS PORTA-CONTÊINERES BICOMBUSTÍVEL COM METANOL.....	75
PETROBRAS APROVA USO DE FUNDO DE DESCARBONIZAÇÃO PARA USINAS FOTOVOLTAICAS.....	75
PORTO DE SANTOS REGISTRA NOVOS RECORDES EM MARÇO E MOVIMENTAÇÃO ACUMULADA NO ANO CRESCE 15,9%.....	76
COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA VOLTA A DEBATER COMBUSTÍVEIS DO FUTURO NESTA QUINTA	77
EM REUNIÃO COM PRESIDENTE LULA, GRUPO MSC ANUNCIA R\$ 17 BI DE INVESTIMENTOS	78
FORNECEDORES APONTAM OPORTUNIDADES DE MELHORIAS NA RELAÇÃO COM CONTRATANTES	78
REVISÃO DE NORMA DA ANP TERÁ IMPACTO PARA INDÚSTRIA NAVAL E DE O&G	79
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	80
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	80



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

SETOR PRIVADO PEDE AUTONOMIA PARA A AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS EM LEI DOS PORTOS

Audiência pública para revisão da legislação portuária foi realizada nesta quarta, na Associação Comercial de Santos

Por: *Bárbara Farias*



Entidades empresariais do setor portuário formaram uma coalizão Foto: *Alexsander Ferraz/AT*

As entidades empresariais do setor portuário formaram uma coalizão e encaminharam propostas em conjunto para a revisão da Lei dos Portos 12.815/2013, durante a audiência pública realizada pela Comissão de Juristas para Revisão Legal da Exploração de Portos e Instalações Portuárias (Cepertos) ontem, na Associação Comercial de Santos (ACS). Elas querem, especialmente, que a nova lei dê total autonomia para a Autoridade

Portuária de Santos (APS).

A audiência foi conduzida pelo presidente da Cepertos, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Douglas Alencar, com a participação do relator-geral, o desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, Celso Ricardo Peel Furtado de Oliveira.

Compõem a coalizão, a Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), a Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), a Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), a Associação Brasileira de Terminais de Líquidos (ABTL), a Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec) e a Associação Brasileira de Armadores de Cabotagem (Abac).

Em comum, as associações querem a descentralização de competências da APS perante a União; a volta do Conselho de Autoridade Portuária (CAP) deliberativo; liberdade econômica; alteração da poligonal do Porto de Santos precedida de consulta e audiência pública; e exclusão do anúncio público e manutenção do chamamento público para as empresas privadas.

“Na essência, essas são as cinco premissas que defendemos junto com a coalizão”, afirmou o diretor-executivo da Abtra, Angelino Caputo.

O diretor-executivo da Abratec, Caio Morel, destacou: “Não faz sentido que um complexo portuário como o de Santos, com mais de 80 contratos de arrendamento, tenha que ir a Brasília para cada negociação”.

O presidente da ABTP, Jesualdo da Silva, lembrou que o processo de arrendamento nos portos poderia ser mais simplificado.

A assessora jurídica da ATP, Rafaela Rocha, apontou que “a ausência de direito adquirido das empresas após a formalização dos contratos” deve ser revertida com a revisão do “Artigo 47, da Lei 10.233/200, para que os investidores tenham maior segurança”.

O presidente da Diretoria Executiva da ABTL, Carlos Kopitke, pediu atenção especial à estabilidade regulatória e jurídica, com previsibilidade nos contratos para atrair capital”. Opinião compartilhada



também pelo diretor executivo da Abac, Luis Fernando Resano. “Como atrair capital estrangeiro ou nacional com essa insegurança?”.

Trabalhadores portuários avulsos protestaram em frente à ACS contra o fim da exclusividade na escalação de mão de obra, defendido pelo setor patronal. O presidente do Sindicato dos Estivadores (Sindestiva), Bruno dos Santos, afirmou que sua inscrição para falar na audiência foi indeferida pela comissão.

“A nossa voz foi tirada, mas nós conseguimos uma reunião rápida com o ministro Douglas. Ele disse que irá marcar uma reunião com a gente em Brasília. O patronal vem com um projeto para quebrar a Lei dos Portos tirando a nossa exclusividade. Se nós entendermos que corremos o risco de perder os nossos direitos, vamos parar os portos de todo o Brasil”.

Relatório final previsto para agosto

A audiência pública realizada ontem em Santos foi a terceira desde a criação da Comissão Especial sobre a Revisão Legal para Exploração dos Portos e Instalações Portuárias, instalada pela Câmara dos Deputados. De acordo com o presidente, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Douglas Alencar Rodrigues, o prazo para entrega do anteprojeto de lei sobre o novo arcabouço legal do setor portuário segue no final de agosto, mas pode ser renovado.

“Cada subcomissão vai produzir um texto, uma proposta que será convertida num relatório geral que, posteriormente, em reunião coletiva, estaremos discutindo, ponto a ponto, com votação, deliberação para posterior encaminhamento ao presidente (da Câmara, Arthur Lira (PP-AL))”, conta o ministro.

Ele esteve ontem no Grupo Tribuna, ao lado do relator da comissão, o desembargador Celso Ricardo Peel Furtado de Oliveira. Ambos foram recebidos pelo diretor-presidente da TV Tribuna, Roberto Clemente Santini, e pelo diretor-presidente de A Tribuna, Marcos Clemente Santini.

Segundo Rodrigues, a primeira audiência foi em Vitória, a segunda em Brasília. Há mais seis previstas, e podem ser marcadas outras. “Se dúvidas surgirem, poderemos convidar, uma vez mais, esses atores para trazerem subsídios”, acrescenta.

Oportunidade

O ministro do TST entende que a atualização da Lei 12.815, de 2013, já carece de revisão, vistas as necessidades do setor portuário, um importante segmento da economia brasileira.

“Também já realizamos cinco reuniões da comissão especial. A nossa ideia é fazer com que todos os atores que compõem o setor portuário (trabalhadores, armadores, gestão pública) sejam ouvidos. A partir daí, propor um texto de atualização da Lei 12.815 que possa produzir os avanços de que a sociedade precisa em vários aspectos da operação portuária”.

Rodrigues acredita que existem alguns gargalos regulatórios que atrasam a realização de investimentos para a expansão da atividade econômica.

“Precisamos pensar esses processos de concessão e arrendamento, do uso temporário de instalações portuárias, sempre tendo presente o interesse público da máxima eficiência que opera o setor privado”, emenda.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 25/04/2024

REGULAÇÃO AQUAVIÁRIA E OS CRITÉRIOS ESG

A integração da sustentabilidade na estratégia institucional das empresas tem se tornado cada vez mais importante

Por: Flávia Takafashi



Foto: FreePik

Os critérios ESG, ambiental, social e de governança, estão cada vez mais incorporados na sociedade. A integração da sustentabilidade na estratégia institucional das empresas tem se tornado cada vez mais importante, pois esse olhar pode impactar o desempenho financeiro a longo prazo e a percepção da marca e da reputação das instituições.

Em um levantamento recente, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) apontou as iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento dos critérios

ESG que ela tem adotado na regulação do setor aquaviário. A primeira é ter uma área dedicada a pensar as políticas de sustentabilidade aplicáveis na regulação da Agência, a Superintendência de Desempenho, Sustentabilidade e Inovação.

Na ótica ambiental, destaco aqui a Agenda Ambiental e de Segurança Aquaviária desenvolvida pela Agência. Ela define quais são as iniciativas prioritárias a serem exercidas em prol do desenvolvimento e da conservação do meio ambiente. Há também o Índice de Desempenho Ambiental (IDA), um instrumento de acompanhamento e controle de gestão ambiental em instalações portuárias desde 2012.

Com um olhar dedicado à Amazônia, a Antaq tem a campanha “Rio Limpo, Amazônia Viva”. Realizada duas vezes, ela é um projeto de coleta seletiva nas embarcações da navegação interior mista na Região Amazônica. A 3ª edição será em junho, em Parintins.

Nessa pauta, foi elaborado o estudo “Impactos e Riscos da Mudança do Clima nos Portos Públicos Costeiros Brasileiros”, com o levantamento das principais ameaças climáticas, riscos e impactos da mudança do clima e o ranking dos 21 portos públicos brasileiros.

Ainda sob a perspectiva ambiental, destaco o CooperaPortos, iniciativa que objetiva promover o diálogo entre os diversos atores da gestão portuária, bem como os importantes estudos sobre relação porto-cidade e sobre o inventário de emissões de gases de efeito estufa pelo setor que a Antaq vem desenvolvendo.

No social, a Agência fez um levantamento do perfil de gênero dos trabalhadores que atuam nos setores portuário e marítimo do País. O estudo foi publicado em 2023 e será atualizado bianualmente para a continuidade da construção do “Painel de Equidade de Gênero”.

A Agência faz parte da Rede Equidade, de iniciativa do Senado Federal, para a promoção de ações de inclusão da diversidade e equidade, com foco em gênero e raça; e aderiu também à iniciativa do Ministério das Mulheres, denominada Brasil Sem Misoginia.

Ainda no social, a Antaq desenvolveu, junto com o Ministério de Portos e Aeroportos, o Guia de Enfrentamento ao Assédio no Setor Aquaviário. Desde 2018, a Agência tem iniciativas voltadas ao desenvolvimento profissional de lideranças femininas.

Em governança, a Antaq tem incorporado a inovação em suas práticas e rotinas regulatórias e incentivado o desenvolvimento de melhorias de gestão nos portos públicos organizados por meio da elaboração de um diagnóstico gerencial e de governança dos complexos portuários. Os portos de Cabedelo, Itaqui, Manaus, Paranaguá, Rio Grande, Santos, Suape e os geridos pela Companhia Docas da Bahia e do Pará, foram ou estão inseridos no rol daqueles que serão objetos da análise de gestão e governança.

Este artigo é de responsabilidade do autor e não reflete necessariamente a linha editorial e ideológica do Grupo Tribuna. As empresas que formam o Grupo Tribuna não se responsabilizam e nem podem ser responsabilizadas pelos artigos publicados neste espaço.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 25/04/2024

CONDEPASA APROVA OBRAS DO PARQUE VALONGO, NO PORTO DE SANTOS

Trata-se da 2ª etapa da revitalização de antigos armazéns, criando um espaço multiúso com cultura, lazer e gastronomia

Por: Bárbara Farias 2



Primeira etapa da obra, que será entregue entre junho e julho, consiste na entrega do Armazém 4 restaurado e da praça que será construída onde ficavam os armazéns 5 e 6 Foto: Vanessa Rodrigues/ AT

O Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos (Condepasa) aprovou, nesta terça-feira (23), em reunião extraordinária realizada na Associação Comercial de Santos (ACS), os projetos do Parque Valongo voltados à ocupação da área dos armazéns portuários 1, 2 e 3 e Casa de Pedra 1. A ideia é implantar uma área multiuso, com museu, restaurantes

e salas comerciais, mas as autoridades ainda estudam de que forma se dará a concessão ou licitação do espaço.

“Hoje (terça. 23), além de aprovar os projetos básicos dos armazéns 1, 2 e 3 e Casa de Pedra 1, também fizemos um balanço das obras da primeira fase e discutimos sobre as obras que não são da Prefeitura, como a Casa de Pedra 2, Armazém 7 e prédio da antiga Dirop (Diretoria de Operações da antiga Codesp), da Autoridade Portuária de Santos, que será ocupado pela Cofco”, diz o secretário de Desenvolvimento Urbano de Santos (Sedurb) e presidente do Condesapa, Glaucus Farinello.

Temos

Os projetos da fase 2 serão doados pela Ecoporto e pela Brasil Terminal Portuário (BTP), conforme os Termos de Responsabilidade de Implantação de Medidas Mitigadoras e/ou Compensatórias (TRimmcs) firmados com a Prefeitura de Santos em 18 de agosto de 2023. “A Ecoporto desenvolveu esse estudo (projeto básico) que foi aprovado hoje e, agora, a BTP desenvolverá o projeto executivo, como parte das compensações, dos Trimmcs”.

Por meio de um Trimmc, a BTP destinará, além do projeto, R\$ 23,7 milhões para a revitalização da Casa de Pedra 1 e entorno. Já a Ecoporto Santos injetará R\$ 5 milhões na construção de um playground e um píer de contemplação.

Um pouco de tudo

O secretário reafirmou que a ideia é explorar um espaço cultural, de lazer e gastronômico no local. Entre as possibilidades, a área poderia abrigar “um espaço multiuso, com o Museu do Porto, um museu ferroviário, além de salas comerciais e convenções. Um mix de atividades para que a gente consiga manter fluxo 24 horas por dia, sete dias na semana”.

O secretário também comentou sobre as sugestões de ocupação da Casa de Pedra 1. “A passarela que sairá da Rua XV de Novembro desembocará entre a Casa de Pedra e o Armazém 4. Então, o que se discute é que ela poderá abrigar um receptivo e um café”.

Logo após a reunião, os conselheiros visitaram o canteiro do Parque Valongo. “As obras estão bem avançadas, com a cobertura do Armazém 4 praticamente concluída e, nos próximos 30 dias, deverá ser feito o piso. A obra da praça também está avançada, com nivelamento, rede de drenagem e toda

a parte de infraestrutura já executada. A quadra de esportes de areia e o parque infantil vão entrar em fase de conclusão. Nós continuamos com a previsão de conclusão da fase 1 no começo de julho”, afirmou Glaucus Farinello.

A primeira fase, que consiste na entrega do Armazém 4 restaurado e da praça na área onde ficavam os armazéns 5 e 6, estão sendo conduzidas e financiadas pela Cofco International, que destinou R\$ 15 milhões por meio de um Trimmc assinado em 15 de maio de 2023.

O secretário disse que o Parque Valongo deverá sediar o evento Inverno Criativo já neste ano. “Queremos fazer o Inverno Criativo, agora, em julho, trazendo o santista para conhecer essa nova área que a Cidade está ganhando”.

Modelagem de concessão

Contudo, Farinello lembrou que o modelo de concessão do equipamento ainda não foi definido. “Ainda se discute qual será a modelagem de concessão com a Autoridade Portuária. A gente pretende concluir as estratégias de ocupação neste semestre, até o meio do ano, inclusive, para saber se irá licitar ou conceder o todo ou em parte, em fatias ou em fases”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 24/04/2024

TIL, DO GRUPO MSC, VAI INVESTIR DE R\$ 17 BILHÕES NO BRASIL; SANTOS ESTÁ INCLUÍDA

Anúncio foi feito na última segunda (22), após reunião de representantes da multinacional com o presidente Lula (PT)

Por: ATribuna.com.br com informações do Estadão



Com outros executivos, Diego Aponte (ao centro, cumprimentando Lula) elogiou potencial brasileiro Foto: Ricardo Stuckert/PR

A Terminal Investment Limited (TiL) - do Grupo MSC - uma das maiores operadoras de terminais de contêineres do mundo, anunciou a intenção de realizar investimentos no Brasil que somam R\$ 17 bilhões, que incluem o Porto de Santos. O anúncio foi feito na última segunda-feira (22), após reunião de representantes da multinacional com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), durante uma hora, no Palácio do Planalto, em

Brasília.

Entre as medidas a ampliação do contrato de arrendamento no Porto de Santos no valor de R\$ 4 bilhões, sendo R\$ 2 bilhões já investidos e outros R\$ 2 bilhões referentes ao aditivo. As melhorias em Santos incluem a aquisição de equipamentos, expansão e aprimoramento do pátio, automação, reorganização de portões e substituição de defensas, que deverão ser realizadas em até 72 meses após assinatura do aditivo.

Há ainda a previsão de investimentos de R\$ 3 bilhões em projetos para o aumento da profundidade do canal no Terminal da Portonave (Santa Catarina), e outros R\$ 10 bilhões em novos investimentos, totalizando R\$ 17 bilhões em projetos em prospecção no Brasil nos próximos anos.

A reunião em Brasília contou com o ministro de Portos e Aeroportos (MPor), Silvio Costa Filho, que, ao lado de Lula, recebeu o presidente global do Grupo MSC, Diego Aponte; o CEO Global da TiL, Ammar Kanaan; o diretor de Investimentos, Patricio Junior, e o presidente da MSC Shipping no Brasil, Elber Justo.

Segundo a assessoria de Lula, Diego Aponte afirmou que o Grupo MSC acredita muito no “potencial infinito” do Brasil, no grande mercado em crescimento, na estabilidade institucional e no capital humano.

Aponte disse que o Brasil assume cada vez maior protagonismo estratégico para a empresa, que prepara novo plano de investimentos no país, centrado na modernização de infraestrutura portuária, no crescimento do setor de cruzeiros e no desenvolvimento de novos negócios, incluindo o setor aéreo.

Lula disse que o País não pode perder mais chances de promover o crescimento econômico “que resulte em melhores condições de vida para as pessoas. Não há nenhuma explicação para que tenhamos fome no Brasil”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 24/04/2024



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ REALIZA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O ARRENDAMENTO DO TERMINAL RDJ07, LOCALIZADO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)



O terminal RDJ07 movimenta carga de apoio offshore. O investimento ao longo dos 25 anos do contrato será de 101,7 milhões. A consulta pública segue até 8 de maio de 2024

Brasília, 24/04/2024 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizou, nesta quarta-feira (24), a Audiência Pública nº 06/2024, voltada ao recebimento de contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos relativos à realização de certame

licitatório para o arrendamento do terminal RDJ07, localizado no Rio de Janeiro (RJ).

A área movimenta carga de apoio offshore e a estimativa é que o investimento ao longo dos 25 anos do contrato seja de 101,7 milhões.

O diretor relator do processo que trata da concessão da área, Caio Farias, destacou que “o projeto de concessão do terminal portuário RDJ07 é fundamental para garantir o abastecimento energético do país”.

Ele ressaltou que o terminal proporcionará um atendimento mais eficiente às unidades marítimas envolvidas na exploração e produção de petróleo e gás natural. Segundo o diretor, essa iniciativa oferece “a oportunidade de discutir questões que impactam diretamente na infraestrutura e logística do país, contribuindo assim para a redução do Custo Brasil”.

Ao todo a audiência pública teve dois inscritos que participaram contribuindo de forma escrita na audiência. O prazo para envio das contribuições vai até o dia 8 de maio de 2024.

Sobre a consulta pública

As minutas jurídicas e os documentos técnicos objeto do presente aviso de consulta pública estarão disponíveis no site da ANTAQ.



Serão consideradas pela Agência apenas as contribuições, subsídios e sugestões que tenham por objeto as minutas colocadas em consulta e audiência públicas. As contribuições podem ser dirigidas à ANTAQ até as 23h59 do dia 8 de maio de 2024, exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico, não sendo aceitas contribuições por outros meios.

Será permitido anexar imagens digitais, tais como mapas, plantas e fotos, exclusivamente através do e-mail: anexo_audiencia062024@antaq.gov.br, mediante identificação do contribuinte e no prazo estipulado. As contribuições em texto deverão ser preenchidas nos campos apropriados do formulário eletrônico.

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do formulário eletrônico, poderá fazê-lo utilizando o computador da Secretaria-Geral (SGE) da Agência, em Brasília/DF, ou nas suas Unidades Regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no sítio da ANTAQ.

**Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 25/04/2024



Presidência da República



GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

MPOR E ANAC DEFINEM COM AÉREAS REGRAS MAIS RIGOROSAS PARA TRANSPORTE DE ANIMAIS

Em reunião com representantes da GOL, Latam, Azul Linhas Aéreas e Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) nesta quinta-feira, o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) definiram ações para aperfeiçoar os procedimentos relacionados ao transporte aéreo de animais:

1. O processo de escuta da sociedade será coordenado pela ANAC, que realizará audiência através de canais de participação social na próxima semana para tomada de subsídios buscando revisar e aprimorar a Portaria nº 12.307/23, que dispõe sobre as condições gerais para o transporte de animais aplicáveis ao transporte aéreo de passageiros, doméstico e internacional.
2. As companhias aéreas se comprometeram a apresentar, em 10 dias, propostas e sugestões para aprimorar a referida portaria.
3. As companhias aéreas, em caráter emergencial, irão estudar a viabilidade da implementação do serviço de rastreabilidade de animais transportados em porão de aeronaves.
4. O MPor irá convidar representantes do Congresso Nacional para reunião na próxima terça-feira, com o objetivo de buscar sugestões para melhorar a qualidade do serviço de transporte aéreo animal no país e analisar projetos de lei, em tramitação no Congresso Nacional, relativos ao tema.
5. Com base nestes subsídios que serão apresentados pela sociedade, pelo parlamento e pelas empresas aéreas, o MPor lançará, ainda neste primeiro semestre, uma Política Nacional de Transporte Aéreo de Animais (PNTAA), visando garantir mais segurança e bem-estar para os animais transportados pelas áreas no Brasil.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 25/04/2024

OS MELHORES AEROPORTOS E COMPANHIAS BRASILEIRAS RECEBEM RECONHECIMENTO DO MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS



A entrega do Prêmio Aviação + Brasil 2024 é uma iniciativa da Secretaria Nacional de Aviação Civil e visa estimular a melhoria na prestação de serviços dos aeroportos e empresas aéreas

Cerimônia de entrega do Prêmio Aviação + Brasil 2024 no Ministério de Portos e Aeroportos - Foto: Sérgio Francês

O Ministério de Portos e Aeroportos, por meio da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), realizou nesta quinta-feira (25) a entrega do prêmio "Aviação + Brasil 2024", para estimular a melhoria na prestação de serviços de aeroportos brasileiros.

Realizada desde 2015, a premiação visa reconhecer os resultados alcançados na Pesquisa de Satisfação dos Passageiros conduzida pela SAC ao longo do ano de 2023 em 61 aeroportos do Brasil.

Silvio Costa Filho reforçou o papel essencial das empresas aéreas para a economia do País. "O Prêmio Aviação + Brasil 2024 representa uma homenagem ao papel que as concessionárias vêm desempenhando no País. É um momento de governança, de meritocracia, de premiar quem tem feito um bom trabalho", disse, reforçando que o setor gera mais de 50 mil empregos diretos, e que no ano passado transportou mais de 112 mil passageiros.

O ministro ainda reforçou que esses números positivos representam inclusão social "Na hora que você leva um novo passageiro, você movimenta o aeroporto. Movimenta a economia, isso vai gerando emprego, isso porque a cada quatro turistas que chegam no Brasil, estamos falando de um emprego que é gerado". Importante destacar que, além disso, o setor da aviação tem investido cada vez mais em novos aeroportos e também em voos internacionais. Nessa quarta-feira (24) foi anunciada pelo Governo Federal uma nova rota aérea direta entre Recife (PE) e Porto, em Portugal.

O secretário Nacional de Aviação Civil, Juliano Alcântara Noman, acrescentou que a premiação estimula a melhoria na prestação de serviços dos aeroportos. "Tenho certeza que 93% de aprovação é o melhor resultado dentre todos os modais de transporte. Mas a gente sabe que 93% também não é suficiente, que a gente busca sempre os 100%. Então é também o momento de renovar as baterias, as energias, para a gente buscar ainda mais nos próximos anos", disse.

A presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas, Jurema Monteiro, reforçou que o prêmio (Aviação + Brasil 2024) vem coroando ao longo dos anos essa experiência positiva. "Os indicadores que a gente tem hoje aqui demonstram o quanto as nossas empresas aéreas brasileiras são eficientes no seu serviço e o quanto os nossos aeroportos também são eficientes", disse.

Sobre

Os prêmios das Categorias de Satisfação dos Passageiros estão distribuídos com base nas notas de Satisfação Geral dadas pelos viajantes tanto para os aeroportos de grande porte, quanto para os regionais e também nos indicadores relacionados aos serviços prestados pelas empresas aéreas nos 20 principais aeroportos brasileiros.

Além dos resultados obtidos a partir da Pesquisa de Satisfação dos Passageiros, a premiação também considera a pontualidade observada tanto nos aeroportos quanto nas empresas aéreas, para reconhecer aqueles mais bem colocados no ranking de pontualidade durante o ano anterior.

Os prêmios das categorias de Satisfação dos Passageiros são distribuídos com base nas notas de Satisfação Geral dadas pelos viajantes tanto para os aeroportos de grande porte quanto para os regionais, e também nos indicadores relacionados aos serviços prestados pelas empresas aéreas nos 20 principais aeroportos brasileiros.

Quanto à Pontualidade, serão premiados os aeroportos mais pontuais, por porte de movimentação, e a empresa aérea mais pontual. Para fins de premiação, o cálculo foi realizado em conjunto com o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea) para os aeroportos que possuem a ferramenta Tatic Flow.

>>> **Confira os ganhadores do Prêmio Aviação + Brasil 2024!**

Categoria + Aeroporto Regional

Nordeste: Imperatriz/MA

Centro-Oeste e Norte: Macapá/AP

Sudeste: Uberlândia/MG

Sul: Cascavel/PR

Melhor Aeroporto Regional do Brasil: Aeroporto de Cascavel/PR

Categoria + Aeroporto Pontual

Movimentação até 5 milhões de passageiros: Goiânia/GO

Movimentação de 5 a 10 milhões de passageiros: Recife/PE

Movimentação acima de 10 milhões de passageiros: Confins/MG

Categoria + Aeroporto Brasil

Movimentação até 5 milhões de passageiros: Florianópolis/SC

Movimentação de 5 a 10 milhões de passageiros: Porto Alegre/RS

Movimentação acima de 10 milhões de passageiros: Confins/MG

Melhor Aeroporto do Brasil: Aeroporto de Florianópolis/SC

Categoria - Empresa Aérea + Pontual

Empresa Aérea + Brasil

Vendedora das duas categorias: Azul Linhas Aéreas Brasileiras

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 25/04/2024

AEROPORTO DE GUARULHOS TERÁ INVESTIMENTOS DE R\$ 200 MILHÕES PARA ELEVAR QUALIDADE DOS SERVIÇOS

Entre as melhorias previstas estão a ampliação do terminal de passageiros, a modernização do sistema de embarque e criação de uma nova praça voltado aos turistas



Investimentos ampliarão áreas do maior aeroporto do país - Foto: Divulgação GRU Airport

O maior e mais movimentado aeroporto brasileiro passará por obras de melhorias para elevar o conforto e qualidade dos serviços prestados aos passageiros. O aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, responsável por receber 70% dos turistas que chegam ao país, terá investimentos de R\$ 200 milhões nos próximos meses que vão priorizar os bem-estar dos viajantes que passam pelo terminal.

Entre as ações de melhorias previstas estão a ampliação da área de embarque e o raio-x, a reforma de banheiros dos terminais, a modernização do sistema sonoro e do sistema de leitura do cartão de

embarque, construção de nova praça para fluxo de passageiros, entre outras. Todas essas intervenções têm como objetivo facilitar o trânsito de passageiros no sítio aeroportuário.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, a melhoria na qualidade da infraestrutura dos terminais brasileiros é um dos compromissos assumidos pelo Governo Federal para o modal aeroportuário e esse trabalho tem sido realizado em conjunto com a iniciativa privada. "Para receber sempre bem os turistas brasileiros e estrangeiros, a gente precisa estruturar nossos aeroportos. Esses investimentos vão oferecer maior conforto e comodidade aos passageiros, são melhorias nos banheiros, na acessibilidade, na estruturação das pontes de embarque", indicou.

Crescimento no transporte aéreo

Principal porta de entrada e saída de passageiros, o aeroporto de Guarulhos ampliou em 30% o número de passageiros transportados no mercado internacional no ano passado, com 13,7 milhões. Em 2022, o terminal movimentou cerca de 10,5 milhões de viajantes. O número de decolagens também apresentou alta no ano passado frente ao ano anterior. Ao longo de 2023, o principal aeroporto do país realizou 69,5 mil operações aéreas para destinos internacionais contra 56,3 no ano anterior, representando alta de 23% nesse indicador.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 24/04/2024

GOVERNO FEDERAL ANUNCIA NOVA ROTA AÉREA DIRETA ENTRE RECIFE E PORTO, EM PORTUGAL

Conexão promete fomentar o turismo e as viagens de negócios não apenas em Pernambuco, mas em todo o País



A previsão é para início das operações o final deste ano. - Foto: Banco de imagens

O Ministério dos Portos e Aeroportos (MPor), no governo do presidente Lula, tem dedicado esforços junto aos demais entes federativos e aos atores do setor, incluindo as empresas aéreas e os operadores de aeroportos, para fomentar o desenvolvimento de novas rotas que liguem o Brasil ao mundo.

Nesta quarta-feira (24), o ministro da pasta, Silvio Costa Filho, o prefeito de Recife, João Campos, e representantes da Azul Linhas Aéreas anunciaram detalhes da nova operação aérea. A rota direta entre Recife (PE) e a cidade do Porto, em Portugal é resultado de intensa articulação de esforços realizado pelo MPor e Ministério do Turismo (MTUr), com participação da Embratur, além do Governo do Estado de Pernambuco e da Prefeitura de Recife.

O novo voo representa um avanço para o turismo e as viagens de negócios não apenas no estado, mas em todo o Brasil. O ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, reforçou o compromisso do presidente Lula com o desenvolvimento da aviação internacional e regional, destacando que "esse voo vai estimular o turismo do Nordeste", referindo-se à opção dos brasileiros em escolher a capital pernambucana como rumo para a cidade do Porto.

É importante ressaltar que os esforços do trabalho do Governo Federal para o desenvolvimento do turismo tem acumulado resultados positivos. Em 2023, o país registrou um total de 112,6 milhões de passageiros transportados na aviação comercial, valor que representa aumento de 15,3% em comparação a 2022.

Além disso, a malha aérea doméstica foi ampliada em 12,4% na comparação entre 2023 e 2022. São 26 novas localidades atendidas por voos regulares, reforçando as ligações regionais, que desempenham um papel importante na integração do país.



O prefeito de Recife, João Campos, destacou que, graças ao apoio do ministro Silvio Costa Filho, o Aeroporto de Recife tornou-se o principal hub da empresa Azul no Nordeste e o terceiro mais importante do Brasil. A abertura de novos voos tem melhorado a logística e reduzido o tempo de viagem para quem está no Nordeste. "Escolher Recife como porta de conexão com a Europa foi uma decisão acertada", afirmou, referindo-se ao grande potencial turístico da capital pernambucana.

O presidente da Embratur, Marcelo Freixo, afirmou que a empresa lutou por essa conquista e destacou os números positivos do turismo, especialmente quando o país registrou um recorde de arrecadação no primeiro trimestre. "Estamos vivendo um bom momento. Esse crescimento na arrecadação representa mais emprego e renda para a população", enfatizou.

A previsão é para início das operações do novo voo da Azul de Recife para Portugal é que aconteça no 4º trimestre de 2024.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 24/04/2024

IP4S - GOVERNO FEDERAL INAUGURA INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS DE JURUTI E ORIXIMINÁ (PA)

Os municípios de Juruti e Oriximiná, no estado do Pará, receberam as Instalações Portuárias de Pequeno Porte (IP4s). Os novos portos trazem mais qualidade de vida à população que depende do transporte hidroviário nas localidades

Instalação Portuária de Pequeno Porte (IP4) de Oriximiná - Foto: Dnit

Os municípios de Juruti e Oriximiná, no estado do Pará, receberam as aguardadas Instalações Portuárias de Pequeno Porte (IP4s) neste mês de abril. Os novos portos estão já em funcionamento e trazem inúmeras melhorias à população que depende do transporte hidroviário nas localidades. Os empreendimentos proporcionam maior eficiência, comodidade e segurança às operações portuárias e aos usuários.

Sobre Juruti

Situado no coração da Floresta Amazônica, o porto de Juruti atende mais de 50 mil habitantes, que em sua maioria utiliza barcos, lanchas e balsas como principais meios de transporte. Com um investimento de aproximadamente R\$ 13,6 milhões, as obras em Juruti integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e as intervenções planejadas são abrangentes. Desde serviços de terraplanagem até a construção de rampa de atracação e ponte em concreto armado, passando pela fabricação e instalação de ponte móvel metálica, cada detalhe foi pensado para melhorar a mobilidade e o acesso da população local.

Entre as ações implementadas, destaca-se a construção de um terminal completo para embarque e desembarque de passageiros, bem como a instalação de cais flutuante, proporcionando maior comodidade e segurança às operações portuárias.

Para facilitar o controle de acesso e garantir a segurança do porto, foram construídas duas guaritas estrategicamente posicionadas. Tais estruturas não apenas servirão para o monitoramento de pessoas e veículos leves e pesados, mas também para manter a ordem e a integridade das atividades portuárias.

Estão sendo desenvolvidas ainda vias de acesso, acompanhadas pela criação de um estacionamento dedicado a veículos de passeio e cargas, motos e táxis. Essas medidas visam melhorar a mobilidade local, além de assegurar a organização e a fluidez do tráfego nas proximidades do porto, contribuindo para uma experiência mais eficiente para os usuários.

A implantação da infraestrutura portuária trará inúmeras melhorias à população de Juruti. Além de facilitar a movimentação de passageiros e mercadorias, o porto será um instrumento vital para



impulsionar o comércio e a economia local. A expectativa é que a IP4 não apenas facilite o transporte de cargas e passageiros, mas também abra novas oportunidades de negócios e fortaleça os laços comerciais entre o município e outras regiões do Pará.

Durante a entrega da IP4, a equipe técnica aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) esteve presente em Juruti, completando, assim, o ciclo de visitas na Região Norte neste mês de abril.

Sobre Oriximiná

Localizado às margens do Rio Trombetas, o novo porto de Oriximiná foi planejado para atender às demandas da comunidade, proporcionando não apenas eficiência logística, mas também conforto e conveniência aos usuários.

Com um investimento superior a R\$ 10,7 milhões, o empreendimento representa um marco significativo para a região, especialmente para aqueles que dependem do transporte hidroviário. De acordo com dados do último censo municipal, estima-se que a IP4 de Oriximiná beneficiará cerca de 68 mil pessoas, simplificando o deslocamento da população e garantindo a segurança e eficiência no transporte de itens essenciais, como medicamentos, alimentos e vestuário.

A nova instalação abrange uma variedade de facilidades, incluindo guarita, guichês de vendas de bilhetes e um terminal de passageiros de dois pavimentos. O térreo abriga áreas de lanchonetes para atender às necessidades imediatas dos viajantes, enquanto o segundo pavimento oferece espaços para restaurantes, com vista panorâmica para o rio. Adicionalmente, foram instalados elevadores de acessibilidade, banheiros bem equipados, salão de espera para embarque e uma praça externa, criando um ambiente acolhedor e funcional para os passageiros. Destaca-se também a infraestrutura marítima, com um cais flutuante de 52 metros de comprimento por 16 metros de largura. Além disso, foi construída uma rampa de concreto de 70 metros de comprimento por 12 metros de largura, facilitando o acesso tanto de passageiros quanto de cargas.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 24/04/2024

ANAC INSTAURA PROCESSO PARA APURAR MORTE DO CACHORRO JOCA

Gol Linhas Aéreas deve prestar informações, em até 3 dias, sobre os motivos que levaram à morte do animal

Lamentando a morte do cachorro Joca em voo da Gol Linhas Aéreas e solidarizando-se com o tutor do animal, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) instaurou processo administrativo para apurar os motivos que levaram à morte do cachorro Joca no voo G3 1527 entre o Aeroporto de Fortaleza (CE) e Guarulhos (SP). A abertura do processo ocorreu após pedido de informações à empresa aérea pela Agência e realização de reunião entre o diretor-presidente da Agência, Tiago Pereira, e o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

A Anac solicitou à Gol, entre outras, informações sobre as condições de transporte do animal, o seu envio para localidade diversa da contratada e as condições para a prestação desse tipo de serviço. O objetivo é abrir processo de fiscalização conforme as constatações apuradas.

Regras para transporte de animais

A Anac esclarece que o transporte de animais de estimação e animais de assistência emocional, quando ofertado pelas empresas aéreas, implica a responsabilidade destas pelos animais transportados desde o embarque até o recebimento, aplicando-se as disposições constantes do contrato firmado entre as partes.

Adicionalmente, as disposições da Portaria nº 12.307/2023, que aborda as condições gerais do transporte aéreo de animais no contexto de voos de passageiros, destacam que, nos casos de dano



causado ao animal de estimação ou de assistência emocional no decorrer do transporte, o transportador aéreo deverá indenizar o passageiro nas formas elencadas pela Resolução nº 400.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 24/04/2024



Presidência da República

Ministério dos Transportes

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

CONCESSÕES E PPPS: DESVENDANDO OS RISCOS FISCAIS

George Santoro explica, em artigo, que o Brasil precisa avançar no controle contábil do compartilhamento de riscos e compensações por desequilíbrios tarifários

As concessões e parcerias público-privadas (PPPs) são alternativas para financiar e modernizar a infraestrutura e os serviços públicos, pois conseguem atrair para os projetos capitais privados e inovações técnicas que aumentam os resultados. No entanto, elas também podem apresentar riscos fiscais aos entes públicos e, muitas vezes, difícil identificação. É preciso, então, cautela e planejamento rigoroso por parte do Estado.

Esse risco pode se apresentar de diversas formas, como os decorrentes da incapacidade do parceiro privado em cumprir suas obrigações contratuais. O que pode levar à rescisão do contrato, gerando custos adicionais para o governo, como a necessidade de realizar novas licitações ou assumir diretamente a operação do serviço.

Mudanças inesperadas no cenário econômico, como crises ou alterações na legislação, podem elevar os custos do projeto, impactando o orçamento público. Principalmente com contratos mal estruturados onde o risco é parcialmente ou totalmente suportado pelo ente público. Tal situação pode gerar passivos contingentes para o poder concedente, com a necessidade de realizar pagamentos adicionais ao parceiro privado em caso de eventos específicos.

A transferência excessiva de riscos para o setor privado pode levar à ineficiência na prestação do serviço e à necessidade de intervenção estatal, o que gera custos não previstos. Da mesma maneira ocorre quando da transferência excessiva de obrigações e riscos ao governo. Instrumento que vem sendo usado por alguns estruturadores de projetos de concessão para viabilizar projetos que apresentam resultados negativos sem que seja feita uma análise de impacto fiscal.

A análise de experiências internacionais é fundamental para que os governos aprendam com os erros do passado e evitem os mesmos problemas no futuro. Neste sentido é salutar a evidenciação destes riscos fiscais nos demonstrativos contábeis e fiscais dos entes públicos. Esse é o primeiro passo – transparência e evidenciação.

No Brasil, infelizmente, há diversos entes subnacionais que estão evidentemente alavancados em riscos e assunção de obrigações que hoje não são evidenciados. O que leva investidores a tomarem decisões que não tomariam se os dados estivessem devidamente registrados. Deveriam deixar apontados no Anexo de Riscos Fiscais das suas Leis de Diretrizes Orçamentárias.

Na Argentina, a privatização de rodovias mal modeladas, na década de 1990, resultou em tarifas elevadas e inadimplência contratual das empresas concessionárias, gerando um alto custo para o governo. Já em Porto Rico, a crise fiscal do país foi agravada por contratos de PPPs mal estruturados, que transferiram obrigações ao país e geraram um endividamento excessivo para cobrir essas despesas. Dessa forma, foi necessário reestruturar a dívida pública. Já na Grécia, a privatização de diversos setores estratégicos da economia durante a crise de 2008 não gerou os retornos ambiciosos esperados e contribuiu para o aumento da dívida pública.



A construção de aeroportos na Espanha, durante o boom econômico da década de 2000, resultou em um excesso de capacidade. Com a crise de 2008, muitos aeroportos ficaram ociosos, gerando custos fiscais para o governo espanhol conforme previsão contratual. Nos Estados Unidos é emblemático o caso da ponte Golden Gate é um exemplo de custos fiscais subestimados. O projeto inicial foi subestimado em mais de 50%, o que gerou custos adicionais para o governo americano.

Nas Filipinas, a privatização da companhia aérea nacional resultou em inadimplência da empresa concessionária. O governo filipino teve que assumir o controle da companhia aérea e arcar com os custos de reestruturação. No Reino Unido, a privatização das ferrovias na década de 1990 resultou em tarifas elevadas e ineficiência no serviço. O governo britânico teve que intervir no setor ferroviário e arcar com os custos de reestruturação.

Para mitigar os riscos fiscais os contratos devem ser claros e objetivos definindo com precisão os direitos e obrigações de cada parte, incluindo mecanismos de mitigação de riscos. O monitoramento e avaliação dos resultados são fundamentais para o desempenho dos projetos e avaliar os resultados periodicamente para identificar e corrigir problemas.

Os projetos em parceria com o setor privado podem ser ferramentas valiosas para o desenvolvimento do país, mas exigem cautela e planejamento rigoroso para evitar os riscos fiscais. A análise de experiências internacionais e a implementação de medidas de mitigação de riscos são essenciais para garantir o sucesso e a sustentabilidade dos projetos.

As PPPs não são uma solução mágica para os problemas do Estado. É fundamental que o governo tenha capacidade de gestão e expertise para estruturar, acompanhar e avaliar os projetos de forma eficaz. É importante ressaltar que os custos fiscais das concessões podem ser minimizados com um planejamento adequado e uma estruturação cuidadosa dos contratos e das modelagens econômico-financeiras.

Entretanto, é necessário aprimorar o marco legal brasileiro para se exigir os registros de todos os tipos de obrigações e riscos assumidos pelos governos. Neste sentido, alguns países já avançaram como o Chile e Portugal que incluíram em seus marcos legais para as concessões, algumas regras fiscais que limitam o endividamento do Estado e garantem a sustentabilidade fiscal dos projetos. Também criaram um Conselho de Concessões que é responsável por avaliar os projetos e garantir que eles sejam compatíveis com a política fiscal do governo.

Já os Estados Unidos e o Reino Unido criaram um organismo independente que é responsável por auditar as contas das concessões. O Brasil precisa avançar na transparência através do controle contábil do compartilhamento de riscos e das compensações por desequilíbrios tarifários ou outros. Também para registro das contraprestações como uma espécie de endividamento, sendo, neste ponto bastante discordante o atual modelo brasileiro da maioria dos países.

A implementação de regras fiscais para concessões pode ajudar a garantir a sustentabilidade fiscal dos projetos no longo prazo, reduzir os riscos para o Estado e aumentar a confiança dos investidores.

* Advogado com vasta experiência no setor público, George Santoro é secretário-executivo do Ministério dos Transportes

Artigo publicado em 25/4/2024, no Portal Jota
Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 25/04/2024

RENAN FILHO INAUGURA PAVIMENTAÇÃO DA BR-226/MA NESTA SEXTA-FEIRA (26); EMPREENDIMENTO ENTREGUE É AGUARDADO HÁ QUASE MEIO SÉCULO

Durante a agenda, o ministro também visita obras da trincheira da Ladeira do Uruguai, na BR-343/PI



Após mais de quatro décadas de espera da população maranhense, o ministro dos Transportes, Renan Filho, inaugura nesta sexta-feira (26) a pavimentação de 100 quilômetros da BR-226/MA, entre o povoado de Baú e o município de Timon. Com um investimento de R\$ 153,4 milhões por meio do Novo PAC, a conclusão da obra promete impulsionar o desenvolvimento regional, além de proporcionar mais segurança e mobilidade para cerca de 327 mil habitantes da região.

Na sequência, o ministro realiza uma visita técnica nas obras da trincheira da Ladeira do Uruguai, localizada na BR-343/PI. O empreendimento, situado em Teresina, conta com um investimento de R\$ 46,1 milhões e faz parte do contorno rodoviário da capital piauiense.

Cobertura da imprensa

Profissionais de imprensa poderão cobrir a agenda sem necessidade de credenciamento prévio; não está prevista transmissão on-line.

SERVIÇO

O quê: Entrega da obra de pavimentação da BR-226/MA

Quando: Sexta-feira (26/04), às 9h

Local: Povoado 89, BR-226/MA, Timon (MA)

O quê: Visita às obras da trincheira da Ladeira do Uruguai

Quando: Sexta-feira (26/04), às 11h45

Local: Av. João XXIII, BR-343/PI, Teresina (PI)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 25/04/2024

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA: PROJETO DE CONCESSÃO DO POLO GOIÂNIA ESTÁ ABERTO A SUGESTÕES ATÉ SEGUNDA-FEIRA (29)

Com investimento de aproximadamente R\$9,4 bilhões, o projeto prevê a geração de 50 mil empregos

Os interessados em fazer sugestões para modernização do conjunto das rodovias do chamado Polo Goiânia, têm até o dia 29 de abril para contribuir. Após avaliação da ANTT, as sugestões apresentadas poderão ser incluídas às minutas de edital e do contrato, ao Programa de Exploração da Rodovia e aos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental, do projeto de concessão. Os detalhes de como participar podem ser conferidos neste link.

O lote rodoviário soma uma extensão de 572,82 quilômetros e abrange 39 cidades do estado de Goiás. O projeto prevê investimentos de quase R\$9,4 bilhões nos próximos 35 anos, criando cerca de 50 mil empregos diretos e indiretos. A estruturação desse projeto é uma parceria do Ministério dos Transportes, ANTT e BNDES.

Confira as estradas que formam o Polo Goiânia:

- GO-020 – do entroncamento da BR-153/352 em Goiânia até o entroncamento com a GO-139 em Cristianópolis;
- GO-060 – do entroncamento com a GO-050/070 na Av. Castelo Branco em Goiânia até o entroncamento com a GO-320 em Iporá;
- GO-070 – do entroncamento com a BR-060 na Av. Castelo Branco até o entroncamento com a GO-164;
- GO-080 – do entroncamento da BR-040 na Av. Perimetral Norte em Goiânia até Goianésia.
- Obras

No projeto estão previstas obras de ampliação de capacidade, incluindo:

- 63,439 km de duplicação
- 32,964 km de faixas adicionais
- 8,969 km de vias marginais

- 8,030 km de contornos

Além disso, diversas melhorias estão planejadas, como passagens inferiores, retornos, rotatórias, passarelas, acessos, pontos de ônibus e ciclovias. O projeto prevê ainda a instalação de sete praças de pedágio e oito bases operacionais.

Sessões públicas

Nos dias 17/4 em Goiânia e 18/4 em Brasília ocorreram as audiências públicas presenciais e semipresenciais para discutir a concessão das rodovias estaduais em Goiás, reunindo autoridades, especialistas e representantes da sociedade civil, além de membros da Agência e do Ministério dos Transportes.

Durante as sessões públicas diversos pontos foram debatidos, incluindo a qualidade das rodovias, fluidez de tráfego e a segurança viária. O objetivo é promover integração regional e nacional, assim como um escoamento mais eficiente da produção de soja local.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 25/04/2024

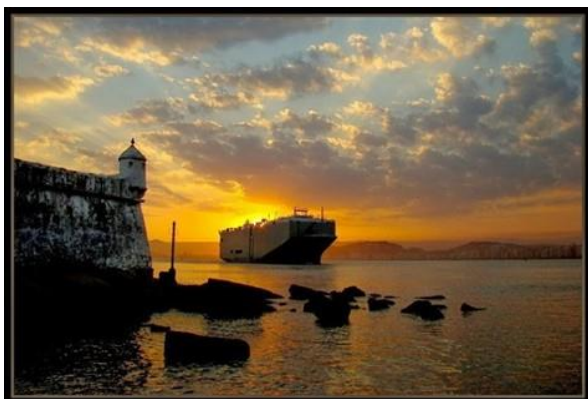


PORTAL PORTO GENTE

OLHAR ATENTO DO PRESIDENTE LULA AO PORTO DE SANTOS.

Editorial Portogente

O estágio superior de política de escândalo é o inquérito judicial ou parlamentar, que resulta em indiciamentos (ManuelCastells)



Foto/crédito: Beatriz Kauffmann (Barra de Santos)

Convém ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva incluir o Porto de Santos no rol de preocupações que afligem o seu governo. Além do que já assistiu, no aniversário do porto, como imagem da atual administração e das denúncias do senador Giordano, na mira do Ministério Público. Não menos preocupante é a ruidosa notícia de abertura do boletim semanal do SINDAPORT, o pujante sindicato dos Trabalhadores Administrativos em Capatazia. Divulga sobre o TCU indicar irregularidades no fatiamento sem licitação de área para um novo terminal de contêineres.

Veja mais: Senador Giordano atira lama no Porto de Santos e resvala no Senado Federal.

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115882-senador-giordano-atira-lama-no-porto-de-santos-e-resvala-no-senado-federal>

O programa governamental de obras e serviços em implantação, no Porto de Santos, supera R\$ 20 bilhões, para os próximos 4 anos. Sem considerar os investimentos privados. Portanto, é imperativo que o secretário de Portos, Alex Ávila, realize o estudo que anunciou, com a competência compatível com a complexidade desse porto. Não é tarefa trivial. No seu papel de think tank, Portogente promove um debate competente e permanente das soluções necessárias para o principal porto do Hemisfério Sul. Objetivando fluxos mais intensos e prioridades.

Veja mais: Dragar o Porto de Santos com inovação

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115731-dragar-o-porto-de-santos-com-inovacao>



Decerto, é prioritário esclarecer as graves denúncias contra o atual presidente da Autoridade Portuária, apresentadas pelo senador Giordano (MDB) junto ao Senado, em 7/2/24, justificadas como “contribuição para a preservação dos princípios democráticos e no exercício das funções públicas desempenhadas na Autoridade Portuária de Santos”. Denúncias que, sem provas e sem punição do senador, transparecem impunidade por conchavo com os acusados.

Veja mais: Lula, atenção aos ruídos que vêm do Porto de Santos

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115874-os-ruídos-do-porto-de-santos>

Como consequência de o caso ter atingido a alçada do Ministério Público Federal, transparece que haverá mais clareza e celeridade na apuração dos fatos. Pelo volume de notícias distribuídas pelo senador, acusando o presidente do Porto de Santos e o ministro de Portos e Aeroportos, citando empresas que operam no Porto de Santos, as investigações poderão resultar num caso paradigmático, para transparência nos portos públicos.

Veja mais: Portogente com Inteligência Artificial (IA) amplia diálogo com seu público

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115885-portogente-com-inteligencia-artificial-ia-amplia-dialogo-com-seu-publico>

Tudo indica que o presidente Lula vai precisar, mais uma vez, pôr ordem no Porto de Santos, para que as obras que anunciou tenham um final exitoso. Administrativamente e urgente, tanto no âmbito político quanto na área técnica, deverá adotar regras mais rígidas nas indicações para cargos e melhorar a governança. Portanto, o governo federal deve tomar uma iniciativa. No todo, como está não pode continuar.

Veja mais: O Sol a Serviço do Brasil

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115886-o-sol-a-servico-do-brasil>

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 25/04/2024

BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – RECURSOS PARA O PAC

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A Comissão de Infraestrutura do Senado Federal discutiu as obras do novo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal na última terça-feira, em Brasília. E enfatizou a importância de alinhar os gastos do programa às metas do arcabouço fiscal. O objetivo é garantir que os projetos sejam realizados conforme programado, sem interrupções ou falta de recursos.

O senador Confúcio Moura destacou a necessidade de evitar os problemas observados nas versões anteriores do PAC, que consumiram bilhões dos cofres públicos, mas acabaram com metas reduzidas e paralisadas.

Diante da frágil situação fiscal do País, é fundamental que as fontes de recursos estejam especificadas e confiáveis para garantir a efetividade do programa. O novo PAC, lançado em 2023 com um investimento de R\$ 1,7 trilhão até 2026, visa impulsionar a economia nacional. No entanto, é crucial que os gastos estejam alinhados às metas fiscais e que os projetos sejam executados sem interrupções. Qualquer atraso ou paralisação representa um desserviço ao desenvolvimento do país e compromete o alcance dos objetivos propostos.

A Caixa Econômica Federal, responsável por gerir os contratos do programa, deve garantir que os recursos sejam repassados de forma ágil e eficiente. A revisão da legislação para ajustar os prazos



de repasse é necessária para evitar atrasos e garantir a execução dos projetos dentro do cronograma estabelecido.

Os projetos do PAC têm o potencial de alavancar a economia e promover o desenvolvimento do País. Portanto, é fundamental que os gastos sejam bem planejados e executados para garantir o sucesso do programa e o crescimento sustentável do Brasil.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/04/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

JOCA 1

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, vai se reunir com os presidentes das três maiores companhias aéreas do Brasil – Gol, Azul e Latam – para debater como aprimorar a legislação de transporte de animais em voos. A iniciativa foi anunciada por Costa Filho ontem, dia 24. O encontro ocorrerá hoje. O motivo da convocação foi a morte de um cachorro na última terça-feira, durante um voo da Gol. O cão, da raça Golden Retriever, chamado Joca, foi levado no compartimento de bagagens para um destino errado - ele deveria seguir para Sinop (MT), mas acabou indo para Fortaleza (CE) e, então, trazido para São Paulo, onde sua morte foi constatada.

JOCA 2

Além de Costa Filho, estarão na reunião o diretor-geral da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Tiago Pereira, e representantes da Associação Brasileira das Empresas Aéreas. Joca 3 A morte do animal de estimação em um voo foi destaque nos principais telejornais do Brasil ontem. O ministro de Portos e Aeroportos chegou a entrar ao vivo em duas emissoras de TV para explicar as medidas que estava tomando sobre o caso.

BLOCO 1

Quarenta e seis novos trabalhadores portuários avulsos (TPA) foram diplomados pelo Órgão de Gestão da Mão de Obra (Ogmo) do Porto de Santos (SP) nessa quarta-feira, dia 24. A cerimônia ocorreu na sede da seccional de Santos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Habilitados como trabalhadores do bloco, eles passaram por um processo seletivo e um treinamento que levou seis meses, todos passaram por um processo seletivo que durou aproximadamente seis meses.

BLOCO 2

A abertura dessas vagas foi possível com a assinatura de uma convenção coletiva entre o Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp) e o Sindicato dos Trabalhadores de Bloco dos Portos de Santos, São Vicente, Guarujá, Cubatão e São Sebastião. Atualmente, a categoria conta com cerca de 50 integrantes. Com os novos portuários, a quantidade praticamente dobrou, destacou o diretor-executivo do Ogmo/Santos, Evandro Schmidt Pause.

BLOCO 3

Entre os diplomados, está a primeira mulher a integrar a categoria do bloco. Com ela, o Ogmo Santos passa a ter quatro mulheres como TPA - já há duas conferentes de carga e uma consertadora.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/04/2024

NACIONAL - CÂMARA DEBATE IMPACTO ECONÔMICO DA BR-319 NO NORTE

São 400 km de estradas que ainda se encontram sem pavimentação na rodovia, o que deixa o Amazonas praticamente isolado

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redebenews.com.br



O requerimento para a audiência na Comissão de Desenvolvimento Econômico foi apresentado pelo deputado Sidney Leite, que alertou para as más condições da rodovia (Foto: Mario Agra/Câmara dos Deputados)

O impacto econômico que a precariedade das estradas na BR-319 causa nos estados da Região Norte foi tema de discussão na Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados na quarta-feira (24). A rodovia é parte do único caminho viário de integração da capital amazonense, Manaus, ao resto do país.

O requerimento para a audiência foi apresentado pelo deputado Sidney Leite (PSD-AM), que justificou o debate devido às más condições da rodovia. São 400 km de estradas que ainda se encontram sem pavimentação na BR-319, o que deixa o Amazonas praticamente isolado, dificultando tanto a entrada de produtos quanto o escoamento da produção da Zona Franca de Manaus.

“Alternativas logísticas devem ser pensadas e uma delas é justamente a reforma na BR-319, que propiciará ganhos econômicos sensíveis para o estado do Amazonas”, afirmou Leite.

O diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Luiz Guilherme de Mello, disse que o órgão já está em desenvolvimento das tratativas para a reconstrução da BR-319. Estão sendo realizados estudos complementares solicitados pelo Ibama para destravar as licenças ambientais do empreendimento.

“Não só a reconstrução do pavimento em si, mas também a substituição de todas as pontes de madeira por pontes de concreto, atendendo, assim, até mesmo uma questão ambiental. Do ponto de vista da engenharia, o que nós fizemos foi realizar uma atualização e uma solução para abordar também o número de passagens de fauna, seja subterrânea ou aérea”, disse Mello.

Lúcio Flávio de Oliveira, presidente-executivo do Centro de Indústrias do Estado do Amazonas, afirmou que o setor precisa ter disponibilidade de todos os modais de transporte possíveis e que superar nosso isolamento rodoviário é conectar a região Norte com o restante do país. “Esse isolamento provocou no ano passado um aumento de custo logístico de 1,4 bilhões de reais do que foi levantado, sem considerar as perdas e prejuízos de venda”.

O coordenador-geral de desenvolvimento da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Igor Costa, destacou o potencial que o projeto tem de melhorar economicamente os municípios do entorno da rodovia. “Sair de uma realidade que já permeia há muitos anos para que a gente possa gerar impactos para a região amazônica de forma geral, que necessita dessa comunicação mais do que urgentemente”.

A representante do Ministério dos Transportes, Paloma Campos, explicou que a pasta instituiu em novembro de 2023 um grupo de trabalho com a finalidade de avaliar a otimização da infraestrutura da rodovia, coletando as opiniões da sociedade civil, das comunidades indígenas, quilombolas e de todos os órgãos envolvidos no processo de pavimentação. “O relatório está em fase de conclusão e quase pronto para ser publicado”, declarou.

Prejuízos ambientais

Em contrapartida, Philip Fearnside, pesquisador no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), sugeriu que os impactos da rodovia para o polo industrial seriam mínimos, destacando que a melhoria da infraestrutura de acesso poderia aumentar os crimes ambientais, como grilagem e desmatamento.

Fearnside argumentou que o projeto de recuperação da BR-319 não é economicamente viável, acarretando prejuízos de aproximadamente 316 milhões de reais. Além disso, afirmou que o transporte via navios oceânicos (cabotagem) pelo Porto de Santos, em São Paulo, é 37% mais barato do que a rota atual, proporcionando um maior custo-benefício para o escoamento da produção. “A solução ideal para Manaus é fazer um porto adequado para levar esse frete de navios”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/04/2024

NACIONAL - COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA COBRA MAIS RAPIDEZ NO REPASSE DOS RECURSOS DO PAC

Objetivo é garantir que os gastos do programa do Governo estejam alinhados às metas do arcabouço fiscal

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redenenews.com.br



Segundo o senador Confúcio Moura, autor do requerimento, não é possível ir adiante sem que as fontes de onde sairão os recursos do PAC estejam devidamente especificadas

A Comissão de Infraestrutura (CI) do Senado Federal debateu nesta terça-feira, dia 23, as obras do novo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, lançado em 2023, e cobrou mais rapidez no repasse de recursos da União para os estados e municípios.

O requerimento para a audiência foi apresentado pelo Senador Confúcio Moura (MDB-RO), com o objetivo de garantir que os gastos do programa estejam alinhados às metas do arcabouço fiscal. Segundo o parlamentar, a intenção é evitar a repetição dos problemas observados no PAC 1 (2007) e no PAC 2 (2010), os quais consumiram R\$ 700 bilhões dos cofres públicos, mas acabaram com metas reduzidas, paralisadas e um baixo percentual de entrega.

“Tal quadro não pode se repetir agora, especialmente diante da frágil situação fiscal do país. Um dos obstáculos das versões anteriores foi justamente a falta de dinheiro para fazer frente à carteira de projetos a longo prazo. Logo, não podemos ir adiante sem que as fontes de onde saíram os recursos estejam devidamente especificadas e sem que esses mecanismos pareçam confiáveis”, disse Moura.

A terceira versão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi lançada em agosto de 2023. De acordo com o Governo Federal, o programa terá um investimento de R\$ 1,7 trilhão que serão aplicados até 2026. O diretor de planejamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Nelson Barbosa Filho, explicou sobre o plano de financiamento.

“Esses R\$ 1,7 tri de financiamento estão mais ou menos divididos da seguinte forma: R\$ 370 bi de de OGU (Orçamento Geral da União), limite que foi colocado no arcabouço fiscal e está consistente com isso, 0,6% do PIB. E os outros são R\$ 612 bi de investimento privado, às vezes em concessões, investimentos de empresas”, afirmou Barbosa Filho.

O representante da Caixa Econômica Federal, Flávio Gavazza, foi questionado pelos parlamentares sobre o limite de 540 dias na legislação para o repasse dos recursos. O superintendente da instituição financeira afirmou que enviou uma série de propostas ao Governo Federal e ao Ministério da Gestão e Inovação (MGI) para ajustes tanto na Portaria 33, que regulamenta o Orçamento Geral da União hoje, quanto para uma potencial construção de uma regulamentação específica do PAC.

“A nossa meta para análise é de 3 meses no máximo entre a contratação e abertura do processo licitatório, mas depende dessa regulamentação”, declarou Gavazza.

A Caixa é responsável por gerir os contratos do programa. Nas obras aprovadas para 2024, R\$ 13,1 bilhões vão poder ser executados pelos estados, Distrito Federal ou municípios.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 25/04/2024

NACIONAL - BAÍA DE SÃO MARCOS - EM SEIS MESES, 100 EMBARCAÇÕES SÃO ABASTECIDAS EM OPERAÇÃO DE FUNDEIO

Operação é inédita no Brasil e realizada em parceria entre a Acelen e a Bunker One

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa.pimentel@redebeneews.com.br



A Acelen e a Bunker One informaram que o local foi escolhido por ser um centro estratégico para o comércio internacional, principalmente para exportações de matérias-primas - Divulgação

Em seis meses, a operação de abastecimento de navios em área de fundeio – inédita no Brasil – chegou a 100 embarcações atendidas. A operação é realizada na Baía de São Marcos, no Maranhão, em parceria entre as empresas Acelen e Bunker One.

As companhias informaram que o local foi escolhido por ser um centro estratégico para o comércio internacional, principalmente para exportações de matérias-primas, como minério de ferro e soja, e para distribuição de produtos petrolíferos no mercado interno.

Ressaltaram também que a operação impacta positivamente a economia da região, com a geração de impostos e fomento a novos negócios.

Um dos destaques da recente atividade é o fornecimento a navios que não teriam escala programada na Baía de São Marcos e passaram a planejar paradas estratégicas exclusivamente para abastecimento, os chamados “bunker only calls”. Nessas paradas, os navios aproveitam e contratam novos serviços das agências portuárias locais, o que ajuda a movimentar a economia local, além de logística mais eficiente, já que não há necessidade de ancoragem interna.

Flavio Ribeiro, CEO da Bunker One no Brasil, cita perspectivas para a ampliação da operação na Baía de São Marcos. “É uma área que tem todas as características necessárias para ser a base do mercado offshore que vai se estabelecer na região. Por sua localização, está atraindo cada vez mais embarcações de diferentes partes do mundo, algumas que sequer estavam programadas, mas que, ao verem a facilidade de acesso, fazem o seu abastecimento por lá. A tendência é que a demanda na Baía de São Marcos cresça ainda mais e de forma significativa nos próximos anos”, afirma o executivo.

No lançamento do serviço logístico, em outubro do ano passado, as empresas informaram em comunicado conjunto que a nova opção de abastecimento atende a todos os tipos de embarcação e rotas, entre elas as que têm como origem e destino Europa e Estados Unidos.

O abastecimento é realizado por um tanker (navio-tanque) sem necessidade de ancoragem interna, o que pode reduzir o tempo de permanência no porto e os custos com taxas portuárias, já que os navios são abastecidos enquanto aguardam a entrada na área interna para operar. É possível atender até dois navios por dia, levando em consideração o tempo de cada operação e as particularidades de cada abastecimento.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 25/04/2024

NACIONAL – AEROPORTOS - ANAC INSTAURA PROCESSO PARA APURAR MORTE DE CACHORRO EM VOO DA GOL

Joca foi transportado para o destino errado pela empresa aérea e morreu após 7h de viagem
Por **MARÍLIA SENA** marilia.sena@redebeneews.com.br



O cachorro Joca, da raça Golden Retriever tinha que viajar para Sinop (MT), mas foi levado para Fortaleza e depois encaminhado para São Paulo, onde foi constatada a morte

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) instaurou, nesta quarta-feira, 24, um processo administrativo contra a Gol Linhas Aéreas após a morte de um cachorro da raça Golden Retriever. O cão chamado Joca foi transportado para o destino errado pela empresa aérea. O animal tinha que viajar para Sinop (MT), mas foi levado para Fortaleza e depois encaminhado para São Paulo, onde foi constatada a morte.

Joca tinha um atestado indicando que o animal estava apto a viajar pelo período de duas horas, mas com a falha, ficou 7 horas no trajeto.

A Gol tem até três dias para prestar informações sobre o caso. “A Anac solicitou à GOL, entre outras informações, detalhes sobre as condições de transporte do animal, o seu envio para localidade diversa da contratada e as condições para a prestação desse tipo de serviço. O objetivo é abrir processo de fiscalização conforme as constatações apuradas”, informou a agência reguladora.

A decisão da Anac foi após uma reunião de emergência entre o diretor-presidente da Agência, Tiago Pereira, e o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa. O ministro prestou condolências ao tutor do animal, João Fantazzini, e disse que pretende iniciar um amplo diálogo no Congresso Nacional para “construir leis mais duras para coibir esse tipo de incidente”.

“Não vamos admitir que episódios como esse voltem a se repetir. Desde já, gostaria de prestar toda minha solidariedade ao tutor de Joca, João Fantazzini, e dizer que estamos acompanhando de perto toda investigação”, disse o ministro.

Na Câmara dos Deputados, o vice-presidente da Comissão de Viação e Transportes, Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP), apresentou um requerimento convocando o presidente da Gol para prestar esclarecimentos. O pedido deve ser votado ainda esta semana pelos integrantes do colegiado.

Após o episódio, a Gol suspendeu inicialmente por 30 dias a venda do serviço de transporte de animais no porão de suas aeronaves. Quem contratou o serviço pode pedir a restituição do valor ou solicitar o adiamento da viagem para depois de 23 de maio. Segundo a Gol, o serviço de transporte de animais na cabine do avião está mantido.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 25/04/2024

NACIONAL – RODOVIAS - TCU APROVA PROJETOS DE CONCESSÕES DAS BR-381 E BR-040

Expectava é de que os dois leilões sejam realizados no segundo semestre deste ano
Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebeneews.com.br

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou os projetos de concessão de duas rodovias federais: o trecho da BR-381, de Belo Horizonte a Governador Valadares, e o da BR-040/MG/GO, a Rota dos

Cristais. A expectativa é que os editais sejam publicados pela Agência Nacional dos Transportes Terrestres (ANTT) no próximo mês.



Na chamada Rota dos Cristais, serão transferidos à iniciativa privada 594,80 quilômetros de pistas, entre Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, e a cidade de Cristalina, em Goiás (Foto: Divulgação/ANTT)

Já os leilões das duas concessões rodoviárias deverão ocorrer no 2º semestre deste ano, de acordo com a expectativa do Ministério dos Transportes.

“A aprovação desses estudos é uma etapa importante para que a ANTT possa publicar os editais de concessão.

A expectativa é que o edital de concessão seja publicado ainda no início do mês que vem pela Agência, e cem dias depois haveria o leilão, muito provavelmente no final do mês de agosto”, explicou a secretária Nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse.

O trecho a ser concedido da BR-381 fica entre os entroncamentos da rodovia com a BR-262/MG, em Belo Horizonte, e a BR-116/MG, em Governador Valadares. As obras de ampliação de capacidade e melhorias previstas para os lotes 8A e 8B, na saída de Belo Horizonte, saíram da concessão e foram delegadas ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

O trecho foi identificado como o de maior risco e essa alteração deve deixar o ativo federal mais atraente para investidores em potencial.

Na Rota dos Cristais, serão transferidos à iniciativa privada 594,80 quilômetros de pistas, entre Belo Horizonte (MG) e Cristalina (GO). Os segmentos a serem concedidos incluem a BR-040/GO, entre o entroncamento com a BR-050 até a divisa de Minas Gerais e Goiás, e a BR-040/MG, do Km 0 ao 533,2, da divisa até o entroncamento com a BR-135, no Anel Rodoviário de Belo Horizonte. O projeto tem potencial de assegurar R\$ 10,65 bilhões para investimentos na rodovia.

“Essa rota representa a padronização que nós acordamos com o Tribunal de Contas e o enquadramento com a nova política de outorgas. Em teoria, todos os estudos seguem o modelo de Cristais, por isso ela é bastante emblemática. Isso vai facilitar a análise pelo TCU e pelos investidores que estudam participar do leilão”, avaliou a secretária.

A aprovação dos projetos pelo TCU já era bastante aguardada pelo ministro dos Transportes, Renan Filho. Durante o leilão da BR-040, no trecho entre Belo Horizonte e Juiz de Fora (MG), Renan afirmou que o Ministério enviou à corte de contas um total de oito projetos, com a expectativa de que sejam aprovados nos próximos dois a três meses.

BR-381

De acordo com o Ministério dos Transportes, dos R\$ 10,09 bilhões previstos a serem aplicados na rodovia de 304 quilômetros de extensão ao longo de 30 anos de concessão, são R\$ 6,03 bilhões para investimentos, incluindo novas obras, e R\$ 4,06 bilhões para serviços operacionais. A maior parte das melhorias visam ampliar a capacidade e aumentar a segurança da via.

Vale lembrar que a BR-381 chegou a ser leiloada no final do ano, o que seria o terceiro certame promovido pela União. No entanto, não houve interessados para o projeto e, desde então, a pasta promoveu mudanças no contrato inicialmente apresentado.

Rota dos Cristais

O Programa de Exploração da Rodovia (PER) desenhado para a Rota dos Cristais abrange quatro frentes de trabalho: serviços estruturais que envolvem recuperação e manutenção da via; retomada das obras de ampliação de capacidade, melhorias e manutenção do nível de serviço; além das frentes de conservação e de serviços operacionais.

O trecho compreendido no plano de outorga aprovado pelo ministro dos Transportes faz parte da concessão da Via 040 (BR-040/DF/GO/MG), que foi desmembrada em duas novas propostas: a da “Rota dos Cristais” e a da “Rota do Pequi”, entre Cristalina (GO) e o Distrito Federal, a qual será concedida com o trecho da BR-153/060, entre Goiânia (GO) e DF.

A BR-040 será dividida por diversos trechos estaduais. O trecho de BH a Juiz de Fora já foi concedido, enquanto que o ministério estuda a modelagem do trecho da rodovia que conecta Juiz de Fora até o Rio de Janeiro.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 25/04/2024

REGIÃO SUDESTE - PORTO DE SANTOS - APS: MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS ACUMULADA DO ANO CRESCE 15,9%

Somente no mês de março foram movimentadas 16 milhões de toneladas

Por Cássio Lyra cassio.lyra@redenenews.com.br



O Porto de Santos movimentou 16 milhões de toneladas de mercadorias em março, alta de 5% em comparação com 2023, quando foram registradas 15,3 milhões de toneladas (Foto: Vosmar Rosa/MPor)

A Autoridade Portuária de Santos (APS) divulgou nesta semana os resultados referentes à movimentação de cargas no complexo marítimo no mês de março. Ao todo, foram 16 milhões de

toneladas de mercadorias, registrando a melhor marca para o período, representando um aumento de 5% em comparação ao ano passado, quando foram movimentadas 15,3 milhões de toneladas.

De acordo com a APS, o desempenho registrado em março elevou em 15,9% o movimento acumulado de cargas no primeiro trimestre de 2024, que soma 42,3 milhões de toneladas, também um recorde para o período.

Assim como em outros balanços mensais do Porto de Santos, mais uma vez o açúcar se destacou, com 1,9 milhão de toneladas no mês, crescimento de 95,6%, e 6,1 milhões de toneladas no acumulado do ano, aumento de 97,8%.

Em seguida, a carga containerizada somou 454.645 TEU (medida equivalente a um contêiner de 20 pés), aumento de 21,6% no comparativo mensal, e 1,2 milhões de TEU no acumulado do ano, crescimento de 20,6%.

As carnes, o café em grãos e o farelo de soja também apresentaram bom desempenho no mês de março, com aumento de, respectivamente, 46%, 39,2% e 1,4% no mês e 22,1%, 49,6% e 17,3% no acumulado do ano. Entre os líquidos a granel destacou-se o óleo diesel e gasóleo, com crescimento mensal de 241,4% (272,3 mil toneladas) e anual de 197,0% (672,7 mil toneladas).

O presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini, destacou a movimentação dos grãos e do açúcar. Ele revelou ainda que o Porto de Santos deverá encerrar o ano com 23,5 milhões de toneladas de açúcar embarcadas, 31,9 milhões de toneladas de soja e 20,2 milhões de toneladas de milho.

“A infraestrutura para atendimento às safras agrícolas está em expansão no complexo portuário de Santos. Players multinacionais de alimentos vêm fazendo investimentos na capacidade do Porto para movimentação de grãos”, analisou o presidente do cais santista.

No geral, os embarques atingiram no mês 12,3 milhões de toneladas, um crescimento de 5,5%, e no acumulado do ano, com 31,1 milhões de toneladas, ficando 17,6% acima do mesmo período de 2023. Já as descargas somaram 3,7 milhões de toneladas, ficando 3,3% acima do apurado em março do ano anterior e o acumulado no trimestre atingiu 11,1 milhões de toneladas, também apresentando crescimento de 11,5%.

Os granéis sólidos somaram no mês 8,5 milhões de toneladas (+5,1%) e no acumulado do ano 21,2 milhões de toneladas (+11,2%), melhor marca para o período. Já os granéis líquidos atingiram 1,7 milhão de toneladas em março (+2,0%) e no trimestre 4,9 milhões de toneladas (+11,8%), também a melhor marca acumulada no período.

A atracação de navios nos 3 primeiros meses do ano atingiu 1.381 embarcações, crescimento de 7,7%.

Corrente comercial

A participação acumulada do Porto de Santos na corrente comercial brasileira apresentou crescimento ao atingir 29,3% frente ao mesmo período do ano anterior (27,9%). Cerca de 16,6% das transações comerciais nacionais com o exterior tiveram a China como país parceiro. São Paulo, com 34,5%, permanece como o Estado com maior participação nas transações comerciais com o exterior, por Santos.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 25/04/2024

REGIÃO NORDESTE - TRABALHADORES PORTUÁRIOS DO MARANHÃO FAZEM CURSO DE IA

Sindicato da categoria promove curso até o fim do semestre para criar soluções que serão aplicadas nas empresas que atuam no setor

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redenenews.com.br



Na última etapa do curso, as soluções que forem geradas voltam para as corporações para serem testadas, validadas e refinadas. Foto: Divulgação

O Sindicato dos Operadores Portuários do Maranhão (Sindomar) realiza, até o fim do primeiro semestre, o curso Jornadas Disruptivas, imersão tecnológica orientada para as empresas que atuam no setor portuário do Maranhão. O objetivo é criar um HUB Marítimo-Portuário, capaz de levar a cultura de inovação para dentro das corporações, com finalidade de reduzir custos e elevar a produtividade utilizando inteligência artificial.

O curso é realizado pela empresa privada Creative Pack. “O Nordeste sempre foi um celeiro de grandes tecnologias e, no Maranhão, estamos dando esse grande passo para resolver novos e velhos problemas usando a tecnologia”, explica o presidente do Sindomar, Daniel Pereira.

Segundo ele, o momento é de manter o aumento em produtividade, gerar mais emprego e renda de forma socialmente responsável e ambientalmente adequada às realidades atuais, sem deixar de lado a inovação.

O evento de lançamento das Jornadas Disruptivas aconteceu na sede da Creative Pack, instalada no edifício Michelangelo, no bairro Jardim Renascença, em São Luís, no último dia 11. A programação contou com palestras sobre inovação.

“O encontro foi sobre a criação de novos negócios, novas soluções para problemas do setor portuário, usando inteligência artificial. A partir do método Howl, da Creative Pack, o Sindomar entra como um grande parceiro nessa jornada para que a gente consiga levar mais performance, rendimento, receitas e melhoria por meio da inovação e tecnologia”, afirma o CEO da Creative Pack, João Silva.

O primeiro passo da jornada é mapear os desafios das empresas e priorizar o que será trabalhado inicialmente. O segundo passo é a construção de uma cultura de inovação, para que colaboradores entendam, lidem e mantenham novos processos na organização.

Em seguida, durante dois dias, ocorre o desenvolvimento de soluções funcionais por meio de IAs que exigem baixo domínio do usuário em programação. Já a última etapa é a de aplicação, onde as soluções que foram geradas voltam para as corporações para serem testadas, validadas e refinadas.

Os conteúdos são repassados em encontros diários de duas horas, ao vivo, que podem ser presenciais ou remotos e tudo fica disponível para as empresas pelo prazo de um ano.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/04/2024

REGIÃO SUDESTE - AEROPORTO DE VIRACOPOS RECEBE EQUIPAMENTOS PARA SHOW DE MADONNA

Equipamentos desembarcaram no Terminal de Carga e seguiram, por via terrestre, para o Rio de Janeiro

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebeneews.com.br



Parte dos equipamentos saíram de Miami, nos Estados Unidos, e chegaram no Brasil na quarta-feira (Foto: Divulgação/Viracopos)

O Terminal de Carga (Teca) do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP), recebeu na quarta-feira (24) parte dos equipamentos que serão utilizados no megashow da cantora Madonna, que acontecerá no dia 4 de maio, na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro.

Segundo a concessionária que administra o terminal, foram desembarcados no Teca três paletes fechados, pesando um total de 5,4 quilos. Os equipamentos foram depositados em caminhões e seguiram para o Rio de Janeiro nesta quinta-feira (25). O restante dos equipamentos deverá ir direto para a capital carioca.

Os equipamentos foram transportados em Boeing 747-400, que decolou de Miami, nos Estados Unidos. O aeroporto conta com uma equipe experiente no processamento ágil e eficiente de cargas especiais. O material utilizado para eventos fica em área controlada e segura, com sistema de vigilância eletrônica e pessoal 24hs por dia.

O Terminal de Carga de Viracopos é a principal porta de entrada de equipamentos para grandes eventos internacionais que acontecem no Brasil.

Recentemente, o aeroporto recebeu equipamentos usados para a montagem de palco e demais estruturas para o festival Lollapalooza, em São Paulo.

Além disso, o Teca recebe aviões de cargas contendo material dos principais shows internacionais que acontecem no Brasil.

Vale lembrar, também, que Viracopos é o aeroporto oficial do GP Brasil de Fórmula 1, em Interlagos, há 22 edições consecutivas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/04/2024

SANTOS EXPORT - ESPECIALISTAS VEEM PORTO IMPULSIONADO PELO AGRONEGÓCIO

Volume de cargas no complexo portuário tende a aumentar devido à alta na produção de commodities em outros estados

Por YOUSEFE SIPP yousefe.sipp@redebeneews.com.br



Representantes de empresas participaram do painel “A logística das cargas e o futuro do complexo portuário de Santos”, no segundo e último dia de atividades do Santos Export (Foto: Fernanda Luz/Grupo Brasil Export)

As oportunidades de crescimento do Porto de Santos (SP), resultantes de uma maior integração com o Centro-Oeste, foram tema de debate em um dos painéis do segundo e último dia de atividades do Santos Export – fórum regional de Logística, Infraestrutura e Transportes, terça-feira (23), em Santos.

A expectativa do CEO da América do Sul da Odjell Terminals, Ary Serpa Jr., é de que o volume de cargas no complexo portuário aumente em função do crescimento do agronegócio, impulsionado pela alta da produção de milho, cana-de-açúcar, biocombustíveis e combustíveis fósseis na região Centro-Oeste.

“Há uma grande expectativa. Nós estamos investindo em Santos, fazendo uma expansão que está em andamento desde o início do ano. Vamos começar em maio um terminal no Centro-Oeste e, através de parcerias com as empresas VLI e a Rumo, vamos movimentar cargas do modal ferroviário para o Porto de Santos”, disse Serpa Jr.

Décio Amaral, presidente da Ultracargo, destacou a oportunidade do complexo portuário de Santos de acessar o mercado de grãos líquidos. Ele mencionou que a partir de 2029, a Petrobras não será mais superavitária na produção de diesel para a Região Sudeste. Além disso, apontou que a Refinaria de Paulínia (SP) não conseguirá mais abastecer o agronegócio com o combustível, abrindo espaço para que o estado de Mato Grosso, por exemplo, se torne um possível mercado potencial.

“A importação de diesel por Santos hoje não é estrutural; é oportunística por janelas de preço. E mesmo nesse modelo, não consegue tratar todo o diesel importado e perde carga para Paranaguá, que vem de caminhão”, declarou Amaral.

O painel “A logística das cargas e o futuro do complexo portuário de Santos” foi o primeiro realizado na terça-feira. Teve como moderador o diretor-geral da Rede BE News, Leopoldo Figueiredo. Também estiveram presentes no painel Guilherme Penin, vice-presidente de Regulação e Expansão da Rumo; Fábio Marchiori, CEO da VLI; e Djalma Vilela, presidente da Multilog.

O Fórum Santos Export é uma iniciativa e realização do Grupo Brasil Export, com apoio institucional do Ministério de Portos e Aeroportos. A produção é da Bossa Marketing e Eventos e a mídia oficial da Rede BE News. A transmissão é feita ao vivo e com imagens pela TV BE News, através de seu canal no Youtube (@tv_benews).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/04/2024

SANTOS EXPORT - EMPRESAS APRESENTAM INICIATIVAS PARA DESCARBONIZAR O SETOR PORTUÁRIO

Todas elas prometeram investimentos para reduzir a emissão de carbono durante painel do Sustenta Export

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redebeneews.com.br



O painel teve a participação de executivos das empresas BTP, DP World, Santos Brasil e WEG, com moderação do presidente do Conselho ESG do Brasil Export, João Amaral (Foto: Fernanda Luz/Grupo Brasil Export)

Representantes dos principais portos e grupos logísticos do Brasil compartilharam suas metas e iniciativas para aderir à economia sustentável durante o segundo painel do Sustenta Export – fórum nacional de Transição Energética no Setor de Infraestrutura. O evento fez parte da programação do Santos Export, encerrado na terça-feira, dia 23.

O debate foi conduzido pelo presidente do Conselho ESG do Brasil Export, João Amaral, que questionou os empresários sobre seus projetos para adaptar as operações dos terminais portuários à proposta de transição energética.

O diretor de Operações Portuárias da Santos Brasil, Bruno Stupello, anunciou que, com a prorrogação do contrato de arrendamento pelo Governo Federal no Porto de Santos até 2047, a empresa investirá mais de R\$ 2,7 bilhões em sua expansão. A meta é neutralizar as emissões de carbono até 2040 implementando tecnologias mais limpas, como a substituição gradual dos transtêineres (guindastes que fazem o movimento do contêiner do caminhão para a pilha no pátio do porto) por modelos elétricos.

“Cada RTG (transtêiner) a diesel, em uma operação mensal, emite aproximadamente 20 toneladas de carbono. Estamos planejando substituir gradualmente todo o nosso parque de RTG por versões elétricas, o que resultará em uma redução de quase 800 toneladas de carbono por mês”, disse Stupello.

O diretor de Operações da Brasil Terminal Portuário (BTP), Ricardo Trotti, estima que a empresa seja 100% neutra em carbono até 2032. Com um investimento de 2 bilhões para adquirir novos equipamentos, incluindo 2 STS (guindastes utilizados em portos para descarga ou embarque de contêineres), 57 RTGs e máquinas para tornar as operações nos terminais totalmente elétricas, o executivo acredita que os projetos podem ajudar a resolver os gargalos no Porto de Santos.

“Tudo nos leva a crer que a capacidade atualmente deficiente do Porto de Santos será significativamente melhorada com a introdução desses novos equipamentos e o investimento em energia e eletrificação”, afirmou Trotti.

Wilson Lozano, diretor geral de Operações da DP World Brasil, destacou que o objetivo é alcançar 100% de redução nas emissões de carbono até 2050. “Um equipamento elétrico vai menos para a manutenção, é mais produtivo e aumenta sua eficiência operacional. Isso é olhar a sustentabilidade junto com aspectos empresariais”, declarou.

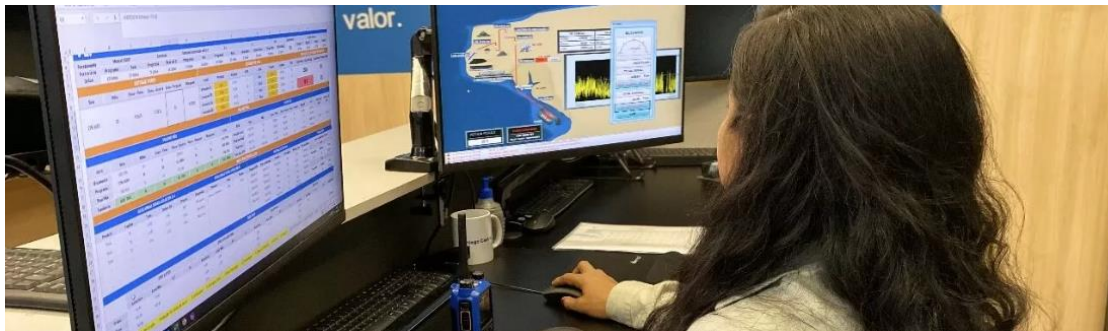
Por fim, Cláudio Navarrete Filho, coordenador de vendas da WEG, explicou que a empresa já se concentra em fornecer produtos eficientes que utilizem energia de forma otimizada, incluindo soluções como energia solar.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 25/04/2024

REGIÃO NORDESTE - VLI INAUGURA CENTRO PARA AUTOMATIZAR CONTROLE DE CARGAS NO MARANHÃO

Com a tecnologia do novo CCO, a VLI automatizará processos, incluindo o controle de estoque nos silos e armazéns

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redenenews.com.br



Com a tecnologia do novo CCO, a VLI automatizará processos, incluindo o controle de estoque nos silos e armazéns. Além disso, foram introduzidos sistemas de automação na descarga e no embarque. Divulgação/VLI

A VLI inaugurou seu novo Centro de Controle Operacional (CCO), no Terminal Portuário São Luís (TPSL), na capital maranhense.

Com a tecnologia do novo CCO, a VLI automatizará processos, incluindo o controle de estoque nos silos e armazéns. Além disso, foram introduzidos sistemas de automação na descarga e no embarque, junto com circuito fechado de TV, para aumentar os níveis de segurança operacional e permitir o manuseio de volumes ainda maiores com eficiência.

O porto maranhense operado pela VLI escoar a produção do Matopiba (acrônimo que denomina a região do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), além dos estados do Pará, Goiás e Mato Grosso, por meio do Corredor Norte. No TPSL são realizadas as operações de descarga ferroviária de soja e milho, ferro gusa e manganês, bem como o embarque de navios.

“Nossos investimentos têm como foco a geração de valor ao negócio. Os portos do Arco Norte, acessados por meio da Ferrovia Norte-Sul, são o caminho natural para o escoamento da produção da região, por isso têm crescido cada vez mais em importância para a pauta de exportações brasileiras”, afirma o gerente-geral de Terminais e Portos do Sistema Norte da companhia, Douglas Marques.

A companhia destaca que a nova estrutura reflete o objetivo de fortalecer a infraestrutura da região. Recentemente, a empresa adquiriu 168 vagões Hopper HTT e três locomotivas para operar na

Ferrovia Norte-Sul, em um investimento de aproximadamente R\$ 200 milhões. Os vagões já estão operando no transporte da atual safra.

O que é o CCO?

O CCO é uma sala equipada com câmeras de monitoramento que supervisiona todas as operações portuárias, incluindo a movimentação de pessoas e máquinas, além de coordenar frentes de operações e manutenção. Funcionando como um centro de comando centralizado, o CCO controla a inicialização de equipamentos, gerencia fluxos de comunicação com a ferrovia, opera e mantém o porto, a Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) e as agências marítimas.

O gerente-geral destaca que o CCO impacta positiva e diretamente na fila de espera de navios, no Terminal Portuário São Luís. “O Centro de Controle Operacional é a cabeça e o coração do porto. Ele nos dá uma fila de navios saudável, garantindo que a atracação e desatracação dos navios ocorram conforme o planejamento”, conclui.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/04/2024

NACIONAL - MINISTÉRIO PREMIA MELHORES AEROPORTOS E AÉREAS DO PAÍS

Aeroporto de Florianópolis e a empresa aérea Azul ganharam como os melhores serviços de aviação do país



iniciativa é do Ministério de Portos e Aeroportos, em parceria com a Aeroportos do Brasil (ABR) e a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR)/Foto: Sérgio Frances

O Aeroporto de Florianópolis, em Santa Catarina, e a empresa aérea Azul foram escolhidos pelos passageiros como os melhores serviços de aviação do país. O anúncio foi feito nesta quinta-feira, dia 25, durante a entrega do prêmio “Aviação + Brasil 2024”, em Brasília.

A iniciativa é do Ministério de Portos e Aeroportos, em parceria com a Aeroportos do Brasil (ABR) e a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR). Foram avaliados 61 aeroportos e três empresas aéreas por meio de mais de 90 mil entrevistas ao longo de 2023. Além disso, foram realizadas análises de mais de 1,4 milhão de movimentos de pousos e decolagens pelo Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea (CGNA).

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Juliano Noman, afirmou que 93% dos entrevistados classificaram os aeroportos nacionais com um bom índice de aprovação. “É o momento de a gente olhar, parar e pensar nas oportunidades de melhoria. 93% não é 100%, a gente sabe da busca constante de atender bem as pessoas e com muita segurança.”

Na categoria regional, o Aeroporto de Cascavel, no Paraná, foi considerado o melhor. Em relação à movimentação e pontualidade, o Aeroporto de Confins, em Minas Gerais, destacou-se entre os empreendimentos com capacidade acima de 10 milhões de passageiros.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou o potencial da aviação para impulsionar a economia brasileira, ressaltando não apenas sua função como meio de transporte, mas



também como agente fundamental na promoção da inclusão social e no estímulo ao turismo de negócios e lazer.

“A gente, quando olha o PIB de Portugal no turismo, estamos falando de 18%; Na França, em mais de 22%; No Brasil, apenas 7% da economia do nosso PIB vem do turismo, isso mostra todo o potencial que nós temos para avançar nessa janela de oportunidades que o país tem, que dialoga com a aviação e o fortalecimento dos aeroportos”, disse Costa Filho.

Para Jurema Monteiro, presidente da ABEAR, o crescimento da aviação reflete o crescimento do país. “É fundamental renovar o apoio que o setor tem dado às medidas estruturantes que estão contribuindo para o desenvolvimento do nosso país, possibilitando um crescimento econômico e social que certamente irá melhorar o ambiente de trabalho, o ambiente de negócios e, conseqüentemente, o ambiente da aviação”, afirmou.

No evento também foi assinado o primeiro plano de trabalho entre o Ministério de Portos e Aeroportos e a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), com o objetivo de aprimorar a qualidade dos serviços para pessoas com o espectro do autismo. A proposta foi sugerida pela deputada Isa Arruda (MDB-PE).

Participaram da cerimônia: Felipe Carreras (PSB-PE); Mariana Pescatori, Secretária-Executiva do Ministério de Portos e Aeroportos; Aparecido Luiz da Silva, Diretor de Administração da Infraero; Major-Brigadeiro Duarte Fernando; e Thiago Pereira, Diretor Substituto da ANAC.

Confira a lista dos ganhadores na íntegra:

Aeroportos Regionais:

Sul – Cascavel, Paraná;
Sudeste – Uberlândia, Minas Gerais;
Centro-Oeste / Norte – Macapá, Amapá;
Nordeste – Imperatriz, Maranhão.

Pontualidade:

Movimentação de até 5 milhões de passageiros – Goiânia, Goiás;
Entre 5 a 10 milhões de passageiros – Recife, Pernambuco;
Acima de 10 milhões de passageiros – Confins, Minas Gerais;
Empresa aérea mais pontual – Azul.

Melhores Aeroportos:

Movimentação de até 5 milhões de passageiros – Florianópolis, Santa Catarina;
Entre 5 a 10 milhões de passageiros – Porto Alegre, Rio Grande do Sul;
Acima de 10 milhões de passageiros – Confins, Minas Gerais.

Melhor empresa aérea do Brasil em 2024: Azul.

Melhor Aeroporto do Brasil em 2024: Florianópolis, Santa Catarina

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 25/04/2024



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

APS APRESENTA CONCLUSÕES DE PESQUISA SOBRE POMBOS NO PORTO DE SANTOS

Informações: *Autoridade Portuária de Santos (25 de abril de 2024)*



Dados identificaram locais mais propícios para os pombos, para medidas corretivas

A Autoridade Portuária de Santos (APS), em reunião em sua sede com terminais do Porto de Santos, apresentou os resultados da 1ª primeira campanha de diagnóstico populacional de pombos no complexo portuário. O encontro aconteceu no dia 18 de abril último.

O levantamento foi feito entre os meses de dezembro e janeiro últimos. Empresa contratada realizou a pesquisa com uso de drone, nas áreas públicas e arrendadas do Porto, fazendo a contagem das aves e avaliando condições favoráveis para alimentação, pouso, abrigo e nidificação de pombos.

O relatório técnico trouxe dados sobre a população média de pombos no parque portuário e sua densidade por região. Com a identificação das principais áreas utilizadas pelas aves para pouso, nidificação e alimentação, foi possível detectar locais mais favoráveis para aqueles pássaros e sugerir melhorias. As não conformidades identificadas foram enviadas aos terminais para que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias. Os pombos domésticos são hospedeiros de diversos patógenos de importância sanitária que podem acometer a saúde dos seres humanos, ocasionando diversas doenças. Além disso, os dejetos dessas aves podem entupir calhas, danificar instalações e contaminar mercadorias movimentadas no Porto.

A APS tem objetivo de promover nova pesquisa no início do segundo semestre. Os levantamentos possibilitarão a implementação de medidas mitigatórias, que não apenas auxiliarão na prevenção de doenças, mas também contribuirão de maneira sustentável e eficiente para a preservação do ambiente portuário.

O trabalho está relacionado ao Programa de Monitoramento e Controle de Fauna Sinantrópica Nociva, condicionante da Licença Ambiental do Porto de Santos. O Programa visa controle e monitoramento de animais que interagem de forma negativa com a população humana, causando riscos à saúde pública e transtornos de ordem econômica ou ambiental.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 25/04/2024

LIDERANÇAS DO SETOR PORTUÁRIO DISCUTEM ALTERAÇÃO DA LEI DOS PORTOS

Informações: Santaportal (25 de abril de 2024)

Uma comissão de juristas, criada em abril de 2024, está empenhada em promover audiências públicas com representantes do setor portuário, visando debater melhorias cruciais e, em um prazo de 180 dias, apresentar uma proposta de revisão da Lei dos Portos, estabelecida em 2013. Na quarta-feira (24), mais uma audiência foi realizada, na Associação Comercial de Santos, com transmissão pelo YouTube da Câmara de Deputados.

Angelino Caputo e Oliveira, diretor executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), destacou a importância desse movimento como um passo vital para a desburocratização dos processos portuários. Ele ressaltou que a atual legislação limita a atuação das companhias responsáveis pela infraestrutura portuária em aspectos como facilitação da dragagem e realização de obras de engenharia.

Oliveira enfatiza que a flexibilização dessas regras pode contribuir significativamente para agilizar operações e reduzir impasses, como os relacionados à judicialização da dragagem.

“O Banco do Brasil compra uma folha de pagamento com a prefeitura, por exemplo, e não licita para comprar. Ele vai lá e disputa com o banco privado. A partir do momento que ele tem essa carteira de clientes, vende o serviço de intermediação financeira, crédito imobiliário e tudo mais. Porque a companhia, cuja atividade, enfim, é manter a infraestrutura do Porto, não pode ter também um regulamento deste, como tratar de forma mais fácil a dragagem, as obras de engenharia. Às vezes a gente vê que a judicialização da dragagem é uma coisa que trava muito. Se houvesse uma flexibilização, se a lei permitisse isso, estaria aí uma boa sugestão”, comentou Oliveira.



Essas discussões ganham ainda mais relevância diante dos números do Porto de Santos. Em março, o movimento alcançou a marca de 16 milhões de toneladas de mercadorias, um aumento de 5% em relação ao mesmo período do ano anterior. No entanto, as lideranças reconhecem que há desafios a serem enfrentados para manter essa trajetória de crescimento.

Uma das questões centrais é a capacidade operacional dos portos brasileiros em relação ao volume de carga. O presidente da Praticagem de São Paulo, Fábio Melo Fontes, falou sobre a necessidade de ampliar a profundidade dos canais de navegação para permitir a entrada de navios com maior capacidade de carga.

De acordo com Fontes, atualmente, o limite de 14,5 metros de profundidade impõe restrições significativas, sendo insuficiente para atender às demandas globais. Ele acredita que elevar essa profundidade para 17 metros é essencial para garantir a competitividade do complexo portuário brasileiro, mesmo reconhecendo os custos envolvidos nesse processo.

“É a necessidade comercial do Brasil, precisa ampliar o volume de carga em cada navio e não se consegue fazer isso, porque não se passa dos 14,5 metros de escalada operacional. É pouco para a realidade do mundo. A gente tem que buscar os 17 metros de profundidade. Temos que fazer. É caro, eu sei que é, mas temos que embutir isso no custo de operação do nosso complexo portuário, como o complexo de Santos”, comentou Fontes.

Diante desse cenário, as lideranças do setor estão unindo esforços para promover mudanças legislativas que possam impulsionar a eficiência e a competitividade dos portos brasileiros.

A revisão da Lei dos Portos é vista como um passo fundamental nesse sentido, e as audiências públicas realizadas pela comissão de juristas representam um espaço importante para debater e propor soluções que possam modernizar e aprimorar o setor portuário nacional.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 25/04/2024

SANTOS BRASIL ABRE 25 VAGAS PARA NOVA TURMA DO FORMARE

Informações: Santos Brasil (25 de abril de 2024)

A Santos Brasil está com inscrições abertas para o processo seletivo da 17ª turma do Formare, programa de educação profissional para jovens em situação de vulnerabilidade social realizado em parceria com a Fundação lochpe há 15 anos. São 25 vagas – cinco a mais do que nas edições anteriores – para moradores de Guarujá, cidade onde se localiza o Tecon Santos. Os interessados devem se cadastrar no site ava.fiochpe.org.br/login/ e clicar no processo seletivo da Santos Brasil para preencher a inscrição até 1º de maio.

Pioneiro no setor portuário e lançado na Santos Brasil em 2009, o Formare é reconhecido por garantir alto índice de empregabilidade: 89% dos ex-alunos alcançam vagas de trabalho formais logo no primeiro emprego. Além disso, 90% continuam estudando (71% estão cursando o ensino superior ou pós-graduação e 19% fazem curso técnico). Desde a primeira edição no Tecon Santos, o projeto já formou 291 jovens e, destes, 110 foram contratados pela Companhia em diferentes áreas.

O programa é baseado em uma prática pedagógica inovadora, sintonizada com as transformações do mundo e as demandas do mercado de trabalho. Alia inclusão social e engajamento empresarial, estimulando o voluntariado corporativo. Mais de 500 funcionários da Santos Brasil já dedicaram seu tempo, habilidades e conhecimento para atuar na formação dos jovens, ministrando aulas práticas e teóricas.

Podem participar candidatos e candidatas entre 17 e 19 anos (completos até 1º de julho) e que tenham concluído ou estejam cursando o terceiro ano do Ensino Médio em escola pública de Guarujá. Outros requisitos são ter renda de até um salário-mínimo por pessoa da família; disponibilidade no período das 9h às 16h de segunda a sexta-feira (e das 8h às 15h para as aulas



práticas) e não ser dependente legal de funcionário(a) da Santos Brasil ou ter frequentado programas de aprendizagem na Companhia.

O processo seletivo acontecerá até 1º de julho e inclui, na segunda etapa, prova escrita presencial na Unaerp no dia 4 de maio.

Além da capacitação profissional como assistente administrativo na área portuária, com 1 mil horas-aula, os selecionados terão acesso à bolsa-auxílio, refeição na empresa, uniforme, material didático e seguro de vida.

Os alunos serão avaliados por desempenho, notas e frequência e receberão certificado da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), com chancela do Ministério da Educação, ao final do curso.

A formatura da 16ª turma, que teve início no passado, com mais 20 participantes, acontece em julho.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 25/04/2024

MOVECTA REGISTRA RECEITA RECORDE EM 2023

Informações: Tecnológica (25 de abril de 2024)

Companhia tem alta de 12,6% no faturamento e 33% no Ebitda

A empresa de logística integrada Movecta encerrou o ano passado com faturamento de R\$ 667 milhões, registrando alta de 12,6% frente a 2022, quando contabilizou receita de R\$ 592,3 milhões. A companhia ainda atingiu um valor inédito no Ebitda contábil (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização), passando de R\$ 79 milhões em 2022 para R\$ 105 milhões no ano passado, representando avanço de 33% no período.

“Foi mais um ano desafiador e que nos encheu de orgulho, tanto pelos resultados conquistados como pela dedicação do nosso time para entregar as melhores soluções aos nossos clientes. Também registramos melhorias significativas nos indicadores de eficiência operacional e aumento da produtividade em todas as etapas da cadeia logística. Esses ganhos são percebidos tanto pelos clientes quanto pela nossa equipe, fortalecendo a construção de relações de confiança com todos os parceiros da companhia. Este é um ativo intangível e que faz toda a diferença na construção de uma relação sustentável e de longo prazo”, conta Rodrigo Casado, CEO e presidente da Movecta.

Para dar continuidade ao seu crescimento de forma estruturada, a Movecta tem previstos investimentos em mais de R\$ 100 milhões até 2026. “Esta é mais uma iniciativa que reafirma nosso compromisso estabelecido no lançamento da nova marca Movecta: investir intensamente em infraestrutura para aprimorar continuamente o nível de serviço oferecido aos nossos clientes, como também avançar em nossa transformação digital e verticalizar nossas ofertas de soluções, sempre com o objetivo de gerar valor e expandir os negócios de nossos clientes”, comemora Rodrigo.

Ele revela que internamente, a empresa vai focar em impulsionar o crescimento em novas receitas, fortalecer a recorrência através de uma estratégia de intimidade com os clientes e otimizar a rentabilidade por meio de operações eficientes, produtividade e estratégias comerciais.

Parte significativa da alta da receita da Movecta no ano passado pode ser creditada ao aumento da movimentação das cargas refrigeradas nos portos onde a companhia atua (Suape, Santos e Itajaí), com alta de 11% no período, e destaque aos produtos farmacêuticos, com incremento de 28%. No total foram movimentados 83 mil contêineres nos terminais da Movecta em todo o país 2023.

Outra frente que contribuiu para a alta das receitas da companhia no ano foi o manuseio e armazenamento de carga fracionada. Esse tipo de serviço, que demanda conhecimento técnico e especializado, acabou impulsionando o faturamento da Movecta, especialmente nas cidades portuárias onde atua. “Notamos uma maior demanda de empresas buscarem compartilhamentos de



custos em contêineres. Essa modalidade de serviço cresceu bastante, mostrando nossa expertise em atender uma demanda logística das empresas”, diz Casado.

No ano passado a Movecta anunciou investimentos da ordem de R\$ 50 milhões em um centro de distribuição em Itajaí (SC), ampliando o leque de soluções logísticas na região. O espaço conta com 7,4 mil m² de armazenamento e é o segundo CD da companhia na cidade, que agora contabiliza mais de 10 mil m² disponíveis na região. Os investimentos destinados para o CD estão previstos até 2026.

“Além destes investimentos locais, vamos garantir a implementação eficaz das diretrizes definidas em nosso planejamento estratégico, sustentando o crescimento da Movecta de forma estruturada. Nosso objetivo é consolidar a Movecta como um dos principais provedores de soluções logísticas do país, destacando-nos pela proximidade com o cliente e pela excelência em todas as áreas de nosso negócio”, explica Bernardo Costa, diretor de Estratégia e Transformação.

Outra parte importante da receita adveio da ampliação de oferta das soluções logísticas da companhia, como o transporte de cargas solares e eólicas, a especialização em operações que demandem alta complexidade, e a ampliação dos serviços logísticos nos terminais alfandegados e centros de distribuição, como etiquetagem e embalagem.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 25/04/2024

GOVERNO DE SP LIBERA RETOMADA DE OBRAS DO TRECHO NORTE DO RODOANEL NESTA QUINTA (25)

Informações: Governo do Estado de São Paulo (25 de abril de 2024)

Obras que vão concluir um dos principais sistemas viários da capital começam 6 meses antes do previsto e vão gerar mais de 10 mil empregos

O Governo de São Paulo libera a retomada de obras do trecho norte do Rodoanel Mario Covas (SP-021) nesta quinta-feira (25), em uma nova etapa de modernização viário da capital e Grande São Paulo. Com seis meses de antecedência em relação ao prazo contratual da Via Appia e investimento estimado em R\$ 3,4 bilhões, as obras devem gerar mais de 10 mil empregos até a conclusão.

A conclusão do Rodoanel é uma obra aguardada há mais de uma década e foi viabilizada em março de 2023, quando o governador Tarcísio de Freitas bateu o martelo no leilão de concessão vencido pela Via Appia – por meio da concessionária Via SP Serra, o grupo será responsável por concluir as obras e pela operação e manutenção do trecho norte por 31 anos.

Para garantir a agilidade e a eficiência do sistema viário, as obras foram estrategicamente divididas em dois trechos: o primeiro entre as rodovias Presidente Dutra e Fernão Dias, com previsão de entrega para setembro de 2025; e o segundo da Fernão Dias até a Avenida Raimundo Pereira de Magalhães, na capital, com conclusão até setembro de 2026.

Na etapa atual, as obras começam pelo primeiro trecho com a limpeza da faixa de domínio, drenagem, terraplenagem, pavimentação e abertura de acessos, além da construção e complementação de quatro viadutos que interligam a Dutra ao início do trecho norte do Rodoanel. Os serviços fazem parte do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo e são fiscalizadas pela Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp).

Com 44 km de extensão, o Rodoanel Norte vai ligar a capital aos municípios de Guarulhos. O trecho vai concluir o principal anel viário da Grande São Paulo, interligando importantes rodovias e reduzindo substancialmente os congestionamentos e o tráfego de veículos pesados nas marginais Tietê e Pinheiros.

O Rodoanel Norte também vai melhorar a infraestrutura viária e logística na Grande São Paulo, reduzindo o tempo das viagens e a poluição atmosférica e sonora. O novo trecho também vai facilitar

o acesso ao Porto de Santos, ampliando a capacidade de escoamento das exportações e importações nacionais.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 25/04/2024



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

TAG PREVÊ DESCONTO ALTO PARA ARMAZENAGEM DE GÁS

Comece seu dia bem-informado com as principais notícias sobre petróleo, gás, energia e política

Por epbr 25 de abril de 2024 Em Comece seu Dia



A Transportadora Associada de Gás (TAG) avalia aplicar um “alto grau de desconto” na tarifa de transporte para clientes da joint venture de estocagem de gás natural que está negociando com a Origem Energia, afirmou a diretora de Desenvolvimento de Negócios da TAG, Luisa Franca, em entrevista à agência epbr.

As empresas foram buscar referências na experiência europeia da Storengy, empresa do grupo Engie, acionista da TAG. O objetivo é adotar uma estratégia de tarifação que ofereça vantagens significativas aos

usuários do serviço de armazenamento, assim como acontece na Europa.

- A proposta ainda terá de ser aprovada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), já que o transporte é um mercado regulado.

A TAG também está explorando a possibilidade de lançar produtos adaptados às termelétricas 100% flexíveis para alinhar com a demanda dos leilões de reserva previstos para o segundo semestre.

Em entrevista à gas week, o diretor Comercial e Regulatório, Ovídio Quintana, disse que, em função dos novos leilões, a empresa “olha com muita atenção” a possibilidade de lançar produtos intradiários.

A Origem, aliás, pretende participar do próximo leilão de reserva de capacidade com projetos termelétricos próprios; e vê na licitação uma oportunidade para desenvolvimento do projeto de estocagem de gás no Polo de Alagoas.

Proposta de regulamentação da Reforma Tributária inclui imposto sobre petróleo. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entregou ao Congresso nesta quarta-feira o primeiro projeto de lei para regulamentar a reforma tributária sobre o consumo. A proposta inclui a cobrança do imposto seletivo sobre veículos poluentes e sobre a produção de óleo e gás natural.

– Em reunião com parlamentares na terça (23/4), o secretário especial da pasta para a reforma, Bernard Appy, afirmou que o imposto, como previsto na PEC, cumprirá uma função extrafiscal, apurou o político epbr, serviço premium de informações sobre política energética da agência epbr (teste grátis por 7 dias).



– Evitar que o seletivo seja usado para fins arrecadatórios, isto é, para atingir as metas fiscais da União, é uma preocupação que une os setores de petróleo e gás natural, mineração e até mesmo o agronegócio.

Opinião: Reforma tributária traz um reflexo de esperança para as distribuidoras de energia elétrica. Ampliação das hipóteses de destinação da COSIP traz argumento jurídico adicional para uma questão sensível do cotidiano das distribuidoras, escrevem Maria Clara Morette e Marcus Francisco.

Petróleo em queda. Os contratos futuros fecharam em baixa nesta quarta-feira (24/4), apesar da queda de 6,3 bilhões de barris de petróleo nas reservas dos EUA, por conta da desaceleração da economia do país.

– O barril do WTI para junho fechou em queda de 0,66%, a US\$ 82,81, na New York Mercantile Exchange (Nymex). O Brent para julho caiu 0,40%, a US\$ 87,04 o barril, na Intercontinental Exchange.

Brasil pode perder R\$ 3,7 trilhões se não explorar petróleo, diz EPE. O valor se refere aos royalties e impostos que deixarão de ser arrecadados de 2032 a 2055 caso não haja investimento em exploração, segundo levantamento da Empresa de Pesquisa Energética apresentado nesta quarta-feira pela diretora Heloísa Borges, durante evento no Ministério de Minas e Energia, em Brasília.

– Durante o evento, o secretário de petróleo e gás do MME, Pietro Mendes, disse que, no processo de transição energética, o Brasil deve reduzir a demanda por petróleo e não a produção, destacou o Valor.

Eneva e PetroReconcavo negam fusão. As petroleiras divulgaram comunicados nesta quarta-feira (24/4) dizendo que não há conversas sobre uma eventual fusão em resposta a uma reportagem do Valor.

Diálogos da Transição. Lançado pelo governo federal no final de 2023, o programa Mobilidade Verde (Mover) abre um leque de possibilidades de pesquisa e inovação na indústria automotiva, o que pode contribuir também para a descarbonização do portfólio de instituições financeiras, avalia Petrina Santos, gerente executiva de ESG e Sustentabilidade da Volkswagen Financial Services Brasil (VWFS). Leia a entrevista.

Montadoras e produtores de etanol se unem por híbridos. Estudo encomendado pelo Acordo de Cooperação Mobilidade de Baixo Carbono – que inclui montadoras como BYD e Volkswagen e produtores, como Unica e Abiogás – defende estímulos para veículos elétricos híbridos. O trabalho conclui que são mais eficazes em reduzir emissões e agregar valor à indústria nacional do que os totalmente elétricos. Veja os detalhes.

Um em cada cinco carros vendidos será elétrico em 2024. Relatório da Agência Internacional de Energia (IEA, em inglês) estima que mais de um em cada cinco carros vendidos em todo o mundo este ano será eletrificado, com as vendas atingindo cerca de 17 milhões até ao final do ano. Leia na ebr.

Noruega quer armazenar gigatoneladas de CO₂. O Conselho de Pesquisa da Noruega anunciou investimento de 180 milhões de coroas norueguesas (R\$ 84,5 milhões) na criação de um centro de pesquisa dedicado a viabilizar a tecnologia de captura, transporte e armazenamento de carbono (CCS) em escala de bilhões de toneladas. Veja os detalhes.

Silveira promete regras mais rígidas na renovação de distribuidoras. O Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou que novos contratos de distribuição de energia terão regras mais rígidas, facilitando a cassação das concessões em caso de descumprimento. As mudanças incluem critérios mais fortes para intervenção estatal e restrições à renovação para empresas em processo de cassação.

Eleição da CCEE tem surpresas do governo. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica elegeu três novos conselheiros: Gerusa Magalhães, Ricardo Simabuku e Vital do Rêgo Neto. Os dois últimos, apoiados pelo Ministério de Minas e Energia, foram indicados de última hora, gerando críticas pelo processo sem negociação prévia.

– O advogado Vital do Rêgo Neto é filho do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo, e sobrinho do vice-presidente do Senado, Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), informou O Globo.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 25/04/2024

PDT TENTA, MAS NÃO PODE DESISTIR DE DERRUBAR O RENOVABIO

Partido apresentou pedido de desistência da ação, mas legislação não permite. Relator abriu prazo para manifestação das partes

Por Luma Poletti 25 de abril de 2024 Em Política energética



Nunes Marques, ministro do STF (Foto: Fellipe Sampaio/STF)

Depois de tentar derrubar a lei do Renovabio (13.576/2017) no Supremo Tribunal Federal (STF), o PDT agora tenta desistir da ação. O pedido (.pdf) foi apresentado na noite desta quarta (24/4), mesmo dia em que o relator, ministro Nunes Marques, assinou um despacho (.pdf) determinando a manifestação das partes interessadas no prazo de dez dias.

A sigla admite que não houve “uma discussão aprofundada sobre o tema nas esferas partidárias”. No entanto, a legislação não permite desistir de uma ADI já registrada.

Na ação, protocolada há pouco mais de 20 dias, no dia 2 de abril, o partido argumentava que o Renovabio era “fruto de articulação entre agentes econômicos do setor sucroenergético e figuras públicas”, e que seu objetivo era oferecer auxílio financeiro ao segmento de biocombustíveis, e não a proteção ambiental.

A sigla tentava derrubar a lei do Renovabio em razão do rito que levou a sua aprovação: um projeto gestado pelo governo federal, mas aprovado pelo Congresso Nacional, sem uma proposta formal do presidente da República.

Sustentava, ainda, que o programa não cumpre o objetivo de contribuir para a diminuição das emissões de gases de efeito estufa (GEE), ante a falta de adicionalidade dos Créditos de Descarbonização (CBIOS).

No despacho de Nunes Marques não há qualquer menção ao pedido de desistência do partido. Após a apresentação de informações pelas partes interessadas, a Advocacia-Geral da União e a Procuradoria-Geral da República deverão se manifestar dentro de cinco dias. Depois dessa etapa, o caso já pode ser levado para julgamento do tribunal.

Nunes Marques também é relator da ADI 7596, movida pelo Partido Renovação Democrática (PRD) em fevereiro, também questionando a política de biocombustíveis. A reforma do programa é uma agenda que entra e sai de pauta desde que o RenovaBio entrou em vigor, em 2020.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 25/04/2024



JORNAL O GLOBO – RJ

UNIÃO PROPÕE, E ASSEMBLEIA DA PETROBRAS APROVA DISTRIBUIÇÃO DE 50% DOS DIVIDENDOS EXTRAORDINÁRIOS

Governo federal, que tem controle da empresa, vai receber R\$ 6 bilhões. Encontro contou com a presença de Jean Paul Prates, presidente da estatal

Por Bruno Rosa



Petrobras realiza assembleia de acionistas com a presença de Jean Paul Prates, presidente da estatal, na primeira fileira — Foto: Bruno Rosa

A União propôs, e assembleia de acionistas da Petrobras aprovou a distribuição de 50% dos dividendos extraordinários da estatal. Com isso, o governo federal, que tem a maioria das ações, deve receber cerca de R\$ 6 bilhões.

Segundo o representante da União, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a proposta do governo, conforme já era esperado, é distribuir os 50% dos dividendos extras em duas parcelas: 20 de maio e 20 de junho. Assim, será liberada metade dos R\$ 43,9 bilhões de dividendos extraordinários anunciados pela estatal mês passado.

A outra metade dos dividendos extras será feita até o fim do ano, segundo o representante da União que participa da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

Além disso, os acionistas aprovaram a distribuição dos dividendos ordinários de R\$ 72,4 bi referentes ao exercício de 2023. Com isso, o total aprovado, com metade dos dividendos extras, soma R\$ 94,3 bilhões. Ou seja, cada acionista vai receber ao todo R\$ 2,89 por ação, segundo a estatal explicou em fato relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Prates participa de Assembleia

O presidente da estatal, Jean Paul Prates, participou da Assembleia. É a primeira vez que um CEO da companhia participa do encontro, que contou com a presença de outros diretores da estatal.

Prates, que estava sentado na primeira fileira e disse que sua presença "quebra paradigmas", deixou o encontro antes do início da votação, comandada pelo advogado Francisco Costa e Silva.

Estiveram presentes 91,92% dos acionistas ordinários (ON, com direito a voto), número, segundo Costa e Silva, considerado alto.

Nas últimas semanas, a distribuição de dividendos extras gerou uma grave crise entre o comando da estatal e o Ministério de Minas e Energia (MME).

A diretoria da estatal sugeriu distribuir metade desses recursos extras, mas a opção não foi aceita pelos integrantes do colegiado que representam a União. Já os indicados dos minoritários defendiam a distribuição de 100%.

O tema colocou em lados opostos Jean Paul Prates, presidente da Petrobras, e Alexandre Silveira, ministro do MME, a ponto de gerar rumores de que Lula poderia trocar o comando da estatal. Após



reunião em Brasília com o ministério da Fazenda e Casa Civil, nas semanas seguintes, ficou decidido que o governo iria rever a decisão e optar pela distribuição dos 50% dos dividendos extras.

Na última semana, o Conselho da Petrobras se reuniu, por 13 horas, e decidiu sugerir para a Assembleia que a distribuição dos dividendos extraordinários de até 50% "não comprometeria a sustentabilidade financeira da companhia".

A orientação, novamente, não foi unânime. Dos 11 conselheiros, 10 votaram a favor e a representante dos funcionários, Rosangela Buzanelli, votou contra a distribuição, segundo fontes.

Resultado de 2023 é aprovado

Os acionistas aprovaram ainda as contas apresentadas pela estatal em relação ao resultado de 2023, quando a estatal registrou lucro líquido de R\$ 124,6 bilhões. A União aprovou as contas. Previ e Caixa Asset se abstiveram.

Alguns acionistas criticaram a estatal. Silvio Sinedino se queixou dos preços elevados dos combustíveis e a busca de lucros da estatal. Fernando Leite, da Aepet, reprovou as contas da estatal.

-Uma empresa estatal tem como imperativo o seu papel social e segurança energética. A empresa vem priorizando os lucros a acionistas — disse Leite.

Telecom: 'Consolidação no mercado de banda larga é inevitável', diz CEO da TIM Brasil
A assembleia dos acionistas também aprovou a manutenção do número de 11 membros do Conselho de Administração.

Membros do Conselho são eleitos

Os acionistas da estatal aprovaram a reeleição de Pietro Mendes no Conselho de Administração, que hoje é presidente do colegiado. Nas últimas semanas, Pietro chegou a ser afastado do cargo no colegiado, mas o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), com sede em São Paulo, derrubou uma decisão da primeira instância e acabou reconduzindo Pietro ao posto.

O governo tem seis das 11 cadeiras do colegiado. Assim, a União aprovou ainda Prates, que é presidente da companhia, como membro do Conselho. Foi eleito ainda Rafael Dubeux, secretário-executivo do Ministério da Fazenda. O nome dele foi sugerido por Fernando Haddad, ministro da Fazenda, como forma de dar mais equilíbrio ao colegiado. A leitura, segundo fontes, é que a chegada de Rafael vai melhorar a relação entre a estatal e o MME.

Foram reeleitos, como representantes da União, Bruno Moretti, Renato Campos Galuppo e Vitor Eduardo de Almeida Saback.

Ivanyra Maura de Medeiros Correia, engenheira de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Benjamin Alvez Rabello Filho, advogado formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), não foram eleitos.

Sergio Machado Rezende, integrante do Conselho e que estava afastado pela Justiça de São Paulo, não foi indicado pelo governo para um novo mandato.

Disputa entre minoritários

Entre os conselheiros indicados pelos minoritários, Aristóteles Nogueira Filho venceu a votação e será o representante dos acionistas preferencialistas (PN, sem direito a voto). Ele foi indicado pelos fundos geridos pelo Opportunity.

Francisco Petros, indicado pela Navi Capital, foi reeleito para permanecer no colegiado como representante dos acionistas ordinários (ON, com direito a voto). José Abdalla Filho e Marcelo Gasparino, ambos indicados pelo Banco Clássico e que já são membros do Conselho, também foram reeleitos como representantes dos acionistas minoritários.

Jerônimo Antunes e Thales Kroth de Souza não se elegeram.

Os conselheiros têm mandato de dois anos, com possibilidade de reeleição por mais duas vezes consecutivas.

Os empregados da Petrobras, que ocupam uma das 11 cadeiras, elegeram novamente Rosângela Buzanelli Torres, que também foi referendada na Assembleia Geral.

Há eleição também de cinco membros do Conselho Fiscal, a eleição do presidente do colegiado e a fixação da remuneração dos administradores, além da alteração do estatuto da companhia.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 25/04/2024

JUSTIÇA AUTORIZA ASSINATURA DE CONTRATO DE CONCESSÃO DO TREM INTERCIDADES CAMPINAS

Desembargadora derrubou decisão que, na segunda-feira, havia impedido oficialização da licitação com consórcio

Por Hyndara Freitas — São Paulo



Tarcísio durante o leilão do trem intercidades que ligará a capital a Campinas — Foto: Cauê Diniz/Divulgação B3

A desembargadora Maria Laura Tavares, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), autorizou a assinatura do contrato do governo de São Paulo com o consórcio C2 Mobilidade Sobre Trilhos, que venceu a licitação para construir o Trem Intercidades (TIC) que ligará a capital a Campinas. A assinatura deve ocorrer em maio.

O consórcio, formado pelas empresas Comporte Participações e CRRC Sifang, venceu o leilão no dia 29 de fevereiro. Mas na última segunda (22), a juíza Simone Gomes Rodrigues Casoretti, da 9ª Vara de Fazenda Pública da capital, havia atendido a um pedido do Sindicato dos Trabalhadores Em Empresas Ferroviárias de São Paulo (STEFSP) e determinado a suspensão da assinatura até que o mérito do processo fosse julgado.

Ao acolher um recurso do governo estadual nesta quinta (25), a desembargadora afirmou que é preciso aguardar a manifestação do governo no processo antes que se suspenda a assinatura. Além disso, ela discordou da argumentação da juíza de primeiro grau, que havia argumentado que a assinatura do contrato faria a ação (um mandado de segurança) perder o objeto. Isso porque a licitação pode ser contestada a qualquer momento se houver irregularidades, mesmo após ter sido o firmado contrato.

Em nota, a Secretaria de Parcerias e Investimentos destacou que "segue todos os ritos legais" e que com a decisão favorável, "segue-se o rito para a celebração do contrato de concessão entre o estado e o Consórcio C2 Mobilidade Sobre Trilhos, que deve acontecer em maio".

Prioridade do PAC

O leilão que definiu a empresa que tocará a obra do TIC Campinas ocorreu na B3, em 29 de fevereiro. Houve apenas um lance: o C2 Mobilidade Sobre Trilhos ofereceu 0,01% de deságio, o maior desconto percentual sobre a contraprestação financeira máxima que o governo paulista vai pagar ao longo dos 30 anos — cerca de R\$ 8 bilhões.

O consórcio tem 40% de participação dos chineses e 60% do grupo Comporte. A CRRC é a maior fabricante de trens do mundo, além de fazer operação ferroviária. Tem uma operação semelhante à do TIC São Paulo/Campinas no México.

O grupo Comporte é da família Constantino de Oliveira e opera o metrô de Belo Horizonte, o VLT da Baixada Santista, além de controlar uma série de empresas de ônibus, como a Piracicabana e a Prata. A família também é fundadora da Gol, empresa aérea que entrou em recuperação judicial nos Estados Unidos.

O projeto do trem de São Paulo para Campinas, considerado prioritário da gestão do governador Tarcísio de Freitas, faz parte do Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC) do governo federal.

60 mil passageiros por dia

Ele será feito por meio de Parceria Público Privada (PPP) em que o governo entra com uma parte dos recursos e a vencedora custeia o restante. O governo vai investir R\$ 8,98 bilhões na obra, e a maior parte (R\$ 6,8 bilhões) desses recursos será obtida através de um empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Este será o primeiro trem de média velocidade do país, rodando a até 150 quilômetros por hora. A expectativa é que seja transportada uma média de 60 mil passageiros por dia.

Fonte: *O Globo - RJ*
Data: 25/04/2024

ESTADOS E MUNICÍPIOS TERÃO INDEPENDÊNCIA PARA ESTABELECEM ALÍQUOTAS, MAS NÃO HAVERÁ GUERRA FISCAL, DIZ APPY

Secretário extraordinário da Reforma Tributária explica que prática atual é voltada à produção e não fará sentido com pagamento no destino, muito menos no imposto sobre o consumo

Por *Luciana Casemiro*



O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, e o secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, durante entrevista coletiva para detalhar o projeto de lei complementar (PLP) que regulamenta a Reforma Tributária — Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

A Reforma Tributária mantém a independência de União, estados e municípios para o estabelecimento das alíquotas de imposto. No entanto, caso não haja lei específica valerá a taxa de referência que será estabelecida pelo Senado. A União, estados e municípios será facultado aumentar ou reduzir a alíquota de referência, para tanto será necessário aprovação de lei específica. Bernard Appy, secretário extraordinário da Reforma Tributária, na entrevista coletiva sobre projeto de lei que regulamenta a reforma, destacou que ao pensar em aumentar o imposto, será necessário enfrentar a resistência de seus eleitores.

Por outro lado, o risco é que se faça uso dessa autonomia para a guerra fiscal, como já vemos no sistema atual, o que não é desejável. Mas isso não deve ocorrer explica Appy:

- A guerra fiscal acontecia na produção e não vai acontecer mais, pois a tributação será no destino. Outro ponto é que não será possível reduzir o imposto da televisão, por exemplo, será necessário reduzir de tudo. E acho que um município não vai conseguir atrair consumidores de outras cidades com uma redução no imposto sobre consumo e isso vai afetar toda a arrecadação - explica.

Apesar de todas as dúvidas que ainda se tem em relação a como vai funcionar o novo sistema, ele representa uma simplificação apesar dos 500 artigos distribuídos nas 360 páginas da regulamentação entregue ontem ao Congresso Nacional. É um fato que ganharemos em

transparência, hoje só o ICMS são 27 legislações, em cada estado são livros de tributação. Vai ser mais fácil para o contribuinte, principalmente para empresas que atua em vários estados, saber quanto pagam de tributos. Para as empresas, aliás, explicou Appy será possível ver um extrato on-line dos tributos pagos e os ainda a pagar.

São cinco impostos que vão virar dois. Você pode pensar, todo esse barulho para trocar cinco por dois, faz diferença? Faz e muita, porque há uma unificação de regras e tudo caminha para que esses dois impostos (CBS e IBS) se tornem um. E por que foi necessário fazer dois impostos, não um?

É porque há uma desconfiança federativa, os estados temiam perder sua autonomia, superado esse temor inicial, tudo caminha para a unificação.

Apesar da alíquota estimada pelo governo para o imposto sobre consumo ainda ser alta, entre 25% e 27,3%, é menos do que pagamos hoje, 34% segundo informou a equipe econômica. A verdade é que hoje é muito difícil saber quanto se paga de imposto sobre o consumo, há pouca transparência, diante da cumulatividade de impostos, o que termina com a reforma. Então, é possível que a gente acabe tendo um alívio de fato do consumidor nesse tipo de tributo. Afinal, só estamos tratando da tributação sobre consumo, há outros, como o imposto sobre a renda, que não estão sendo tratados nesse momento.

É importante se ter noção que esse é um momento histórico. Há muito tempo se quer fazer uma reforma nos impostos. Estamos indo passo a passo com críticas, com elogios, com dúvidas, principalmente dúvidas, e será preciso ainda algum tempo para esclarecer todas.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 25/04/2024

MERCADANTE DIZ QUE DESEMBOLSOS DO BNDES SUBIRAM 32% NO 1º TRIMESTRE, PARA O MAIOR PATAMAR DESDE 2016

Aprovações saltaram 92% no período. Presidente do banco cobra aval do Congresso a projeto de lei que viabiliza a Letra de Crédito do Desenvolvimento, que vai financiar projetos estruturantes

Por Letycia Cardoso — Rio de Janeiro



Aloizio Mercadante diz que houve alta de desembolsos e aprovações de crédito do BNDES no primeiro trimestre — Foto: Fabio Rossi / Agência O Globo

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, revelou que o banco teve o maior volume de desembolsos desde 2016 no primeiro trimestre, com elevação de 32% na comparação com o primeiro trimestre do ano passado.

Ele disse ainda que as aprovações saltaram 92%, para o maior nível desde 2015. O presidente do banco, no

entanto, não informou valores. A divulgação do desempenho do banco será em 9 de maio.

O BNDES tem diferentes estágios para aprovação e liberação dos empréstimos. O primeiro é a consulta, quando os empresários demonstram intenção em obter crédito. O segundo é enquadramento, que identifica se o financiamento está dentro dos critérios exigidos pelo banco.

Em seguida, vêm aprovação e desembolso. Este último é quando o dinheiro é efetivamente liberado. Um salto grande nas aprovações, portanto, indica que os desembolsos devem crescer adiante ainda mais.

Durante o governo Bolsonaro, o BNDES reduziu seus desembolsos. No governo Lula, eles voltaram a crescer com força.



Mercadante também cobrou a aprovação pelo Congresso do projeto de lei que viabiliza a Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD), que pode adicionar R\$ 10 bilhões ao ano em financiamentos de projetos estruturantes, oferecendo taxas melhores a quem buscar o crédito.

Esse instrumento de captação incentivada será similar às Letras de Crédito Agrícola (LCA) e do setor Imobiliário (LCI).

— Os juros internacionais podem subir e vamos ter que buscar soluções. Uma delas é o Congresso aprovar a Letra de Crédito para Indústria porque dá competitividade.

Plano Mais Produção

O vice-presidente Geraldo Alckmin voltou a afirmar que o governo planeja acelerar a reindustrialização do país, com o objetivo de gerar mais empregos e melhorar o nível de renda da população brasileira.

A meta é mobilizar cerca de R\$ 300 bilhões em apoio a projetos de neindustrialização entre 2024 e 2026, com R\$ 250 bilhões do BNDES. Desse total, R\$ 100 bilhões já foram aprovados para projetos, segundo Mercadante.

A facilitação do crédito será feita por meio do Plano Mais Produção, cuja plataforma foi lançada nesta quinta-feira, no Fórum de Debate para o Desenvolvimento “Financiamento à neindustrialização: mobilizando o crédito para a inovação”, que ocorreu no Rio de Janeiro na sede do banco, promovido pela instituição em parceria com a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE).

O Plano Mais Produção faz parte da Nova Indústria Brasil, lançada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em janeiro.

— Retomar a política industrial é um instrumento que os Estados Unidos estão utilizando, a União Europeia está retomando, a China (usa) há muito tempo. As economias mais desenvolvidas estão usando vários instrumentos de subsídio e defesa industrial para impulsionar a industrialização — defendeu Mercadante. — Já emprestamos nas quatro áreas (do Nova Indústria Brasil), que são aumento da produtividade, indústria verde, indústria inovadora, e exportação industrial.

Na abertura do evento, Celso Pansera, presidente da ABDE e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), destacou a importância de retomar a relevância da indústria na economia nacional:

— A nossa indústria saiu de 21% para 11% do PIB. Ao ponto que a economia cresceu, o país perdeu a densidade da indústria, que se tornou mais primária, mais básica. Somos a 49ª nação em inovação.

E acrescentou:

— O desafio é garantir que empresários que tenham interesse em inovar, mudar sua capacidade, produtos e sistema tenham acesso a crédito facilitado. Além do BNDES, outros bancos públicos vão ingressar nesse sistema — contou.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 25/04/2024

PETROBRAS FAZ ACORDO COM ESTATAL DE ENERGIA DE MILEI DE OLHO NA INTEGRAÇÃO DO MERCADO DE GÁS COM ARGENTINA

Não está claro se o plano envolve a exportação de gás em formato líquido ou através de projetos de construção de novos gasodutos

Por Bruno Rosa — Rio de Janeiro



Edifício sede da Petrobras, no centro do Rio de Janeiro — Foto: Guito Moreto / Infoglobo

A Petrobras assinou com a empresa estatal de energia da Argentina Enarsa um Memorando de Entendimentos (MoU, na sigla em inglês) para estudos de parcerias no segmento de gás natural.

Segundo a Petrobras, o acordo, que é não vinculante, tem prazo de três anos e possibilitará o intercâmbio de informações e a avaliação de alternativas para cooperação e complementariedade energética entre as

duas empresas.

Haverá ainda a "coordenação de ações para maior garantia de fornecimento de gás natural para a Argentina durante o inverno", período de maior demanda no país vizinho. A possibilidade, disse a Petrobras, não vai trazer qualquer impacto para o abastecimento de gás no Brasil nem custo financeiro adicional para a Petrobras.

Não se sabe ainda se o plano envolve a exportação de gás em formato líquido (via GNL) ou através de projetos de construção de novos gasodutos.

Recentemente, O GLOBO revelou que o governo Lula quer importar gás natural da reserva de Vaca Muerta, na Argentina, para garantir o abastecimento das indústrias brasileiras e estuda formas técnicas de fazer essa operação.

Existe uma forte preocupação em termos de oferta, porque a Bolívia, principal fornecedor, está com uma produção decrescente. Uma das saídas é usar a parte ociosa do Gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol) para trazer o gás argentino.

Há duas possibilidades em estudo para trazer ao Brasil o gás argentino e dependem da conclusão da segunda parte do Gasoduto Néstor Kirchner, que liga a região de Vaca Muerta, a partir da província de Buenos Aires, até Uruguaiana (RS).

No ano passado, quando o país era presidido por Alberto Fernández, a previsão era que as obras fossem concluídas até o fim de 2024 ou início de 2025. Mas o novo presidente argentino, Javier Milei, ainda não sinalizou se há interesse na obra ou em manter o prazo estimado.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 25/04/2024

PIX: BRASIL CHEGA A 200 MILHÕES DE TRANSAÇÕES POR DIA, DIZ CAMPOS NETO

Em março deste ano foram 4,93 bilhões de operações de transferências e pagamentos via Pix
Por Renan Monteiro — Brasília



Presidente do Banco Central do Brasil Roberto Campos Neto — Foto: Raphael Ribeiro/BCB

O presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, informou nesta quinta-feira que o Pix está se aproximando da marca de 200 milhões de transações por dia.

Antes, o sistema de pagamento e transferência instantâneo só chegava perto desse número em datas excepcionais — como no início dos meses, quando trabalhadores recebem seus salários ou outras fontes de renda.

O último recorde foi de 201,6 milhões em volume de transferências em um único dia, em 5 de abril. O número é quase o dobro do total de pessoas com contas bancárias no Brasil, estimado em 115 milhões.

— O nosso sistema de pagamento, Pix, tem sido um instrumento de inclusão financeira. Nós estamos alcançando quase 200 milhões de transações por dia, para uma população bancarizada de 115 milhões — disse em evento no âmbito do G20 TechSprint 2024.

Hoje, o estoque de pessoas físicas e jurídicas cadastradas no sistema lançado pelo BC em 2020 é de 161,9 milhões. No ano passado, o Pix ultrapassou o total de R\$ 15 trilhões movimentados no acumulado.

Só março deste ano, último dado disponível, foram 4,93 bilhões de operações de transferências e pagamentos via Pix, movimentando cerca de R\$ 1,93 trilhão. Desde outubro de 2023 o número de transações é superior a 4 bilhões por mês.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 25/04/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

TSE FOI ALVO DE NOVO ATAQUE NO DIA 16 DE ABRIL; DESVIO DE DINHEIRO FEDERAL SOMA R\$ 15,2 MILHÕES

Desvio de R\$ 1,2 milhão atinge recursos da Justiça Eleitoral reservados para empresa terceirizada; dinheiro foi parar em contas abertas em nome de outras empresas e pessoas físicas

Por Daniel Weterman

BRASÍLIA - O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foi alvo de um novo desvio de dinheiro público que movimentou R\$ 1,2 milhão no dia 16 de abril. O recurso estava destinado a uma empresa de tecnologia de informação terceirizada pelo TSE em Brasília, mas foi desviado para outras três contas bancárias abertas em nome de empresas e pessoas físicas diferentes.

Com isso, o valor desviado da União após o ataque ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) soma R\$ 15,2 milhões. Até o momento, só há informação de que R\$ 2 milhões foram recuperados.



Conforme o Estadão revelou ontem, R\$ 14 milhões foram desviados do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e da Justiça Eleitoral com um recurso que deveria ir para o Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), empresa pública de tecnologia.

Sala do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), órgão que teve recursos públicos desviados em abril. Foto: Wilton Junior/Estadão

Neste novo caso, o valor de R\$ 1,2 milhão estava reservado para a G4F, outra empresa de tecnologia de informação contratada pelo TSE em Brasília. O dinheiro foi parar em três contas bancárias que nada têm a ver com o fornecedor original. A suspeita é que nomes, CPFs, CNPJs e chaves Pix foram roubadas para o recebimento do dinheiro.

Uma das contas, abertas em Paulínia (SP), recebeu R\$ 900 mil. O suposto titular é morador de Belo Horizonte. Outro destinatário é uma microempresa de São Paulo, cujo dono é um produtor

cinematográfico, que teria recebido R\$ 170 mil. Um terceiro pagamento, no valor de R\$ 120 mil, foi enviado para Brasília, em uma conta aberta em nome de um entregador.

Em todos esses casos, os desvios foram feitos via transferência Pix, em que o dinheiro sai da conta da União e cai na conta do destinatário na mesma hora. No mesmo dia, houve tentativa de transferir R\$ 690 mil do TSE para outras duas contas, mas os pagamentos foram rejeitados pelo Banco Central. Em um dos casos, o valor superava o limite permitido para aquele tipo de conta. Em outro, a conta bancária já estava bloqueada.

O Estadão apurou os desvios com integrantes do governo federal, depoimento de pessoas que dizem ter sido vítimas de um golpe, dados do Portal da Transparência e do Siga Brasil. O TSE afirmou que o caso está sendo investigado pela Polícia Federal e corre sob sigilo. O Ministério da Gestão não se pronunciou. A Secretaria do Tesouro Nacional reforçou nota divulgada no início da semana, afirmando que credenciais para acesso ao Siafi foram obtidas de modo irregular, mas a segurança do sistema está intacta.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 25/04/2024

MAÍLSON DA NÓBREGA: REFORMA TRIBUTÁRIA É O GRANDE E TALVEZ ÚNICO LEGADO ESTRUTURAL DO GOVERNO LULA

Segundo ex-ministro, 'não se sai do caos para a normalidade de maneira impune', referindo-se ao tamanho da regulamentação com 500 artigos e 300 páginas

Por Beatriz Bulla



Entrevista com

Mailson da Nóbrega - Ex-ministro da Fazenda e sócio da Tendências Consultoria

A reforma tributária será o grande e talvez único legado estrutural do governo Lula, avalia o ex-ministro da Fazenda e sócio da Tendências Consultoria, Mailson da Nóbrega. "Seja como for, esse projeto é a melhor reforma estrutural do País desde o regime militar", diz o economista, em entrevista ao Estadão.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entregou ontem, 24, um dos projetos de regulamentação da reforma tributária ao Congresso. A mudança nas regras do sistema tributário brasileiro, considerado um dos mais complexos do mundo, foi aprovada no fim do ano passado, em Emenda Constitucional, mas ainda depende da regulamentação. Haddad argumenta que o sistema brasileiro será um dos mais modernos do mundo.

Mailson da Nóbrega acredita que é importante não ampliar o rol de exceções, no debate da regulamentação, e fechar possíveis brechas para garantir que, na prática, elas não sejam alargadas. Ele também defende a criação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) - um segundo projeto de lei complementar da reforma tributária, os aspectos específicos de gestão e fiscalização do IBS, será enviado pela Fazenda ao Congresso em maio. "Sem o comitê gestor, a reforma não vai existir", afirma Mailson.

O ex-ministro da Fazenda critica o que chama de "privilégios aos mais favorecidos", como o abatimento da tributação dos profissionais liberais como advogados, e diz que quanto mais exceções, mais os mais pobres pagarão.

Qual a avaliação do sr. sobre a mais recente etapa da Reforma Tributária, a de regulamentação?

O fundamental já foi aprovado, que é o conjunto de métricas da nova tributação de consumo no Brasil, mas o projeto sucumbiu às pressões dos grupos de interesse, sobretudo dos representantes

de classes mas favorecidas. Quem consome serviços é a parte mais rica da sociedade, que paga escola, universidade, viagens, esses vão pagar 40% da alíquota padrão. Não tem nenhuma justificativa de ordem econômica ou social para esse privilégio. Havia um privilégio histórico, porque os serviços são tributados pelo ISS, e a alíquota é de 5%, enquanto a alíquota de bens, que é de IPI, é de 18% ou mais. Houve uma pressão muito grande.

A Emenda Constitucional (da reforma tributária) criou um número muito grande de exceções. No mundo inteiro, exceções costumam ser muito restritas, são basicamente para a área de crédito, seguros, mas não essa coisa que aconteceu no Brasil. Profissional liberal vai pagar 70% da alíquota, isso foi uma pressão da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que vai representar privilégio aos mais favorecidos.



O ministro da fazenda, Fernando Haddad, na entrega do projeto de regulamentação da Reforma Tributária, ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) Foto: WILTON JUNIOR/Estadão

Há algo que preocupe o sr. nesta etapa de regulamentação da reforma?

A regulamentação deveria ser uma coisa muito tranquila, porque não é a regulamentação que vai definir a alíquota. A alíquota vai ser definida por esse teste (transição) de dois anos, mas tem duas coisas que a regulamentação vai

definir: a base de cálculo e as hipóteses de incidência. Nessa definição pode ter mais privilégios.

Há ainda uma pressão inacreditável, a meu ver, de pessoas condenando o comitê gestor. Se o Comitê Gestor for eliminado da regulamentação, a reforma acabou. Ela não funciona sem o comitê gestor.

Por que a reforma não funciona sem o comitê gestor?

O comitê gestor faz um papel semelhante ao que fazem os bancos atualmente. Primeiro, o Comitê Gestor vai destinar os recursos de acordo com compromisso de não perder receita por um período. Segundo ponto: a reforma torna possível a desoneração integral das exportações e a devolução rápida dos créditos acumulados pelos exportadores. Hoje, isso depende da boa vontade de cada secretário (estadual) de Fazenda. Além disso, a desoneração da exportação total não é viável pois é impossível saber quanto de PIS, Cofins e ISS tem em cada produto. Isso será possível agora, porque tudo será sobre valor agregado.

Sem o Comitê Gestor não terá a transição prometida e será letra morta a desoneração integral, porque cairemos no sistema de cada secretário.

Isso é um risco, mas eu acho que, seja como for, esse projeto é a melhor reforma estrutural do País desde o regime militar e esse é o grande e talvez único legado estrutural do governo Lula.

O sr. está otimista...

Mesmo com todas as exceções, a reforma aprovada e a regulamentação vão preservar pilares básicos: acaba com tributação entre as etapas, o que se chama de não cumulatividade; desonera integralmente as exportações e investimentos; as regras serão uniformes em todo o território nacional. Atualmente, cada um faz a sua regra. Isso vai acabar. Vai ser estável e uniforme.

E, finalmente, a carga tributária sobre o consumo vai cair, ao contrário do que muita gente pensa. A alíquota estimada pela Fazenda assusta muita gente porque, se for de 27%, será igual a da Hungria, a maior do mundo. Só que hoje paga-se 34%. É que o contribuinte não percebe, porque 34% vem da soma de várias coisas.

E a reforma tem uma vantagem adicional: será muito mais eficiente, muito mais racional.



Essa é a primeira grande reforma estrutural do Brasil cujo projeto nasceu fora do governo, por um grupo de pessoas experientes, que trabalharam no governo e na academia, e que conseguiram operar quase um milagre. Vai ser um enorme avanço para o País.

Os principais pontos de atenção a partir de agora, na avaliação do sr., devem ser a não inclusão de novas exceções e a permanência do comitê gestor?

Espero que nenhuma das minhas preocupações se materialize, que os lobbies não obtenham mais benefício do que já obtiveram.

Duas coisas que assustam as pessoas tem razão para existirem. A primeira, o fato de ter um projeto com mais de 300 páginas. Mas, se olhar, acho que pelo menos cinco páginas serão só para revogar dispositivos. Temos quase 60 anos de regras confusas, incompatíveis entre si. Em segundo lugar, como têm muitas exceções, é preciso estabelecer regras que fechem ao máximo possíveis brechas. Os 500 artigos existem porque não se sai do caos para a normalidade de maneira impune e é preciso restringir os riscos que levam a uma ineficiência do processo.

É bom lembrar que quanto mais exceções e privilégios, maior a carga de imposto para os pobres, porque os pobres não se organizam como essas áreas de interesse. Como a arrecadação tem de ser preservada, quanto mais exceções, mais os pobres vão pagar.

Sobre o Comitê Gestor, há quem argumente que não se precisa de um órgão público para isso, e que ele pode ferir o pacto federativo. Como o sr. responde?

Eu vi pessoas ultra liberais que criticam o comitê gestor. Mas criar um órgão público não é necessariamente ruim. Por exemplo: temos de ter polícia, que precisa ser organizada, ter carreiras, etc. A mesma coisa o comitê gestor. Temos de ter um pequeno grupo de pessoas que estejam numa carreira e analisem permanentemente o funcionamento do sistema, para propor modificações, avanços, melhorias. Não é ruim criar esse comitê gestor como uma autarquia. Sem o comitê gestor, a reforma não vai existir. Ao contrário do que se tem dito, ele não viola o pacto federativo, ele vai ter menos poderes do que tem hoje o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 25/04/2024

'TEREMOS DE REVER MEDIDAS DE COTAS SE IMPORTAÇÃO DE AÇO NÃO FOR ESTANCADA', DIZ CEO DA ARCELORMITTAL

Jefferson de Paula diz que o governo fez um importante avanço ao reconhecer a situação do setor, após nove meses de negociações, mas que empresas só se sentirão satisfeitas ao ver resultados

Por Ivo Ribeiro

As siderúrgicas brasileiras, que se sentiram afetadas pela invasão de aço importado, principalmente da China, avaliam que as medidas do governo anunciadas nesta semana foram um importante avanço. "Não podemos dizer que estamos plenamente satisfeitos, porque isso vai depender dos resultados do sistema de cota com tarifa de 25% aplicada ao volume que exceder", disse ao Estadão o presidente do grupo ArcelorMittal no Brasil, Jefferson de Paula, que também é presidente do conselho diretor do Instituto Aço Brasil.

O executivo disse que foram nove meses de constantes reuniões com autoridades em Brasília, principalmente os ministérios do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e da Fazenda para mostrar o quanto o setor estava sendo afetado por "importações predatórias" de aço. "Da forma que estava, com aumento de 50% no ano passado em relação a 2022, ociosidade de 40% da capacidade de produção e participação de 20% a 25% (dos importados) no consumo do mercado brasileiro, não tinha como continuar operando nem mantendo o ritmo de investimentos no País", disse De Paula.

A ArcelorMittal é a principal fabricante de aço do Brasil, responsável por 42% do volume total de produção. Outros grupos de peso são a Gerdau, Ternium (que controla a Usiminas) e CSN. Outras de menor porte são Aperam (aço inox e elétrico), Simec, Sinobras, AVB e Vallourec (tubos). A

capacidade do setor é de 51 milhões de toneladas, mas a produção ficou em 34 milhões no ano passado. As importações de material acabado somaram quase 5 milhões de toneladas em 2023, sendo cerca de 65% da China.

As medidas anunciadas pelo MDIC no meio da semana definiram a adoção de uma cota da média das importações entre 2020 e 2022, acrescida de 30%. O que exceder, será sobretaxado em 25%. Assim, se a média de um determinado tipo de aço no período for de 100 mil toneladas, significa que até 130 mil toneladas continuaram com a tarifa anterior. O que exceder receberá aplicação dos 25%.

Com previsão, inicialmente de um ano, as medidas, de caráter emergencial, devem entrar em vigor dentro de um mês, após conversas no âmbito do Mercosul e trâmites internos no governo. No todo, a lista escolhida abrangeu 11 tipos de produtos - oito de aços planos, um de longos e dois de tubos.



Segundo Jefferson De Paula, foram nove meses de conversas com o governo até a medida contra as 'importações predatórias' Foto: Arcelor Mittal

Na definição dos tipos de aços, o vergalhão, muito usado na construção civil, ficou de fora, com o argumento de que não houve um volume tão alto como o visto em fio-máquina (que é usado na fabricação de arames, pregos e grampos). Porém, a informação de pessoas próximas do governo é de que o produto foi deixado de fora por ser item importante no setor da construção civil. Várias empresas do País são

fabricantes de vergalhão que tem vindo da Turquia, Egito e Peru, mas nos dois últimos países têm acordos de preferência no Mercosul, com tarifa quase zero.

De Paula destaca que foi acertado com o governo que haverá um monitoramento dos resultados, tanto da aplicação da cota-tarifa quanto de artifícios dos exportadores. Por exemplo, uma empresa que exportava um tipo de aço ao Brasil, como fio-máquina, e passa a exportar outro, como o vergalhão.

“Se, de forma geral, não funcionar e o mercado brasileiro continuar a ser inundado, vamos ter de rever as medidas e fazer ajustes. Isso ficou claro nas negociações com o pessoal do governo”, disse o executivo da ArcelorMittal. Ele destacou que há um excesso de oferta de 550 milhões de toneladas no mundo (sendo 200 milhões na China) e que usinas chinesa vêm exportando com valor inferior de US\$ 20 a US\$ 40 por tonelada e operando até com Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) negativo.

Para De Paula, o governo se sensibilizou de que não pode matar o negócio do aço no Brasil, uma indústria de base. “Pedimos que fossem incluídos 18 tipos de aços, mas só foram acatados nove - oito de aços planos e um de longos”. Dois outros eram pedidos da Abitam, que reúne fabricantes de tubos no País.

Segundo o executivo, é esperar para ver se as medidas vão funcionar. Um risco é a aceleração das importações, que podem esgotar a cota num curto espaço de tempo. Talvez uma medida a ser adotada sejam volumes trimestrais, como na Europa e EUA. Ele admite que os resultados podem levar alguns meses para acontecer e disse que ainda não tem definido qual volume de aço cairá na sobretaxa de 25%.

Um temor do governo era que as siderúrgicas no País continuassem a fazer demissões e paralisassem fábricas, caso de Gerdau, ou suspendessem investimentos (como a Aperam). “Para continuarmos investindo R\$ 12 bilhões ao ano no setor e não paralisar plantas de produção, o volume de importações predatórias terá de estancar”, afirmou o executivo.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 25/04/2024

QUAIS AS AGÊNCIAS QUE MAIS INVESTIRAM EM COMPRA DE MÍDIA E ESPAÇO PUBLICITÁRIO; VEJA RANKING

Levantamento tem dados de 336 agências do País; investimento em espaços publicitários cresceu 10,4% em 2023, aponta o Fórum de Autorregulação do Mercado Publicitário, o Cenp-Meios

Por Wesley Gonsalves

O Fórum de Autorregulação do Mercado Publicitário, o Cenp-Meios, divulgou na quarta-feira, 24, o ranking das agências que mais investiram em compra de mídia e espaço publicitário em 2023. Com um crescimento de 10,4% nos aportes publicitários, na comparação ante ao ano anterior, nomes como MediaBrands, Betc Havas e Artplan encabeçam o topo da lista das companhias que mais compraram espaço de mídia em veículos nacionais ao longo do ano.

O ranking das agências de publicidade tem como base o investimento em mídia e classifica as agências, mas não traz o investimento isolado de cada uma das marcas. Para mensurar os dados, a entidade conta com o apoio da consultoria KPMG ao analisar as informações que são enviadas pelas 336 agências do mercado doméstico afiliadas ao fórum.



Levantamento é feito pelo Fórum de Autorregulação a cada dois anos e usa como base informações anonimizadas de 336 agências do País Foto: terovesalainen - stock.adobe.com / terovesalainen - stock.adobe.com

Conforme adiantou o Estadão, o mercado publicitário investiu aproximadamente R\$ 23,4 bilhões na compra de espaço de mídia e anúncios, em 2023 - um crescimento nominal (sem descontar a inflação do período) de aproximadamente 10,4% em comparação aos R\$ 21,2 bilhões transacionados em 2022.

Depois de um movimento de concentração de compra de mídia para as agências do The Interpublic Group of Companies (IPG), a Mediabrands alcançou a primeira posição do ranking e desbancou a então primeira colocada na última edição do levantamento, a agência Betc Havas, que agora ocupa a segunda colocação da lista. “É importante ressaltar que, diferentemente dos dados aferidos em 2022, houve agora uma integração das informações coletadas das agências Mediabrands e Mullen Lowe, que passaram a atuar como uma única operação, Mediabrands”, comenta o Cenp, em nota.

Para o presidente da Mediabrands, Ariel Bergamo, que chegou recentemente à cadeira de CEO da companhia, o resultado da agência dentro do ranking do Fórum reforça o desafio de guiar a empresa em um caminho de crescimento financeiro. “Essa conquista é um reconhecimento da força de dados da agência, tão crucial hoje, atrelada ao full specialist e ao mesmo tempo revela a transformação do nosso mercado, que vem valorizando justamente isso, nomes que são muito fortes em mídia”, afirma. “Eu já considerava esse momento como o mais desafiador da minha carreira e essa conquista aumenta o desafio ao mesmo tempo que me motiva ainda mais”, complementa.

Ainda em relação às movimentações de fusões do setor no ano passado, o ranking do Cenp computou os resultados das agências VMLY&R e Wunderman Thompson como empresas separadas, haja vista que oficialização da união das duas marcas foi informada pelo grupo WPP no segundo semestre de 2023 e unificado a partir de janeiro deste ano. “O ranking de agências do Cenp-Meios é uma fotografia do mercado publicitário e, como tal, retrata ano a ano as movimentações tendo como ponto de partida as oscilações referentes aos investimentos em mídia”, afirma a diretora executiva do Cenp-Meios, Regina Augusto.

De acordo com a entidade que autorregula o mercado publicitário brasileiro, o ranking Cenp-Meios reúne apenas as agências que autorizaram sua entrada na lista, que enviam mensalmente dados totalizados das agências, sem indicar informações sobre o cliente ou veículo escolhido. “O ranking é uma contribuição importante do Cenp ao mercado, pois reflete a constante transformação pela qual

passa nossa indústria,” afirma Salles Neto, coordenador do comitê técnico de métricas e indicadores (CTMI) do Cenp.

Na segunda posição do ranking, o fundador e CEO da Betc Havas, Erh Ray, comemorou a presença no topo da lista das companhias com maiores investimentos em mídia do País. “Estamos muito felizes em mais uma vez estar entre as maiores agências do País. Uma posição tão relevante e consistente no ranking, nesses últimos anos, reforça a eficiência e excelência do trabalho que realizamos todos os dias para os nossos clientes,” diz.

Logo em seguida, encerrando o pódio das agências, o sócio-presidente da Artplan, Antônio Fadiga, comentou que resultado serve como impulso para manter foco nos negócios de olho a um horizonte de crescimento. “Esta posição nos motiva mas não nos guia. Mas é claro que comemoramos, pois é um trabalho em conjunto entre cliente e agência, na busca do melhor resultado de negócios.”

Veja o ranking completo das agências.

1. MediaBrands (Reprise Digital + Mullen Lowe)
2. Betcv Havas
3. Artplan
4. Wmccann
5. EssenceMediaCom (ex- Blinks Essence)
6. Galeria
7. Almap BBDO
8. Africa DDB
9. Publicis Brasil
10. VMLY&R
11. Ogilvy & Mather Brasil
12. Talent Marcel
13. Wunderman Thompson
14. Leo Burnett Tailor Made
15. DPZ
16. Suno United Creators
17. Lew’Lara\TBWA
18. Propeg Comunicação
19. Agência WE
20. FBIZ

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 25/04/2024

MINERAÇÃO VERDE PRECISA DE ENGENHEIROS, DESIGNERS DE ALGORITMO E ESPECIALISTAS EM CARBONO E CLIMA

Empresas do setor apostam na tecnologia para se adaptar às novas demandas e cuidados trazidos pela economia verde

Por João Scheller

Com novos critérios regulatórios e um investimento pesado em novas tecnologias, o mercado de mineração tem apostado na inovação para aumentar a produtividade, causando o menor impacto possível no meio ambiente e contribuindo para a criação de produtos essenciais para uma nova economia verde. O setor vê um crescimento muito forte na demanda por minerais como lítio, alumínio e cobre, para produção de baterias e painéis solares, por exemplo.

Se antes o setor era dominado por engenheiros e técnicos das mais diversas áreas, hoje há espaço também para profissionais como analistas de mudanças climáticas ou especialistas de mercado de carbono.

“Esse mix de conhecimentos é o que se incentiva dentro da companhia”, afirma Rodrigo Lauria, diretor de mudanças climáticas da Vale. Segundo ele, além de a economia verde abrir novas

posições para profissionais especializados, há uma demanda do mercado por profissionais multidisciplinares.

A ideia é que essas pessoas adaptem seus conhecimentos especializados a esta nova lógica de mercado, entendendo, por exemplo, de aspectos regulatórios do setor, enquanto também são capazes de lidar bem com tecnologia, cada vez mais presente no dia a dia da mineração.



Rodrigo Lauria, diretor de mudanças climáticas da Vale, aponta que a multidisciplinaridade dos profissionais é cada vez mais incentivada dentro da companhia • PEDRO KIRILOS/ESTADÃO

“Atualmente, o setor está passando por uma transição de tecnologia forte”, diz Julio Nery, diretor de sustentabilidade do Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração), que representa empresas do setor. “Procura-se por um profissional que seja mais adaptado a esse perfil tecnológico”, afirma, ao citar a relevância cada vez maior de ferramentas digitais no dia a

dia do setor.

Nery pontua que o gerenciamento de rejeitos da mineração é quase todo controlado de forma remota, por exemplo, e habilidades para lidar com esses sistemas é essencial para quem deseja trabalhar na área. A demanda, segundo ele, se aplica tanto ao engenheiro e analista, quanto ao próprio operário. “O motorista de caminhão, que antes estava atrás do volante, hoje está guiando com um joystick”, afirma.

Segundo eles, parte desse avanço tecnológico se deu na esteira de novas regulações que foram definidas após os recentes desastres envolvendo empresas do setor, como as tragédias em Mariana e Brumadinho, ambas em Minas Gerais.

“O avanço tecnológico vem para garantir que a extração dos minérios ocorra de forma mais limpa. Não se trata de não explorar, mas sim de como explorar. Temos que ser mais inteligentes com nossos recursos naturais”

Onara Lima
especialista em sustentabilidade e gestão ambiental

A própria reputação da mineração é uma preocupação de agentes da área, que buscam mostrar ao público o avanço das técnicas usadas no setor. “Quando você tem desastres como esses que aconteceram, a gente vê uma retração do interesse do jovem para trabalhar na mineração”, afirma Nery. “Temos que mostrar que acidentes acontecem, mas trabalhar para que eles não aconteçam. Para que esse potencial de risco não se realize”, complementa.

Essa desconfiança do público com o papel das empresas pode ser vista em números. Segundo pesquisa financiada pela 3M sobre as percepções do público brasileiro sobre “empregos verdes”, apesar de 88% dos entrevistados afirmarem que esperam que essas posições cresçam nos próximos cinco anos, 57% dizem que as empresas não estão equipadas para fazer escolhas que promovam a sustentabilidade.

Profissionais devem ir além da formação

Com a velocidade das mudanças tecnológicas, vem se tornando cada vez mais difícil para os profissionais buscarem somente uma formação que contemple todas as habilidades necessárias para se destacar no mercado de trabalho.

Para Lauria, é fundamental que os profissionais busquem ressignificar suas formações e não deixem de estudar. “Você não vai conseguir achar tudo numa formação tradicional, mas há uma série de formações extras”, afirma o diretor da Vale.

Para ele, além de buscar uma formação que contemple disciplinas de sustentabilidade e aspectos regulatórios, é fundamental continuar buscando conhecimento no decorrer da carreira e saber conectá-los com sua área de atuação.

“Como é que insiro a engenharia dentro do universo do carbono e como isso se conecta com meu custo reduzido no futuro? Que impactos posso ter com as regulações que estão sendo discutidas na Europa, por exemplo? Essa capacidade de adaptação e conexão é algo que ajuda a formar esse novo profissional”

Rodrigo Lauria,
diretor de mudanças climáticas da Vale

Nery destaca também a necessidade de expandir essas habilidades para profissionais de nível técnico. Ele diz que cerca de 90% das vagas no setor são para esses profissionais e que aspectos de automatização e gerenciamento de sistemas tecnológicos já fazem parte do dia a dia do trabalho nas minas. “A formação tem que ser muito mais avançada do que existia antes”, afirma.

Setor demanda engenheiros, analistas e profissionais ligados a tecnologia. Segundo especialistas, a demanda por engenheiros e profissionais técnicos deve continuar alta, tendo em vista o crescimento do setor. Isso abre oportunidade para profissionais com diferentes especializações como:

- Engenheiros Eletricistas;
- Engenheiros Mecânicos;
- Engenheiros de Minas;
- Engenheiros Ambientais;
- Engenheiros de Produção;
- Geólogos;
- Geotécnicos.

Para Leandro Oliveira, coordenador de Desenho Organizacional e RH Analytics da mineradora Anglo American no Brasil, alguns cargos específicos do setor de tecnologia também começam a ser demandados pelo setor, dentre eles:

- Operadores de Equipamentos Remotos,
- Técnicos de Drones;
- Mecânicos de Robótica;
- Técnicos de IoT (internet das coisas);
- Designer de Algoritmos.

Enquanto os mecânicos de robótica podem contribuir para os ajustes em equipamentos que fazem manutenção e inspeção nas minas, por exemplo, os técnicos de IoT certificam que todas essas ferramentas se comuniquem apropriadamente com a internet, recebendo dos servidores comandos enviados à distância e armazenando dados. Além disso, os designers de algoritmo ficam responsáveis pela programação e implementação de comandos que automatizam tarefas.

"Essas novas funções buscam incorporar os avanços tecnológicos dos últimos anos como já foi feito por outras indústrias, como óleo e gás e agropecuária", afirma Oliveira. "Além disso, oferecem maior segurança ao reduzir a exposição das pessoas aos ambientes com potencial de risco da atividade mineradora", complementa.

No que se refere a cargos mais analíticos, alguns profissionais também devem ser requisitados, como:

- Analistas de Mudanças Climáticas;
- Especialistas em Mercado de Carbono;



- Economistas;
- Administradores.

/De acordo com Nery, a demanda por profissionais ligados a áreas ambientais e sociais também tem crescido consideravelmente, assim como os esforços das companhias para incluir esses profissionais dentro de seus processos.

Já os salários praticados no setor podem variar conforme a empresa contratante e o nível de senioridade e especialização de cada profissional. Segundo o guia salarial publicado anualmente pela consultoria Robert Half, um Engenheiro de Produção, por exemplo, pode ganhar de R\$ 6,2 mil mensais, em uma vaga de nível júnior em uma empresa de pequeno e médio porte, a até R\$ 13,3 mil mensais, em nível sênior em uma grande empresa.

Seguindo esta mesma lógica, o salário de um Engenheiro de ESG, por exemplo, pode variar de R\$ 8,6 mil a R\$ 19,3 mil. Os dados dizem respeito a empresas que trabalham no ramo de engenharia, sem estarem ligadas, necessariamente, à mineração.

Questionadas pela reportagem, nenhuma das companhias consultadas revelou os salários médios pagos a seus funcionários, alegando, em sua maioria, se tratarem de dados estratégicos para seus negócios.

PRÓXIMO CAPÍTULO:

Inteligência artificial e até raios cósmicos viram apostas de startups na mineração 'verde'

EDITORES-EXECUTIVOS: LEONARDO CRUZ E RICARDO GRINBAUM; EDITOR DE ECONOMIA: ALEXANDRE CALAIS; EDITORA-ASSISTENTE DE ECONOMIA: RENÉE PEREIRA; DIRETOR DE ESTRATÉGIAS DIGITAIS: ANDRÉ FURLANETTO; PROJECT MANAGER: EDEGARD UTRERA; REPORTAGEM: JOÃO SCHELLER; EDITOR DE CARREIRAS E PME: ARMANDO PEREIRA; EDITORA DE INFOGRAFIA: REGINA ELISABETH SILVA; EDITORES-ASSISTENTES DE INFOGRAFIA: ADRIANO ARAUJO E WILLIAM MARIOTTO; DESIGNER MULTIMÍDIA: LUCAS ALMEIDA; EDITOR DE FOTOGRAFIA: CLAYTON DE SOUZA; FOTOS: DANIEL TEIXEIRA E FELIPE RAU; EDITOR DO NÚCLEO DE VÍDEO: GABRIEL PINHEIRO; EDIÇÃO DE VÍDEO: CLÁUDIO DA LUZ.

ENCONTROU ALGUM ERRO? ENTRE EM CONTATO

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*
Data: 25/04/2024

REFORMA TRIBUTÁRIA: DEVOLUÇÃO DO CRÉDITO A EMPRESAS TEM PRAZO DE 60 DIAS, MAS PODE CHEGAR A 9 MESES

Projeto dará preferência a investimentos e empresas que mantiverem crédito na média de 24 meses; valores que desviarem do padrão terão análise mais detalhada pelo Comitê Gestor

Por Alvaro Gribel, Bianca Lima e Mariana Carneiro

BRASÍLIA – O projeto de regulamentação da reforma tributária enviado pelo governo Lula ao Congresso propõe que a devolução dos créditos gerados pelo novo Imposto de Valor Agregado (IVA) às empresas tenha um prazo padrão de até 60 dias; mas, nos casos em que houver desvio acentuado de valores gerados na cadeia, poderá chegar a 270 dias, após análise do Comitê Gestor.

Isso porque o IVA tem como princípio a não cumulatividade plena, a fim de evitar a chamada tributação em cascata. Ou seja: cada setor da cadeia só pagará imposto efetivamente sobre o valor que adicionou ao produto. Assim, tributos pagos em insumos, por exemplo, viram crédito e serão devolvidos às companhias.



O ministro da fazenda, Fernando Haddad, faz a entrega do projeto de regulamentação da reforma tributária ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Foto: Wilton Junior/Estadão

A proposta do governo prevê a devolução em até 60 dias em três ocasiões: contribuintes em programas de conformidade autorizados pelo Comitê Gestor; quando o bem comprado for um ativo imobilizado, como máquinas e equipamentos; e quando o valor creditado estiver dentro da média dos últimos 24 meses do contribuinte, num limite de 150% entre o que ele gerou de crédito e o que terá de pagar de imposto.

Para valores acima desse percentual, que fugirem da média, o prazo poderá chegar a 270 dias. Esses terão uma análise mais detalhada sobre os valores creditados pelo Comitê Gestor. A expectativa da equipe econômica, no entanto, é de que o prazo médio fique abaixo dos 60 dias, com aumento da automatização no creditamento ao longo da cadeia.

Ainda assim, o prazo é muito maior do que o defendido pela indústria, empresas de capital aberto e a Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), que queriam um período de até 30 dias, como mostrou o Estadão.

Segundo o secretário Extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, um dos objetivos de se criar um prazo maior, de 270 dias, é combater fraudes. Outro, para evitar restituição mais rápida quando uma empresa faz compras para estoques, que depois serão revendidos.

“Mesmo a empresa fora do padrão, mas bom contribuinte, pode restituir em 30 dias, pode ser uma semana. Porque o prazo de 270 é apenas porque existem sim casos de fraudes, ou com estoque, que depois ela vai vender. Não faz sentido eu devolver tudo de uma vez. Para depois ter a operação do crédito” < afirmou em coletiva de imprensa nesta quinta-feira, 25.

Segundo a advogada Lina Santin, coordenadora do grupo Mulheres no Tributário, que atuou na Frente, o governo criou grupos diferentes para definir o prazo – o que fere, na sua visão, o critério da isonomia da reforma.

“O governo vai privilegiar, para devolução mais célere dos créditos, os contribuintes que têm crédito dentro da média, de até 150%. Acho que isso fere o princípio da isonomia, dando privilégios para uns, o que será motivo de debates no Congresso”, afirmou.

Correção

O projeto prevê a correção pela taxa básica de juros, a Selic, dos créditos devidos, mas apenas após o 76º dia da apuração do pedido – prazo superior ao previsto, de até 60 dias.

Também não está previsto que haja algum tipo de punição ao poder público em casos de atraso; somente a correção dos valores pela Selic. Empresas pleiteavam que houvesse mecanismos mais duros para “obrigar” o governo a realizar o pagamento dos créditos – o chamado enforcement, na expressão em inglês.

Plano de saúde

O projeto prevê que a aquisição de planos de saúde pelas empresas aos seus empregados não gerará crédito; ou seja, as companhias não poderão pedir a restituição neste caso. A proposta considerou essa despesa como de uso pessoal do funcionário. Pela justificativa do projeto, “os beneficiários dos planos de saúde são pessoas físicas”.

Esse ponto tem sido alvo de críticas de tributaristas. “Do ponto de vista econômico, isso gerará uma dupla incidência de IVA sobre o mesmo valor agregado. Do ponto de vista jurídico, há fortes

argumentos para considerar esses valores como despesas inerentes à atividade empresarial”, afirma Breno Vasconcelos, do Mannrich e Vasconcelos Advogados e pesquisador do Insper.

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 25/04/2024

Valor

ECONÔMICO

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

BRASIL TERÁ 140 MILHÕES DE PASSAGEIROS VOANDO POR ANO ATÉ O FIM DO GOVERNO, DIZ MINISTRO

Em 2023, o mercado nacional de aviação cresceu 15,3%, com a ocupação de 112,6 milhões de assentos

Por *Rafael Bitencourt, Valor — Brasília*



Para o ministro, se a meta na aviação for alcançada, o país terá mais “inclusão social”, com reflexos na economia — Foto: Leo Pinheiro/Valor

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, projeta que o setor aéreo brasileiro irá alcançar a movimentação anual de mais de 140 milhões de passageiros no prazo de três anos. Em 2023, o mercado nacional de aviação cresceu 15,3%, com a ocupação de 112,6 milhões de assentos.

“Nesses próximos três anos, vamos chegar a mais de 140 milhões de passageiros no país por ano e vamos incluir mais de 2,5 milhões de brasileiros na aviação”, afirmou, ao discursar no evento de entrega do prêmio “Aviação + Brasil 2024”.

Para o ministro, se a meta for alcançada, o país terá mais “inclusão social”, com reflexos na economia. “Na hora que você leva um passageiro que não viajou nos últimos 12, 24 meses, você movimenta o aeroporto, a economia, porque, a cada quatro turistas que chegam no Brasil ou na cidade, a gente está falando de emprego que é gerado no país”, disse, no evento.

Fonte: *Valor Econômico - SP*

Data: 25/04/2024

KLABIN TEM ALTA DE 10% EM VOLUME DE PRODUÇÃO NO 1º TRIMESTRE

O volume de vendas da Klabin, por sua vez, chegou a 922 mil toneladas, alta de 5% na comparação anual

Por *Felipe Laurence, Valor — São Paulo*



A produção de papéis foi de 672 mil toneladas, alta de 21% em um ano, compensando a queda de 6% no volume de produção da celulose — Foto: Divulgação

O volume total de produção da Klabin chegou a 1,05 milhão de toneladas no primeiro trimestre, alta de 10% na comparação anual, impulsionada pela maior produção de papéis no período.

A produção de papéis foi de 672 mil toneladas,

alta de 21% em um ano, impulsionada pela entrada em funcionamento de novos projetos, compensando a queda de 6% no volume de produção da celulose, a 382 mil toneladas.

A companhia teve somente uma parada de manutenção no primeiro trimestre, em Otacílio Costa (SC), que durou 11 dias em janeiro. As atividades foram retomadas e a fábrica está operando normalmente.

O volume de vendas da Klabin, por sua vez, chegou a 922 mil toneladas, alta de 5% na comparação anual. As vendas de papéis cresceram 16%, a 306 mil toneladas, enquanto as de celulose caíram 3%, a 362 mil toneladas.

O volume menor em celulose é explicado pela menor produção e problemas de sobrecarga no porto de Paranaguá (PR). Já a alta nos papéis teve efeitos do aumento na produção e aumento nas exportações.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 25/04/2024

FT: DISTÚRBIOS NO MAR VERMELHO LOTAM PORTOS DO MEDITERRÂNEO

Ataques houthis a embarcações no Mar Vermelho levaram a uma explosão do tráfego nos portos de Algeciras e Barcelona, na Espanha, e Tânger Med, no Marrocos

Por Robert Wright, Em Financial Times — Algeciras



Porto de Barcelona, na Espanha — Foto: Márcia Almeida/Valor

Os portos de contêineres em todo o Mar Mediterrâneo ocidental estão perto de sua capacidade máxima, o que aumenta o risco de custos de estocagem mais altos e de falta de componentes para varejistas e fabricantes europeus, no mais novo problema para as cadeias de fornecimento da região.

Executivos do setor portuário disseram que precisam lidar com áreas de armazenagem superlotadas e demoras na atracação de navios, na sequência dos ataques houthis a embarcações no Mar Vermelho, e isso levou a uma explosão do tráfego nos portos de Algeciras e Barcelona, na Espanha, e Tânger Med, no Marrocos.

A dinamarquesa Maersk avisou recentemente seus clientes que a “densidade da área de estocagem” no porto de Barcelona cresceu muito por causa da alta capacidade, já que o porto trabalha com movimentos de transferência de cargas muito superiores aos normais. A Maersk acrescentou que os terminais de Algeciras e Tânger também sofrem com o problema.

Alonso Luque, executivo-chefe da TTI Algeciras, um dos dois terminais de contêineres em Algeciras, disse que seus armazéns estavam “bastante lotados” e só conseguiram evitar congestionamentos graves porque limitaram a quantidade de negócios que aceitam. “A capacidade está muito restrita”, afirmou ele.

Desvio de rota

A maioria das grandes empresas de transporte marítimo de contêineres que operam na rota entre a Ásia e a Europa redirecionou seu tráfego para contornar o Cabo da Boa Esperança, em vez de passar pelo Canal de Suez, depois do início dos ataques dos houthis, que têm apoio do Irã.

Os desvios obrigaram as empresas de transporte marítimo de carga a desenvolverem novos esquemas para as mercadorias que circulam entre a Ásia e portos na Itália, na Grécia e na Turquia.



Depois de contornar a África do Sul, muitos navios deixam seus contêineres em portos na parte ocidental do Mediterrâneo, como os de Algeciras e Tânger. A partir daí, serviços “auxiliares” de curta distância transportam as mercadorias para outros terminais do sul da Europa.

Os transtornos surgiram porque portos cruciais têm tido dificuldades para lidar com o forte aumento no tráfego de “transferência de cargas” resultante. Daniel Richards, diretor da consultoria marítima MSI, que tem sede em Londres, afirmou que os atrasos nos portos podem obrigar algumas empresas a manterem estoques extras ou por mais tempo.

Custos de estocagem

“[Um elemento] seria se os custos de estocagem subissem por causa disso”, disse Richards. Ele acrescentou que também havia riscos para o fornecimento de componentes para fabricantes.

Essa questão aparece porque os terminais que lidam com automóveis prontos também sofrem fortes congestionamentos, causados, em grande parte, pela disparada no número de unidades exportadas da Ásia para a Europa e a América do Norte e por uma desaceleração nas vendas de veículos.

Algeciras e Tânger Med ainda não publicaram estatísticas a respeito do tráfego este ano, mas Barcelona registrou um aumento de 17% na movimentação de contêineres em fevereiro, comparada com o mesmo mês de 2023.

A expectativa de muitos operadores de terminais é que os problemas não acabem, enquanto os desvios de rotas dos serviços continuarem.

Nabil Boumezzough, presidente do conselho de administração da Tangier Alliance, operadora do terminal de contêineres TC3 no Marrocos, contou que, este ano, o terminal tem operado constantemente com área de armazenamento perto da capacidade máxima.

“Isso tem desafiado sua eficiência, desafiado sua produtividade e desafiado a forma como você administra seu porto”, explicou Boumezzough.

A APM Terminals, braço que opera terminais da AP Møller-Maersk, informou que sofreu “pressões de curto prazo” em suas instalações em Barcelona, Algeciras e Tânger, mas, agora, podia observar “melhoras significativas”.

Contudo, os serviços de rastreamento de navios mostram que tanto em Algeciras como em Tânger eles frequentemente precisam esperar fundeados no mar antes de conseguirem atracar. Essas demoras costumam ser um sinal de que os portos estão ficando congestionados.

Luque afirmou que, por causa da falta de capacidade em Algeciras e Tânger, que ficam em lados opostos do Estreito de Gibraltar, as empresas de transporte marítimo de carga eram obrigadas a ir para portos menos convenientes e mais distantes.

Ele contou que as empresas estão usando instalações tão longínquas como as de Malta e Gioia Tauro, na Itália.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 25/04/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

JUSTIÇA IMPEDE COBRANÇA DE ELF PELA MSC

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 25/04/2024 - 18:15



Arquivo/Divulgação

Decisão da SJDF cassou liminar que autorizava armador a cobrar taxa desde abril de 2020. Ainda cabe recurso da empresa no TRF-1

A Justiça Federal do Distrito Federal negou, na última segunda-feira (22), o recurso da MSC que pedia a declaração de ilegalidade da resolução 7.518 da Antaq. A sentença cassou a liminar que autorizava a empresa a cobrar a ELF (Taxa de Logística de Exportação, em tradução livre), desde abril de 2020. O armador também havia solicitado a anulação dos efeitos da norma desde 10 de fevereiro de 2020, quando ela entrou em vigor. Além de revogar a liminar que suspendia a resolução, a decisão do juiz Itagiba Catta Preta Neto, da 4ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF), extinguiu o processo por julgar os pedidos improcedentes.

No processo, a MSC alegou que a Agência Nacional de Transportes Aquaviários proferiu decisão entendendo pela irregularidade da cobrança da ELF, contrariando reiteradas manifestações técnicas da Superintendência de Regulação (SRG/Antaq) favoráveis à cobrança, além do entendimento da Procuradoria Federal Especializada junto à agência reguladora pela legalidade da taxação. Em caso de recurso do armador, o processo será remetido ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1). Procurada pela Portos e Navios, a MSC não comentou a decisão até o fechamento desta reportagem.

Embarcadores ouvidos pela reportagem estimam que o armador arrecadou aproximadamente R\$ 24 milhões de ELF somente no ano passado. O cálculo considera dados da Antaq que dão conta que foram embarcadas 390 mil unidades de contêineres em 2023 para exportação, sendo em torno de 30% relativos à MSC.

No julgamento, o magistrado considerou que uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a constitucionalidade do poder normativo das agências reguladoras e que, de acordo com a lei de criação da Antaq (10.233/2001), compete à agência, quando demandada, gerenciar a infraestrutura e a operação do transporte aquaviário, cabendo-lhe proteger os interesses dos usuários quanto à qualidade e oferta de serviços.

Ele mencionou ainda que o artigo 11 desta lei fala da incidência dos fretes nos processos dos produtos transportados, assegurando que os usuários paguem pelos custos dos serviços prestados em regime de eficiência. A Usupport-RJ, antiga denominação social da Logística Brasil (Associação Brasileira dos Usuários dos Portos de Transportes e da Logística), e o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé) ingressaram como amicus curiae no processo e apresentaram parecer técnico e jurídico contrário à cobrança da taxa, apontando ilegalidade.

Para o juiz, a resolução 7.586/2020 da Antaq é explícita em permitir que as empresas tenham liberdade no estabelecimento de preços, fretes, taxas e sobretaxas desde que atendam às premissas de fato gerador, serviços a que se aplicam, base de cálculo e período de aplicação. Ele também considerou que não se coíbe a autonomia dos armadores no estabelecimento de taxas e sobretaxas.

O juiz entendeu ainda que a MSC não demonstrou haver qualquer serviço prestado ao usuário que justifique tal cobrança, inclusive alegando nos autos que a referida taxa tinha o condão de equalizar diversos custos diferentes da empresa, não tendo qualquer relação direta com serviços prestados aos exportadores que a denunciaram. Segundo o magistrado, o regime de autorização a que se sujeita o armador é regido pela 'liberdade de preços dos serviços, tarifas e fretes, e em ambiente de livre e aberta competição', conforme previsto na Lei 10.233/01.

"A regulação promovida pela Antaq, devidamente autorizada pela Lei 10.233/2001, atende, de pronto, aos princípios da soberania nacional e da defesa do consumidor, pelo que não pode ser

apontada como ilegítima. Inexiste, portanto, fundamento jurídico idôneo à demonstração da alegada ocorrência de ilegalidade na resolução 7.518”, proferiu em sua decisão.

O juiz também fez referência a uma nota técnica de 2021 da superintendência de regulação da autarquia (SRG/Antaq) que destacou que a resolução 7.586/2020 não altera a obrigação dos transportadores em adotar a modicidade e a máxima transparência perante os usuários. “Esta resolução externaliza para o mercado, o que a Antaq compreende como informação ‘correta, clara, precisa e ostensiva’ no que se refere ao estabelecimento de preços, fretes, taxas e sobretaxas para as navegações de apoio marítimo, apoio portuário, cabotagem e longo curso”, citou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/04/2024

ESTALEIROS VEEM DEMANDA POR SUPPLIES E ESPERAM CONTRATAÇÕES PARA TRANSPETRO AINDA EM 2024

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 25/04/2024 - 16:29



Arquivo/Divulgação

Barcos de apoio para Petrobras devem inicialmente mobilizar, ao menos, 3 estaleiros. Incentivo ao conteúdo local, fluxo de caixa de projetos e capacitação da mão de obra estão na agenda setorial

Representantes de grandes estaleiros têm a expectativa de que, ainda este ano, comece a surgir uma demanda significativa para a construção de embarcações de apoio. A avaliação é que o anúncio da Petrobras sobre a contratação

de 38 barcos de apoio movimentou o mercado e pode ser o início de uma retomada das encomendas. Como o edital da empresa para contratação de 12 PSVs (transporte de suprimentos) estabelece a fabricação de, no máximo, quatro embarcações por vencedor, pelo menos, três estaleiros serão ocupados somente com esta demanda inicial. Outra esperança é que ocorra o lançamento do edital para construção de navios para a Transpetro, com contratação até o final de 2024.

A Petrobras tem intenção de publicar, até o final do ano, um edital para a contratação de mais 10 OSRVs (combate a derramamento de óleo), além dos 12 PSVs anunciados em março. A empresa estima aproximadamente US\$ 2,5 bilhões em investimentos em até 38 embarcações de apoio marítimo, com geração de 28 mil empregos diretos. Já a Transpetro espera lançar, até o final de maio, o edital de licitação para a construção de quatro navios hand para a frota da empresa. O presidente da Transpetro, Sergio Bacci, disse que os projetos constam no plano estratégico da Petrobras (2024-2028) e estão na fase final de aprovação junto à governança da holding.

Além dos quatro navios, estão em estudo outros oito gaseiros e quatro navios MR1. Bacci disse que, possivelmente, esses 12 projetos passarão para a área de governança no segundo semestre e terão os editais publicados em 2025. A Transpetro tem interesse de ampliar a frota própria com a incorporação de gaseiros e navios de transporte de produtos claros e escuros, de 7.000 a 48.000 TPB (toneladas de porte bruto), padrão de navios MR1 e MR2 que já operam atualmente para a companhia.

Os anúncios foram feitos por Bacci e pelo presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, na semana passada, durante o evento ‘Fortalecimento da indústria naval nacional e o setor energético offshore’, promovido pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), no Rio de Janeiro. Na ocasião, foi lançado o Mapa de Estaleiros do Brasil, parte da iniciativa integrada entre os setores de petróleo, gás, energia e naval para levar ao mercado informações sobre a infraestrutura dos estaleiros e projetos no país.



O presidente da Associação Brasileira das Empresas da Economia do Mar (Abeemar), João Azeredo, que participou da segunda retomada da indústria em 2010, observa convergência de ideias e aproximação institucional dos diferentes segmentos em prol da retomada da indústria. Após o evento do IBP, ele comentou que também nota mais ponderação nas discussões e propostas mais concretas e com objetivo de se tornarem duradouras.

“Veremos o resultado disso tudo quando as licitações estiverem na rua e os estaleiros estiverem contratados e contratando gente. Estamos caminhando institucionalmente e governamentalmente, com uma série de medidas para reduzir a assimetria entre o Brasil e os concorrentes asiáticos, tentando desatar as amarras para a indústria”, analisou Azeredo, que também é vice-presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval), em entrevista à Portos e Navios.

Azeredo considera importante começar o processo de retomada da indústria o mais rápido possível, fazendo voltar a girar ‘um motor que está parado’. Ele entende que o mais importante, no estágio atual, é haver previsibilidade ao longo de escala de encomendas para aumentar a competitividade da construção naval brasileira.

Nos diálogos com o governo sobre conteúdo local, o Sinaval tem defendido tratamentos diferentes dependendo do segmento de embarcações. No caso da contratação de FPSOs, o sindicato é a favor de incentivos para que o conteúdo local aumente gradativamente, em vez de punições às empresas em forma de multas. Outro assunto importante é a capacitação de mão de obra, que também tem um grupo de trabalho dedicado.

O estaleiro Enseada (BA) vê com grande interesse novas demandas para construções de embarcações como os PSVs anunciados pela Petrobras. “São projetos de menor complexidade que se encaixam bem neste momento, no qual parte da indústria de construção naval e offshore brasileira procura retomar suas atividades”, comentou o CEO do Enseada, Ricardo Ricardi. Ele disse que o estaleiro está pronto para mobilizar sua estrutura, mão de obra e toda a cadeia de suprimentos associada para o caso de novas obras de navios. “Acumulamos ao longo da história grandes feitos e já empregamos diretamente cerca de 9 mil pessoas entre os anos de 2013 e 2014. Estamos prontos para atender às novas demandas do mercado”, afirmou.

Para Ricardi, os desafios da Enseada se assemelham ao que ocorrerá com praticamente todo o mercado de construção naval e offshore no país, que vem de um ciclo de baixíssima demanda ao longo dos últimos anos. A expectativa da empresa é que a retomada desta indústria aconteça com a requalificação de parte da mão de obra e com o reinício do processo de ganhos de produtividade. “Apesar disto, não temos dúvidas que estes desafios serão superados com êxito pelo Enseada”, destacou.

Ricardi contou que, durante o último ano, o Enseada dedicou-se à elaboração de propostas comerciais relacionadas a projetos de construção naval e offshore de valores muito expressivos, as quais seguem em avaliação pelos potenciais clientes, além de ter executado serviços de reparo naval e de operações logístico-portuárias. O terminal de uso privado (TUP) operado pela companhia encerrou 2023 com 2 milhões de toneladas movimentadas, com destaque para o início das operações de graneis vegetais.

A expectativa da Ecovix é que a intenção da Petrobras e da Transpetro se concretize e efetivamente haja demanda para os estaleiros nacionais, inclusive para a construção de cascos e navios completos, não só parte deles. O diretor operacional da Ecovix, Ricardo Ávila, afirmou que o Estaleiro Rio Grande (RS) está pronto para atender a essas demandas. Ele destacou que a estrutura vem sendo utilizada desde 2021 e demandará pequenos ajustes, a depender do tipo de projeto que for demandado.

“A cadeia de suprimentos para projetos desse porte ainda é muito forte no Brasil e poderá atender sem dúvidas. Com relação à mão de obra, entendemos que com o cadastro que temos e com a recente execução de projetos na região, não teremos problemas para mobilizar”, avaliou. Um dos

principais desafios, segundo Ávila, é o fluxo de caixa típico desses projetos, que são negativos no início.

“Essa é uma discussão forte no setor. É preciso que haja acesso mais fácil a financiamentos e que o FMM [Fundo da Marinha Mercante], a exemplo do que fez recentemente para os projetos de Sergipe Águas Profundas, da Petrobras, liberando quase R\$ 9 bilhões, viabilize linhas de crédito para estaleiros nacionais”, analisou o diretor operacional.

A Ecovix informou que, em 2023, o ERG realizou quatro reparos de embarcações de tipos variados, empregando algo em torno de 700 pessoas. “No momento, estamos com um projeto de desmantelamento (P-32), mas estamos muito aquém de nossa capacidade. Precisamos de projetos que sejam mais adequados ao tamanho da infraestrutura que temos e que, no passado, já empregou mais de 10 mil pessoas”, defendeu Ávila.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/04/2024

MDIC SINALIZA QUE GOVERNO ESTÁ MAIS PRÓXIMO DE LANÇAR MEDIDAS PARA INDÚSTRIA NAVAL

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 24/04/2024 - 21:01



Arquivo/Divulgação

Diretora do ministério destacou reuniões semanais do GT Naval. Margarete Gandini acredita que diretrizes não agradarão a todos, mas representarão horizonte de uma política setorial

A diretora do Departamento de Desenvolvimento da Indústria de Alta-Média Complexidade Tecnológica do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC),

Margarete Gandini, disse que, cerca de um ano de discussões mais direcionadas, o governo está próximo das primeiras medidas para o fomento à indústria naval. O grupo de trabalho (GT Naval) coordenado pela pasta intensificou os debates em maio de 2023 e vem organizando reuniões semanais. Margarete acredita que as medidas não serão unanimidade, mas representarão um horizonte importante para o estabelecimento de uma política setorial.

"Estamos com debates bastante amadurecidos e nosso objetivo é já começar a termos as medidas. Mas com a participação de todos. Pode ser que nem todas as medidas agradem. Certamente elas não agradarão a todos. O importante é termos o foco de onde queremos chegar", afirmou, na última quinta-feira (18), durante o evento 'Fortalecimento da indústria naval nacional e o setor energético offshore', promovido pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), no Rio de Janeiro.

Na ocasião, Margarete ressaltou que fazer política industrial, em especial na construção naval, deve ser feita sem culpa e sem peso, porque toda a trajetória de políticas industriais para a atividade deixaram o setor com uma capacidade produtiva instalada bastante representativa. Ela acrescentou que fazer política industrial é lidar com problemas complexos e ciclos que levam ao desenvolvimento tecnológico, além dos desafios em curso de atender às exigências da Organização Marítima Internacional (IMO). "Precisamos ter a sabedoria de construir uma política em que consigamos superar a dinâmica de picos e vales e que possa ter continuidade", salientou.

A diretora do MDIC considera que toda essa complexidade exige um conjunto de medidas coordenadas, reforçando a necessidade de envolvimento e engajamento de todos os atores, com benefícios e compromissos dos lados do governo e do setor privado. “Essa onda de apoio, de desejo e de posicionamento positivo quanto a um programa voltado ao setor é necessário porque precisamos desmistificar o tema de política industrial e ganhar a narrativa também junto à sociedade, deixando claro que política industrial não é um fim em si mesmo”, analisou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/04/2024

EXPANSÃO DO TERMINAL DE CONTÊINERES DO PORTO DE ITAPOÁ SERÁ INAUGURADO NESTA QUINTA-FEIRA

Da Redação NOTÍCIAS



Solenidade marcará a ampliação das operações no porto, que se tornará um dos maiores terminais deste segmento no país

O Porto de Itapoá, em Santa Catarina, vai inaugurar nesta quinta-feira (25) as obras de ampliação do terminal de contêineres. Com a inauguração, o espaço será ampliado de 300 mil para 455 mil metros quadrados e se tornará um dos maiores terminais deste segmento no país. Com investimento de R\$ 815 milhões, o porto terá sua capacidade de movimentação ampliada para até 2 milhões de TEUs (unidade

equivalente a um contêiner de 20 pés) por ano.

A obra de expansão do porto será realizada pelo Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. A solenidade será realizada às 15h no pátio do Porto, localizado no município de Itapoá. A solenidade contará com representantes do setor portuário, do prefeito em exercício local e demais parlamentares do estado.

Movimentação econômica

De acordo com dados do desempenho aquaviário de 2023 divulgado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o Porto Itapoá foi o terminal de contêineres de uso privado com maior crescimento do país no último ano, com movimentação de um milhão de TEUs, alta de 20,3% em comparação com 2022.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/04/2024

ARTIGO - PORTOS BRASILEIROS DEVEM ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DAS EÓLICAS OFFSHORE

Por Bernardo Mendes Vianna e Erika Chaves OPINIÃO 24/04/2024 - 20:37



Estruturas existentes devem se adaptar para suprir a demanda deste mercado em ascensão

À vista do aquecimento global, países de todo o mundo vêm adotando políticas e estratégias em direção à neutralidade do carbono, com o objetivo de reduzir as emissões de gases de efeito estufa e diminuir o consumo de combustíveis fósseis.

Como uma das consequências, há crescente investimento em energias renováveis, como eólicas onshore e offshore, buscando alcançar metas ambientais ambiciosas de transição energética estabelecidas até 2050.

A referida transição energética é uma realidade mundial e, no Brasil, não é diferente. O mercado já apresenta investimentos concretos em complexos eólicos offshore. Um ponto relevante para o desenvolvimento desses parques eólicos é o fato de a indústria offshore brasileira já ser bastante desenvolvida, com infraestrutura robusta em portos e empreendimentos modernos de perfuração e produção de petróleo e gás offshore.

Tal experiência contribui para a instalação de parques eólicos em alto-mar. Apesar da diferença de tamanho das estruturas que compõem os aerogeradores, que, a princípio, não se enquadram na tipologia dos portos, verifica-se o aumento progressivo de esforços para a adaptação da infraestrutura portuária à grandiosidade demandada pelos equipamentos utilizados nos parques

eólicos. A adaptação dos portos é imprescindível para o desenvolvimento desses empreendimentos, existindo uma sinergia essencial com a infraestrutura portuária.

Isso porque, justamente em razão das grandes dimensões dos equipamentos, busca-se reduzir a execução de trabalhos no ambiente offshore, maximizando sua montagem nos próprios portos, de maneira a otimizar os custos e os riscos de instalação decorrentes das condições climáticas. Nessa etapa, as características físicas (profundidade, área de armazenagem, proximidade de rodovias, fornecedores etc.) do porto são de extrema relevância.

Já na fase de operação, os terminais portuários também apresentam importância significativa, uma vez que constituem a base das rotinas necessárias à operação dos parques eólicos, sendo recomendável não apresentarem distância superior a 200 km dos complexos em alto-mar. Desse modo, garante-se a redução de custo geral e, sobretudo, de transporte do projeto.

Os portos brasileiros estão atentos à necessidade de agilizar as adaptações de infraestrutura para atender as crescentes demandas de parques eólicos, sempre atentos à experiência internacional para a redução dos custos logísticos, estimados em mais de 30% de cada projeto eólico.

Percebe-se, assim, a preocupação dos setores estratégicos com o aprimoramento dos portos nacionais, de maneira a atender as demandas atuais por meio da maior exploração de energias renováveis, primando pelo desenvolvimento econômico de forma sustentável.

Bernardo Mendes Vianna e Erika Chaves são, respectivamente, sócio e advogada da área Marítima do Vieira Rezende Advogados

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/04/2024

OGMO/SANTOS REALIZA DIPLOMAÇÃO DE NOVOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS AVULSOS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 24/04/2024 - 20:34



Após seis meses de processo seletivo, 46 profissionais atuarão na categoria Bloco

O Órgão de Gestão da Mão de Obra do Trabalho Portuário do Porto Organizado de Santos (Ogmo/Santos) realizou, nesta quarta-feira (24), a diplomação de 46 novos trabalhadores portuários avulsos. Todos passaram por um processo seletivo que durou aproximadamente seis meses e estão habilitados para a categoria Bloco. A cerimônia foi realizada na sede da subseção Santos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-Santos).

Conduzido pelo Instituto de Desenvolvimento e Capacitação (IDCAP), o processo seletivo foi encerrado em 12 de abril, com a conclusão do curso de formação, realizado pelo Centro de Excelência Portuária de Santos (Cenep). Antes disso, porém, os candidatos passaram por cinco etapas, que incluem prova objetiva, teste de aptidão física para a atividade, teste de avaliação psicológica, comprovação de documentos e exame médico.

De acordo com o diretor-executivo do Ogmo/Santos, Evandro Schmidt Pause, cerca de dois mil candidatos participaram do processo seletivo. A abertura das novas vagas foi possível após a assinatura de uma convenção coletiva entre o Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (SOPESP) e o Sindicato dos Trabalhadores de Bloco dos Portos de Santos, São Vicente, Guarujá, Cubatão e São Sebastião.

O edital publicado pelo IDCAP não limitou a faixa etária ou gênero dos participantes. De acordo com o Ogmo/Santos, entre os aprovados a média é de 25 anos de idade e há uma mulher. “Hoje, o Bloco tem em torno de 50 trabalhadores ativos e vamos dobrar essa quantidade com a entrada desse novo grupo. Para o Porto de Santos, isso é bastante importante, trazer pessoas que estão com uma visão nova, que estão começando e vão ter 30, 40 anos de horizonte para atender às atividades. Uma das virtudes deste processo é a oxigenação do sistema, bem como a participação feminina”, diz Pause.

Segundo o diretor do Ogmo/Santos, após a diplomação um leque de oportunidades se abre para esses profissionais. “Eles também podem e provavelmente serão treinados como trabalhadores multifuncionais, e também podem concorrer a vagas com vínculo empregatício oferecidas pelos operadores portuários”.

Esta é a segunda vez em cerca de um ano que o Ogmo/Santos amplia seu quadro de trabalhadores. Em 2023, foi realizada a diplomação de 47 trabalhadores da categoria Consertadores, em um processo também conduzido pelo IDCAP, através de um método transparente e isonômico, com base nas convenções assinadas pelos sindicatos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 24/04/2024

ACELEN E BUNKER ONE CHEGAM AO NÚMERO DE 100 EMBARCAÇÕES ABASTECIDAS NA BAÍA DE SÃO MARCOS

Da Redação NAVEGAÇÃO 24/04/2024 - 20:31



O mês de abril registra uma marca importante para as empresas Acelen e Bunker One. As duas companhias atuam juntas no abastecimento de embarcações na área de fundeio da Baía de São Marcos, no Maranhão. Em seis meses de parceria, mais de 100 navios foram abastecidos na localidade, o que impacta diretamente a economia da região.

Um dos destaques da operação é o fornecimento a navios que não teriam escala programada na Baía de São Marcos e passaram a planejar paradas estratégicas exclusivamente para abastecimento, os chamados “bunker only calls”. Nessas paradas, os navios aproveitam e contratam novos serviços das agências portuárias locais, o que ajuda a movimentar a economia local. O fato de todo o processo ser executado na área de fundeio resulta em uma logística mais eficiente, já que não há necessidade de ancoragem interna.

Cristiano da Costa, vice-presidente Comercial, Trading e Shipping da Acelen, empresa de energia gestora da maior refinaria produtora de bunker no país, explica que o fornecimento do combustível segue em regime permanente e em amplo crescimento. “No Brasil, já somos a maior refinaria fabricante de óleo combustível marítimo (bunker oil). Importante produto do nosso portfólio, hoje representa parte significativa do nosso volume de vendas no país. Nosso bunker atende a todas as regulamentações internacionais e nacionais, como a IMO 2020, que limitou o teor de enxofre nos combustíveis marítimos a 0,5% em massa”, comenta o executivo.

Para Flavio Ribeiro, CEO da Bunker One no Brasil, as perspectivas para a ampliação da operação na Baía de São Marcos são promissoras. “É uma área que tem todas as características necessárias para ser a base do mercado offshore que vai se estabelecer na região. Por sua localização, está atraindo cada vez mais embarcações de diferentes partes do mundo, algumas que sequer estavam programadas, mas que, ao verem a facilidade de acesso, fazem o seu abastecimento por lá. A tendência é que a demanda na Baía de São Marcos cresça ainda mais e de forma significativa nos próximos anos”, afirma o executivo.

A Baía de São Marcos é um centro relevante para o comércio internacional, principalmente para exportações de matérias-primas, como ferro e soja, e para distribuição de produtos petrolíferos no mercado interno. A parceria entre a Acelen e Bunker One proporciona ainda um crescimento no número de novos negócios para as empresas que atuam no local, como agências marítimas e prestadoras de serviços, gerando mais empregos e movimentando a economia do estado.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/04/2024

RAÍZEN E VIBRA CONCLUEM OBRA DA NOVA BASE DE DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS EM SANTARÉM (PA)

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 24/04/2024 - 20:29



Novo terminal reduzirá custos logísticos e ampliará a circulação de combustíveis, beneficiando as regiões Norte e Centro-Oeste

Com um investimento conjunto das distribuidoras Raízen (60%) e Vibra (40%), foram concluídas as obras da nova Base de Santarém, que deve movimentar dois bilhões de litros de combustíveis por ano. Nesta quarta-feira (24), foi realizada uma cerimônia para marcar a entrega da Base, que contou com a participação de executivos das duas companhias, além de representantes do governo nas

esferas federal, estadual e municipal, Marinha, Companhia Docas do Pará (CDP), entre outras autoridades.

Localizada no encontro dos rios Amazonas e Tapajós, a nova base permitirá que navios de longo curso que trafegam pelo Amazonas descarreguem combustível em Santarém, tornando esse o principal ponto de abastecimento do Oeste do Pará, Amazônia Ocidental e Norte do Mato Grosso. Até então, Santarém era abastecida por um pequeno terminal local que atendia apenas o consumo da região.

A Base em Santarém permitirá uma rota otimizada em relação aos fluxos atuais integrados a outros HUBs, com redução de distâncias e custos logísticos, o que permitirá a chegada de combustíveis a preços mais competitivos para garantir o abastecimento dos mercados e influenciar positivamente toda economia da região. Mercados agrícolas e de transportes, especialmente nos corredores Norte e Centro-Oeste do Brasil, serão os principais beneficiados pelo investimento.

Com aproximadamente 120 milhões de litros de capacidade, a Base de Santarém tem conexão com píeres de navios e barcaças que farão a distribuição pelos rios Amazonas e Tapajós. Até o final de 2025, o projeto prevê também outras entregas para melhor atender os mercados no entorno da BR163 e promover o desenvolvimento da economia local.

Segundo Juliano Tamaso, vice-presidente de Supply Chain da Raízen, esse é um marco significativo no compromisso da empresa com o desenvolvimento das regiões Norte e Centro-Oeste do país, e no fortalecimento da infraestrutura logística nacional. "Com a nova base, além de apoiar o crescimento do agronegócio no corredor logístico de Santarém e Miritituba, também ofereceremos uma solução inovadora e há muito tempo necessária no mercado dessas regiões. Estamos orgulhosos de tornar isso uma realidade e contribuir para o progresso do setor", ressalta Tamaso.

"O desenvolvimento da base do Porto de Santarém é crucial para a Vibra e para a garantia no fornecimento de combustíveis no Arco Norte, especialmente para o segmento do agronegócio. Não apenas reafirma nossa posição estratégica no Pará, mas também facilita o aumento do transporte de biocombustíveis e outros produtos derivados por meio de modalidades de transporte de grande escala, o que resulta em uma redução significativa de custos e um impulso nos benefícios

ambientais", declara Marcelo Bragança, vice-presidente de Operações, Logística e Sourcing da Vibra.

Um dos diferenciais da nova base é o aumento da capacidade de receber navios de médio porte, como o Middle Range de 50 mil m³ dwt, o que contribui para a diversificação das rotas de fornecimento, a flexibilidade na gestão da carga, estímulo ao desenvolvimento econômico regional e redução dos custos operacionais para toda a cadeia.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/04/2024

VLI INAUGURA NOVO CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL NO TERMINAL PORTUÁRIO SÃO LUÍS (TPSL)

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 24/04/2024 - 20:26



A VLI, companhia de soluções logísticas, acaba de inaugurar seu novo Centro de Controle Operacional (CCO) no Terminal Portuário São Luís (TPSL), na capital maranhense. A nova estrutura tem importância estratégica para o escoamento da produção do Matopiba, além dos estados do Pará, Goiás e Mato Grosso, por meio do Corredor Norte.

A VLI está automatizando processos, incluindo o controle de estoque nos silos e armazéns. Além disso, foram introduzidos sistemas de automação na descarga e no embarque, juntamente com circuito

fechado de TV, para aumentar significativamente os níveis de segurança operacional e permitir o manuseio de volumes ainda maiores com eficiência.

“Nossos investimentos têm como foco a geração de valor ao negócio dos nossos clientes, o que, neste caso, é obtido por meio do incremento da eficiência nos embarques. Os portos do Arco Norte, acessados por meio da Ferrovia Norte-Sul, são o caminho natural para o escoamento da produção da região, por isso têm crescido cada vez mais em importância para a pauta de exportações brasileiras”, diz o gerente-geral de Terminais e Portos do Sistema Norte da companhia, Douglas Marques.

No TPSL, são realizadas as operações de descarga ferroviária de soja e milho, ferro gusa e manganês, como também é realizado o embarque de navios com esses mesmos produtos.

O CCO é uma sala equipada com câmeras de monitoramento que supervisiona todas as operações portuárias, incluindo a movimentação de pessoas e máquinas, além de coordenar frentes de operações e manutenção. Funcionando como um centro de comando centralizado, o CCO controla a inicialização de equipamentos, gerencia fluxos de comunicação com a ferrovia, opera e mantém o porto, a Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) e as agências marítimas.

A VLI opera na região por meio do Corredor Norte, que percorre os estados do Tocantins e do Maranhão pelo tramo norte da Ferrovia Norte-Sul, controlado pela companhia, e pela Estrada de Ferro Carajás, onde a VLI opera por direito de passagem para chegar ao sistema portuário de São Luís. O corredor conta, ainda, com três terminais integradores, instalados em Palmeirante e Porto Nacional, no Tocantins, e em Porto Franco, no Maranhão.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/04/2024

GRANDES DESCONTOS E NOVOS NAVIOS ESTIMULAM A DEMANDA POR GNL

Da Redação NAVEGAÇÃO 24/04/2024 - 20:22



A demanda por gás natural liquefeito (GNL) para abastecer navios aumentará este ano com tendência de preços atraentes, avaliam especialistas. Paralelamente, novos navios de duplo combustível se juntam à frota global.

Os preços do GNL entregue como combustível marítimo no maior centro de bunker do mundo, Singapura, estão com descontos de quase US\$ 100 por tonelada métrica em comparação com o óleo combustível convencional com muito baixo teor de enxofre (VLSFO) de 0,5%, informam fontes da indústria

em publicações internacionais.

O número está longe dos preços recordes de mais de US\$ 1.000 por tonelada vistos em setembro de 2023, com base em dados da S&P Global Platts, publicados depois que a Rússia desencadeou uma crise global de gás em 2022, ao reduzir o fornecimento canalizado para países ocidentais Europa após a invasão da Ucrânia.

Desde então, os preços do GNL estabilizaram em níveis mais baixos. A consultoria Rystad espera que os descontos persistam pelo menos até o terceiro trimestre deste ano.

As vendas globais de GNL nos primeiros três meses de 2024 atingiram 1,9 milhão de metros cúbicos (855 mil toneladas) e poderão ultrapassar os sete milhões até ao final do ano, mostram as previsões da Rystad, acima dos 4,7 milhões de metros cúbicos em 2023.

Em Singapura, as vendas de GNL combustível aumentaram pelo quarto mês consecutivo.

As entregas de novos navios com duplo combustível, principalmente navios porta-contêineres, transportadores de automóveis e navios-tanque, também deverão aumentar a demanda por GNL nos próximos anos.

Globalmente, o GNL está disponível nos grandes portos. A infraestrutura ainda está aquém da escala em comparação com instalações convencionais de combustível marítimo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/04/2024

MSC PROPÕE COMPRAR GCC E ENTRAR NO MERCADO DE TRANSPORTE DE AUTOMÓVEIS

Da Redação NAVEGAÇÃO 24/04/2024 - 20:14



Foto: Gram Car Carriers

A MSC fez uma proposta para adquirir a Gram Car Carriers (GCC) e entrar no mercado de transporte de automóveis. A oferta avalia a terceira maior operadora de automóveis do mundo em US\$ 700 milhões. O conselho da Gram recomenda que os acionistas aceitem, com um prêmio de 28,3% sobre o preço das ações da GCC na terça-feira (23).

Os acionistas determinarão se a oferta, feita pela subsidiária da MSC, a SAS Shipping Agencies Services (SAS), será aprovada. No entanto, os maiores acionistas da Gram, F Laeisz, AL Maritime, Glenrines Farms, HM Gram Investment e HM Gram Enterprises — que detêm coletivamente cerca de 54,5% — já aceitaram o acordo.

Apesar desta proposta em particular parecer uma surpresa, ela dá continuidade a um tema da MSC nos últimos anos: uma onda de fusões e aquisições.

Espera-se que a venda do Gram seja assinada até o final de junho, com sugestões de que seria concluída até o último trimestre do ano.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/04/2024

FROTA DE APOIO REUNIU 85% DE EMBARCAÇÕES COM BANDEIRA BRASILEIRA NO 1º TRIMESTRE

Por Danilo Oliveira OFFSHORE 24/04/2024 - 17:15



Foto: Danilo Oliveira/PN

Unidades de apoio offshore somaram 434 embarcações navegando em AJB, segundo relatório Syndarma/Abeam. PSVs e OSRVs corresponderam a 46% da frota total em março

A frota de apoio marítimo em águas jurisdicionais brasileiras fechou março com um total de 434 embarcações, uma embarcação a menos que no mês anterior e 16 unidades acima do registrado em março de 2023. De acordo com o relatório mais recente da

Associação Brasileira das Empresas de Apoio Marítimo (Abeam) e do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (Syndarma), 371 correspondiam a unidades de bandeira brasileira e 63 de bandeira estrangeira, na posição de março de 2024.

Em relação a dezembro de 2015, quando a demanda começou a ser impactada pela retração no setor de petróleo e gás, foram desmobilizadas 191 embarcações de bandeira estrangeira e acrescentadas 114 de bandeira brasileira. Cerca de 80 embarcações, originalmente de bandeira estrangeira, tiveram suas bandeiras trocadas para o pavilhão nacional nesse período.

As embarcações com bandeira nacional representam 85% da frota de apoio offshore, ante 86% em fevereiro e 87% em janeiro, enquanto 15% correspondem a embarcações de apoio com bandeiras estrangeiras. Em fevereiro, o levantamento Syndarma/Abeam havia identificado 435 embarcações, das quais 372 de bandeira brasileira e 63 de bandeiras estrangeiras. Em janeiro, eram 431 embarcações, das quais 373 de bandeira brasileira e 58 de bandeiras estrangeiras.

De acordo com a publicação, a frota em março era composta por 46% de PSVs (transporte de suprimentos) e OSRVs (combate a derramamento de óleo), totalizando 201 barcos. Outros 15% eram LHs (manuseio de linhas e amarrações) e SVs (mini supridores), que agora correspondem a 63 barcos. Os AHTS (manuseio de âncoras) somaram 61 unidades no período (14%), enquanto 25 barcos de apoio eram FSVs (supridores de cargas rápidas) e crew boats (transporte de tripulantes), 20 MPSVs (multipropósito), 19 RSVs (embarcações equipadas com robôs) e 17 PLSVs (lançamento de linhas).

Nem todas as unidades listadas na publicação estão em operação, pois o relatório inclui embarcações que podem ou não estar amparadas por contratos, estar no mercado spot, em manutenção ou fora de operação. O relatório não considera embarcações dos tipos lanchas, pesquisa, nem embarcações com porte inferior a 100 TPB ou BHP inferior a 1.000. Os dados foram obtidos junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), à Diretoria de Portos e Costas da Marinha (DPC), publicações especializadas e informações das empresas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/04/2024

GRANELEIRO ULTRAMAX SE TORNA O PRIMEIRO NAVIO A RECEBER A NOTAÇÃO BIOFUEL-1 DA ABS

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 23/04/2024 - 17:07



O graneleiro Ultramax "Aquataurus", da Carras (Hellas) SA, tornou-se o primeiro navio do mundo a receber a notação ABS Biofuel-1. A notação é atribuída a embarcações que utilizam uma mistura de biocombustível de até 30% de biocombustível, em conformidade com os requisitos da IMO e ABS.

Em comunicado divulgado nesta terça-feira (23), a ABS informa que a Carras (Hellas) SA planeja usar biocombustíveis até B30, onde 70% é combustível fóssil e 30% é biomassa proveniente de óleo vegetal hidrotratado (HVOs) ou ácido graxo metílico. ésteres

(Fama).

A adequação dos biocombustíveis aos sistemas de geração de energia existentes torna-os uma solução imediata, sem a necessidade de modernização de equipamentos ou reprojeto de embarcações. O "Aquataurus" está equipado com um motor principal Wartsilla e três motores auxiliares Yanmar e atenderá rotas comerciais em todo o mundo.

"Estamos muito orgulhosos de apoiar a Carras (Hellas) SA na sua iniciativa de utilizar biocombustíveis como parte da sua estratégia de sustentabilidade. Os biocombustíveis são uma solução "aqui-agora", uma vez que tiram partido da infra-estrutura existente de transporte e abastecimento de combustível. A ABS está bem posicionada para o profundo conhecimento da indústria de combustíveis alternativos para apoiar os clientes em sua jornada de descarbonização", disse Stamatis Fradelos, vice-presidente de assuntos regulatórios da ABS.

"A Carras (Hellas) SA tem o prazer de trabalhar com a ABS para apoiar o nosso objetivo comum de reduzir as emissões da frota em benefício do meio ambiente. A utilização de biocombustíveis permite aos armadores reduzir a intensidade de carbono da sua frota sem o custo de retrofits dispendiosos ou investimentos em novas construções, e estamos entusiasmados por sermos pioneiros, juntamente com a ABS, na obtenção da atribuição da notação Biocombustível-1 ao Aquataurus", disse o capitão Costas Liadis, presidente da Carras (Hellas) SA.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/04/2024

MOL É A PRIMEIRA ARMADORA JAPONESA A INSTALAR SISTEMA DE CAPTURA DE CO2 A BORDO

Da Redação NAVEGAÇÃO 23/04/2024 - 16:56

A Mitsui OSK Lines (MOL) informou que equipará seu navio-tanque de produtos LR1 de 75.000 DWT, o "Nexus Victoria", com Filtree System, um mecanismo de captura de CO2 com um purificador de SOx. O equipamento foi desenvolvido pela Value Maritime BV, uma empresa holandesa de tecnologia especializada em redução de emissões.

É a primeira vez que uma empresa de navegação japonesa instala comercialmente um sistema de captura de CO2 num navio. A previsão é que o sistema esteja em operação até o final do ano.

O Sistema Filtree possui função de purificação que retira 99% dos óxidos de enxofre e partículas dos gases de escape e conta com um mecanismo de captura e armazenamento de carbono que pode separar e recuperar quase 10% do CO2 das emissões.

O Grupo MOL posicionou a estratégia ambiental como um elemento do esquema de gestão BLUE ACTION 2035 e estabeleceu a meta de atingir zero emissões líquidas de gases de efeito estufa até 2050.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/04/2024

EVERGREEN ENCOMENDARÁ SEIS NAVIOS PORTA-CONTÊINERES BICOMBUSTÍVEL COM METANOL

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 23/04/2024 - 16:55



A Evergreen Marine Corp., com sede em Taiwan, planeja continuar encomendando navios porta-contêineres movidos a metanol em motores de duplo combustível, marcando que os gastos da empresa em novas construções navais desde 2021 serão aumentados para mais de US\$ 10 bilhões.

De acordo com a Trade Winds, a Evergreen Marine iniciou processo de licitação para navios porta-contêineres feeders a metanol de 2.400 TEUs — serão seis novas construções que podem ser entregues em 2027, com um valor total de mais de US\$ 320 milhões.

Os seis novos navios porta-contêineres somam-se ao plano de construção naval que a Evergreen Marine fez em 2023, quando encomendou 24 unidades de 16.000 TEUs movidas a metanol. Se o pedido for confirmado, significa que a Evergreen Marine investiu mais de US\$ 10 bilhões em sua frota desde 2021.

As estimativas são de que a Evergreen Marine fez um total de 82 encomendas de navios porta-contêineres desde 2021. Os pedidos estão concentrados principalmente em quatro empresas de construção naval, a Hudong-Zhonghua Shipbuilding da China State Shipbuilding Corporation, a Huangpu-Wenchong Shipbuilding, a Samsung Heavy Industries da Coreia do Sul e a Japan Shipbuilding — nove unidades, 24, 41 e oito, respectivamente.

A Hudong-Zhonghua Shipbuilding, a Samsung Heavy Industries e a Japan Shipbuilding ficaram com todos navios porta-contêineres grandes ou ultragrandes, enquanto os navios porta-contêineres alimentadores foram contratados à CSSC Huangpu-Wenchong Shipbuilding.

Nos últimos anos, os navios feeders porta-contêineres por combustível duplo com metanol tornaram-se o principal a principal fonte de obras da CSSC Huangpu-Wenchong Shipbuilding no segmento.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/04/2024

PETROBRAS APROVA USO DE FUNDO DE DESCARBONIZAÇÃO PARA USINAS FOTOVOLTAICAS

Da Redação OFFSHORE 23/04/2024 - 16:55



A Petrobras aprovou a utilização de seu Fundo de Descarbonização para instalação de usinas fotovoltaicas (FV) em suas refinarias. No total, serão 33 projetos apoiados pelo fundo. Estes projetos têm potencial para reduzir as emissões em mais de 1,5 milhões de toneladas de dióxido de carbono por ano.

Serão construídas usinas fotovoltaicas na refinaria Gabriel Passos (Regap), em Minas Gerais, na refinaria Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco, e na refinaria

de Paulínia (Replan), em São Paulo, informou a Petrobras. As três usinas terão capacidade combinada estimada de 48 megawatts e estão previstas para entrar em operação em 2025.

“A instalação de centrais fotovoltaicas integradas no sistema de geração da refinaria permite uma melhor integração e fiabilidade operacional, reduzindo o consumo de gases e, conseqüentemente, as emissões de gases com efeito de estufa, em linha com o planejamento estratégico da empresa para uma transição energética justa”, afirmou William França da Silva, diretor de processos e produtos industriais da Petrobras.

A empresa pretende neutralizar as emissões operacionais até 2025 através do seu portfólio no Fundo de Descarbonização.

“A Petrobras é uma grande consumidora de energia, o que é uma importante alavanca para nossa ambição de avançar, nos próximos anos, em projetos de geração renovável de grande materialidade, buscando aliar projetos rentáveis à descarbonização progressiva de nossas atividades e de nossos produtos”, disse o diretor de transição energética e sustentabilidade, Maurício Tolmasquim.

O Fundo de Descarbonização da Petrobras conta atualmente com orçamento de US\$ 1 bilhão, disponível para o período de 2024 a 2028.

A Petrobras pretende reduzir suas emissões operacionais totais em 30% até 2030 em relação aos níveis de 2015. O objetivo de longo prazo é neutralizar as emissões operacionais até 2050.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 23/04/2024

PORTO DE SANTOS REGISTRA NOVOS RECORDES EM MARÇO E MOVIMENTAÇÃO ACUMULADA NO ANO CRESCE 15,9%

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 23/04/2024 - 16:54



O Porto de Santos movimentou em março 16 milhões de toneladas de mercadorias, registrando a melhor marca para esse período e ficando 5% acima do apurado no ano passado (15,3 milhões de toneladas). Esse desempenho elevou em 15,9% o movimento acumulado no primeiro trimestre, que soma 42,3 milhões de toneladas, também recorde para o período.

Mais uma vez o açúcar destaca-se, com 1,9 milhão de toneladas (+95,6%) no mês e 6,1 milhões de toneladas no acumulado do ano (+97,8%). Seguido pela carga containerizada, que somou, em março, 454.645 TEUs, mais 21,6%, e 1,2 milhão de TEUs no acumulado do ano (+20,6%).

As carnes, o café em grãos e o farelo de soja também apresentaram bom desempenho, com aumento de, respectivamente, 46%, 39,2% e 1,4% no mês e 22,1%, 49,6% e 17,3% no acumulado do ano. Entre os líquidos a granel destacou-se o óleo diesel e gasóleo, com crescimento mensal de 241,4% (272,3 mil toneladas) e anual de 197,0% (672,7 mil toneladas).

O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, informa que a previsão é encerrar o ano com 23,5 milhões de toneladas de açúcar embarcadas, 31,9 milhões de toneladas de soja e 20,2 milhões de toneladas de milho.

No geral, os embarques atingiram no mês 12,3 milhões de toneladas, um crescimento de 5,5% e no acumulado do ano, com 31,1 milhões de toneladas, ficando 17,6% acima do mesmo período de 2023. Já as descargas somaram 3,7 milhões de toneladas, ficando 3,3% acima do apurado em março do ano anterior e o acumulado no trimestre atingiu 11,1 milhões de toneladas, também apresentando crescimento de 11,5%.

Os granéis sólidos somaram no mês 8,5 milhões de toneladas (+5,1%) e no acumulado do ano 21,2 milhões de toneladas (+11,2%), melhor marca para o período. Já os granéis líquidos atingiram 1,7 milhão de toneladas em março (+2,0%) e no trimestre 4,9 milhões de toneladas (+11,8%), também a melhor marca acumulada no período.

A atracação de navios nos três primeiros meses do ano atingiu 1.381 embarcações, crescimento de 7,7%.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/04/2024

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA VOLTA A DEBATER COMBUSTÍVEIS DO FUTURO NESTA QUINTA

Da Redação *ECONOMIA* 23/04/2024 - 16:53



A Comissão de Infraestrutura da Câmara faz nesta quinta-feira (25), às 9h, a segunda audiência pública para debater o Projeto de Lei (PL) 528/2020, conhecido como projeto dos combustíveis do futuro, com enfoque no biogás. O texto prevê a criação dos programas nacionais de diesel verde, biometano e combustível sustentável para aviação, além do aumento da mistura de etanol e de biodiesel à gasolina e ao diesel.

O relator da proposta é o senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), que propôs o debate. O projeto de lei, já aprovado na Câmara, é considerado uma das

prioridades do Senado para o ano de 2024.

O debate contará com as presenças, já confirmadas, dos seguintes convidados: presidente da Abiogás (Associação Brasileira do Biogás), Renata Isfer; presidente-executivo da Abividro (Associação Brasileira das Indústrias de Vidro), Lucien Belmonte; diretora da Secretaria do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Margarete Gandini; superintendente de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Davi Bomtempo; diretor técnico e comercial da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), Marcelo Mendonça; presidente da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), André Passos Cordeiro.

A comissão ainda aguarda a confirmação de convites encaminhados a representantes do Ministério da Fazenda, do Ministério de Minas e Energia, da Petrobras e do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP).

A primeira audiência pública sobre o PL 528/2020 foi feita pela CI em 16 de abril, com a participação de representantes da Petrobras, da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustível e de Lubrificantes (Sindicom), da Confederação Nacional do Transporte (CNT), do Ministério da Fazenda e do Ministério de Minas e Energia. Também participaram representantes da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (Ubrabio), da Associação dos Produtores de Biocombustíveis do Brasil (Aprobio) e da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica).

A reunião desta quinta será na sala 13 da Ala Alexandre Costa.

Fonte: Agência Senado

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/04/2024

EM REUNIÃO COM PRESIDENTE LULA, GRUPO MSC ANUNCIA R\$ 17 BI DE INVESTIMENTOS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 23/04/2024 - 16:52



O Governo Federal e o grupo suíço firmaram acordos para estender contrato de arrendamento de R\$ 4 bilhões no Porto de Santos. Outros investimentos incluem projetos com novos equipamentos e expansão da área de armazenagem em Navegantes (SC) e em novos projetos no Porto do Rio de Janeiro

O Governo Federal e uma das maiores operadoras de terminais de contêineres do mundo, a Terminal Investment Limited (TIL) — do grupo MSC —, firmaram nesta segunda-feira (22) um termo aditivo para estender o contrato de arrendamento no Porto de

Santos no valor de R\$ 4 bilhões (R\$ 2 bilhões já investidos e outros R\$ 2 bilhões referentes ao aditivo).

Há ainda a previsão de investimentos de R\$ 3 bilhões em projetos para o aumento da profundidade do canal no Terminal da Portonave e outros R\$ 10 bilhões em novos investimentos, totalizando R\$ 17 bilhões em projetos no Brasil nos próximos anos.

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, se reuniram com o presidente do Grupo MSC, Diego Aponte; o CEO Global da TIL, Ammar Kanaan, o diretor de investimentos, Patricio Junior, e o presidente da MSC Shipping no Brasil, Elber Justo; para assinar a prorrogação do contrato de arrendamento do terminal portuário por mais 20 anos.

As melhorias em Santos incluem a aquisição de equipamentos, expansão e aprimoramento do pátio, automação, reorganização de portões e substituição de defensas, que deverão ser realizadas em até 72 meses após a assinatura do termo aditivo.

A TIL pertence ao grupo suíço de navegação Mediterranean Shipping Company (MSC) e tornou-se uma das maiores operadoras de terminais de contêineres do mundo. No Brasil, a empresa tem investimentos em três terminais: Santos, Santa Catarina e Rio de Janeiro. São eles o BTP no Porto de Santos (Arrendado com a APM Terminals – que é da Maersk) - Contrato de Arrendamento DP nº 24/2001; Portonave em Navegantes (Terminal de Uso Privado 100% TIL); e Multi-Rio no Porto do Rio de Janeiro (Arrendado com o Multiterminais).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/04/2024

FORNECEDORES APONTAM OPORTUNIDADES DE MELHORIAS NA RELAÇÃO COM CONTRATANTES

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 23/04/2024 - 17:00



Arquivo/Divulgação

Abimaq avalia que, apesar de ser responsável por 30% dos componentes internos, setor de máquinas e equipamentos não conseguiu alcançar todas as oportunidades lançadas em programas de fomento à indústria

A Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) enxerga possibilidades de melhorias no relacionamento entre contratantes e

fornecedores, ligadas ao modelo de contratação, independente da política macro de conteúdo local. Durante evento promovido pelo IBP, na última semana, o diretor-executivo da Abimaq, Alberto Machado, destacou os movimentos de diálogo e aproximação entre os diferentes atores da indústria para que todos se beneficiem e o setor possa se desenvolver.

Machado comparou a atividade de construção naval a um iceberg, no qual os estaleiros estão na parte acima da lâmina d'água, com uma quantidade enorme de atividades que não estão na parte visível e que são as últimas a serem contempladas pelas medidas em prol de fomentar o setor. Ele celebrou uma mudança recente que reduziu, de 90 dias para 30 dias, o prazo para pagamento de fornecedores, mas ponderou que ela ainda precisa ser passada para os contratantes principais.

“Temos a oportunidade de melhorar o relacionamento demandante-fornecedor porque existem muitos óbices que podem ser ajustados em condições de fornecimento, cláusulas contratuais, no modelo de contratação (...). Tem muita coisa que podemos trabalhar, independente da política maior”, analisou Machado, na última quinta-feira (18), durante o evento ‘Fortalecimento da indústria naval nacional e o setor energético offshore’, promovido pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), no Rio de Janeiro.

Machado considera que, apesar de ser responsável por cerca de 30% dos componentes internos das embarcações, o setor de máquinas e equipamentos não conseguiu alcançar todas as oportunidades colocadas no mercado, como em programas como Prominp (Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural) e o Pedefor (Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural).

O diretor-executivo da Abimaq acrescentou que o Repetro, regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural, tem viés importador e também não atinge o segmento. Outro exemplo, segundo ele, é a falta de acesso da indústria às condições do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

Machado defendeu que a engenharia dos projetos, que representa entre 5% a 7% dos projetos, ganhe importância e se torne mais visível à cadeia de fornecedores. A associação vê essa área como base de tudo o que acontece com o projeto nas etapas seguintes da construção. “Se não tiver engenharia nacional, é difícil especificar equipamentos nacionais e trabalhar com indústria local, que tem a facilidade de um futuro pela frente”, apontou.

Ele chamou a atenção para o ciclo de vida, que é importante para garantir a autonomia no processo de decisão, sobretudo em cenários como os vivenciados pela cadeia global durante a pandemia e a guerra entre Rússia e Ucrânia. “Sabemos que o mundo muda. Muitas vezes, quem faz política se esquece. Muitas vezes, o mais barato retira a autonomia de decisão”, alertou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/04/2024

REVISÃO DE NORMA DA ANP TERÁ IMPACTO PARA INDÚSTRIA NAVAL E DE O&G

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 23/04/2024 - 17:01



Arquivo/Divulgação

Expectativa da agência reguladora é que resolução 871/2022, que trata de relatórios de conteúdo local, entre em consulta pública nos próximos meses

O superintendente de conteúdo local da ANP, Thyago Grotti Vieira, disse que a resolução 871/2022, em fase de revisão, trará mudanças importantes de impacto para a indústria naval e para o setor de petróleo e gás. A norma trata dos relatórios de conteúdo local, considerados as bases e principais instrumentos para



fiscalização da agência. A expectativa da ANP é de que a resolução entre em período de consulta pública e audiência nos próximos meses.

Vieira acrescentou que, na próxima divulgação da agenda regulatória da ANP, deve estar contemplada a regulamentação da chamada cláusula de preferência de contratação de fornecedores brasileiros, conforme definido na resolução 11/2023 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), no final do ano passado.

A resolução do CNPE também alterou percentuais mínimos para contratos futuros na fase de exploração offshore, passando a exigência mínima desses contratos de 18% para 30%. Além disso, houve mudança no macrogrupo de construção de poços (etapa de desenvolvimento da produção) de 25% para 30%.

Agenda regulatória

A ANP avalia que houve avanços significativos na agenda regulatória relacionados ao conteúdo local nos últimos três anos. O superintendente destacou a edição da resolução ANP 848/2021, que regulamentou a possibilidade de celebração de termos de ajustamento de conduta (TACs) por descumprimento de cláusula de conteúdo local, fazendo com que multas já aplicadas pudessem ser convertidas em novos investimentos. Atualmente, a agência possui 25 TACs celebrados, totalizando R\$ 2 bilhões em novas aquisições de serviços.

Vieira também citou o aprimoramento recente da resolução ANP 19/2013, que trata do processo de certificação de conteúdo local, permitindo a definição do valor total de sistema estrangeiro sem documentação de transação comercial. “Entendemos que esse processo teve um viés positivo em relação à indústria naval brasileira, no que diz respeito à sua formulação”, analisou.

O superintendente de conteúdo local da ANP também mencionou a publicação da resolução 963/2023 pela agência reguladora no final do ano passado. A norma trata do aprimoramento requisitos e procedimentos para acreditação das certificadoras de conteúdo local que auxiliam a agência na certificação de bens e serviços. “Tudo isso em conjunto, acreditamos que tenha o condão de representar mais investimentos no país com conteúdo nacional”, disse Vieira, na última quinta-feira (18), durante o evento ‘Fortalecimento da indústria naval nacional e o setor energético offshore’, promovido pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), no Rio de Janeiro.

Na ocasião, ele disse que a superintendência enxerga, na prática, a importância da indústria naval, dentro dos processos de regulação e principalmente de fiscalização do cumprimento dos percentuais mínimos de conteúdo local ofertados e celebrados por ocasião dos contratos de exploração e produção. “No passado, tivemos leilões da ANP onde foram ofertados percentuais altos de conteúdo local em suas várias rubricas, de acordo com as mudanças que ocorreram ao longo das rodadas. Podem ter certeza que a ANP vai cobrar e fiscalizar o cumprimento dos percentuais”, afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/04/2024



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 25/04/2024